Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Biomédico
Instituto de Nutrição

Carolina Daltoé

Lugares-encontro de alimentação: para (re)pensar a dimensão sócio-espacial no campo da Alimentação e Nutrição

Rio de Janeiro
2020

Carolina Daltoé

Lugares-encontro de alimentação: para (re)pensar a dimensão sócio-espacial no Campo da Alimentação e Nutrição

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Políticas, Saberes e Práticas em Alimentação, Nutrição e Saúde.

Orientadoras: Prof. Dra. Shirley Donizete Prado

Prof. Dra. Fabiana Bom Kraemer

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

D152 Daltoé, Carolina.
Lugares-encontro de alimentação: para (re)pensar a dimensão sócio-espacial no campo da Alimentação e Nutrição / Carolina Daltoé. – 2020.
134 f.

Orientadora: Shirley Donizete Prado.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Nutrição.

1. Nutrição – Teses. 2. Alimentação – Teses. 3. Cultura – Teses. I. Prado, Shirley Donizete. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Nutrição. III. Título.

es CDU 612.3

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Carolina Daltoé da Cunha

Lugares-encontro de alimentação: para (re)pensar a dimensão sócio-espacial no Campo da Alimentação e Nutrição

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre ao Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde. Área de concentração: Ciências Sociais e Humanas em Alimentação.

Aprovada em 22 de julho de 2020.

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Dr.ª Shirley Donizete Prado (Orientadora)

Instituto de Nutrição - UERJ

_____

Prof.ª Dr.ª Ligia Amparo da Silva Santos

Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia

_____

Prof. Dr. Francisco Romão Ferreira

Instituto de Nutrição - UERJ

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

Dedico ao meu companheiro, sensível pela vida e cartógrafo por formação, Hugo Machado Rodrigues.

AGRADECIMENTOS

À minha família que continua a me apoiar, incondicionalmente, nessa longa jornada.

À minha orientadora Shirley Donizete Prado pelo voto de confiança concedido, pelo carinho e cuidado com que conduziu suas orientações e, sobretudo, por abrir meus olhos para infinitude de caminhos que a vida pode tomar.

À minha orientadora Fabiana Bom Kraemer por todas as críticas construtivas, aulas ministradas e debates ricos que proporcionaram *insights* valiosos na construção do presente texto.

À professora Flávia Campos que já em meus primeiros passos esteve presente colocando-me questionamentos sem os quais esse trabalho não seria o que se tornou e o que se tornará.

Agradeço de forma geral ao grupo de professores e amigos que compõe o Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação pelo acolhimento. O Néctar é um lugar que guardo com carinho em minha trajetória.

Agradeço de antemão à banca avaliadora por aceitar fazer parte deste encontro.

Ao Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde pela vaga disponibilizada.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro por (re)existir firmemente nestes tempos de desmonte da educação pública de qualidade.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro pelo suporte financeiro e psicológico concedido da graduação à realização do curso de mestrado. Sem esta importante instituição a realização desta pesquisa não seria viável.

Até os pássaros, consoante os lugares, vão sendo muito diferentes. Ou são os tempos, travessia da gente?

Guimarães Rosa, 1956

RESUMO

DALTOÉ, Carolina. **Lugares-encontro de alimentação:** para (re)pensar a dimensão sócio-espacial no Campo da Alimentação e Nutrição. 2020. 134 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) - Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Se por um lado, no campo das Ciências Naturais, o valor do alimento está, hegemonicamente, relacionado à sua composição química, qualidade sanitária, inocuidade e possibilidades terapêuticas, por outro, no campo das Ciências Sociais, a comida e o corpo ocupam um lugar de expressão da estrutura social de um grupo e seus valores simbólicos (CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011). Junto à comida e ao corpo, a compreensão do *espaço e dos lugares* de alimentação também podem expressar a estrutura social de um grupo, valores simbólicos e sua organização, possibilitando aproximações interdisciplinares. Nesse bojo, observarmos em produções políticas e científicas do campo da Alimentação e Nutrição a disseminação de palavras de conotação espacial empregadas, no geral, em torno de um mesmo significado: as "delimitações físico-geográficas", onde acontecem as práticas alimentares. No entanto, em sua grande maioria, desconsideram o espaço como conceito que se relaciona com teorias estabelecidas. Os conceitos, mais do que simples palavras, são ferramentas analíticas constitutivas e nutridas por uma construção teórica que lhes garantem coerência. Nesta perspectiva, a pesquisa sócio-espacial engloba esforços de investigação científica, filosoficamente embasada, em que as relações sociais e o espaço são, ambos, devidamente valorizados e articulados entre si com densidade no decorrer da construção da pesquisa. Não podemos deixar de notar que o interesse do campo da Alimentação e Nutrição em abordagens que buscam em seus estudos respostas às questões de dimensão sócio-espacial é crescente, no entanto, ainda fortemente influenciadas por perspectivas naturalistas e biomédicas marcadas por um padrão de cientificidade instaurado no âmbito da modernidade. Despontam no cenário iniciativas que vão em direção à preservação de "costumes alimentares tradicionais*"*, através da normatização dos espaços e do comer, sendo eles frequentemente entendidos nos documentos oficiais como "cultura alimentar local" em *"*ambientes alimentares saudáveis*"*. Tais esforços são notavelmente marcados por uma racionalidade técnica e instrumental já agregada às políticas de saúde, entre as quais as de Alimentação e Nutrição. Diante de tal problemática, a presente dissertação estabeleceu como objetivo geral refletir sobre o uso de noções de conotação espacial em estudos e documentos no campo da Alimentação e Nutrição e propor como ferramenta teórica os conceitos de *espaço* e *lugar*, buscando apresentar ao leitor a pluralidade de concepções e constructos teóricos que o tomam como objeto de análise, propondo novas abordagens para os estudos sócio-espaciais em Alimentação e Nutrição. Como objetivo específico, avaliamos o cenário sócio-espacial em que o consumo de alimentos se insere na atualidade brasileira e a razoabilidade de algumas orientações presentes em documentos oficiais a respeito da preservação de culturas alimentares "tradicionais", "genuínas" e "locais". Contextualizamos o campo da Alimentação e Nutrição em seus diálogos com os campos da Saúde e da Geografia, apontando confluências e dissidências teóricas, colocando nossos esforços na elucidação e (re)interpretação de algumas noções que vêm atravessando a pesquisa sócio-espacial, com destaque para as noções de *meio*, *ambiente* e *ambiente alimentar*. Ao cabo, propomos a partir das contribuições teóricas de Milton Santos, Doreen Massey e Tim Ingold o conceito de *lugares-encontro*, para pensarmos o espaço de alimentação na atualidade.

Palavras-Chave: Alimentação. Espaço. Lugar. Meio. Encontro. Cultura.

ABSTRACT

DALTOÉ, Carolina. **Food meeting-places**: to (re) think the socio-spatial dimension in the field of Food and Nutrition. 2020. 134 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) - Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

If, on the one hand, in the field of Natural Sciences, the value of food is, hegemonically, related to his chemical composition, health quality, harmlessness, and therapeutic possibilities, on the other hand, in the field of Social Sciences, food and the body occupy a place expression of the social structure of a group and its symbolic values (CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011). We emphasize that, together with food and the body, the understanding of space and places of food can also express the social structure of a group, his symbolic values, and his organization, enabling interdisciplinary approaches, with the necessary precautions that these require. In this context, we can observe in political and scientific productions in the field of Food and Nutrition the dissemination of words with spatial connotation, have used, in general, around the same meaning: the "physical-geographical delimitations" where eating practices take site. These, nevertheless, for the most part, disregard space as an analytical category that relates to established concepts and theories. We have demonstrated that the concepts, more than simple words, are constitutive analytical tools and nourished by a theoretical construction that guarantees them coherence. In this perspective, socio-spatial research encompasses scientific research efforts, philosophically based, in which social relations and space are both properly valued and articulated with each other through density during the construction of the research. We cannot fail to notice that interest of the field of Food and Nutrition in approaches that seek in their studies answers to questions of socio-spatial dimension, is growing; however, these are still strongly influenced by naturalistic and biomedical perspectives characterized by a pattern of scientificity established in the scope of modernity. Also appearing on the scene initiatives in the spheres of public policies and studies that go towards the preservation of "traditional food customs" through the standardization of spaces and eating, these being often understood in official documents as "local food culture" in "healthy food environments." Such efforts have been marking by technical and instrumental rationality already added to health policies, including those of Food and Nutrition. Thus, in the face of such problems, the present dissertation has established as main objective to reflect on the use of notions with spatial connotation in studies and documents of the field of Food and Nutrition and to propose as a theoretical tool the concepts of space and place seeking to present the reader the plurality of concepts and theoretical constructs that take them as an object of analysis, suggesting new approaches for socio-spatial studies in Food and Nutrition. As a specific objective, we have evaluated the socio-spatial scenario in which food consumption is inserted in the current Brazilian situation and the reasonableness of some guidelines present in official documents regarding the preservation of "traditional," "genuine," and "local" food cultures. We also have sought to contextualize the field of Food and Nutrition in its dialogues with the areas of Health and Geography, pointing out theoretical confluences and dissidents, putting our efforts in the elucidation and reinterpretation of some notions that have been going through socio-spatial research, since Josué de Castro to the present day, with emphasis on the ideas of medium, environment, and food environment. After all, we have proposed based on the theoretical contributions of Milton Santos, Doreen Massey, and Tim Ingold, the concept of meeting-places, to think about the food space today.

Keywords: Food. Space. Place. Medium. Meeting. Place. Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

1 **CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: OS CAMINHOS DA PESQUISA** 14

1.1 **As dicotomias do pensamento científico** 14

1.2 **Ponto de partida: um encontro de trajetórias** 19

2 **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA** 22

2.1 ***Espaço* e *Lugar* em Milton Santos: pondo luz em sua rede conceitual** 24

2.2 **Espaço e Cultura** 43

2.3 **Por uma concepção aberta do espaço: Doreen Massey** 53

2.3.1 A história única e seu impacto sobre a concepção de "espaço" 62

2.3.2 Por um sentido global de lugar 67

2.3.3 Proposições gerais sobre o lugar 70

3 **"CULTURA ALIMENTAR LOCAL" E REFLEXÕES SOBRE O "LUGAR": MÚLTIPLOS SENTIDOS EM TRANSFORMAÇÃO** 73

3.1 **A problemática em pauta** 73

3.2 **Globalização e alimentação no Brasil: um panorama das dimensões socio-espaciais envolvidas no fenômeno alimentar contemporâneo** 76

3.3 **Espaço e Lugares em transformação** 82

4 **DO *MEIO* AOS *LUGARES – ENCONTRO* DE ALIMENTAÇÃO** 91

4.1 **Alimentação e Nutrição: o começo e o "meio"** 95

4.2 **O *meio* e o campo da Alimentação e Nutrição: "território" para "ambientes" alimentares "saudáveis"** 101

4.3 **O *espaço* das racionalidades técnicas em Alimentação, Nutrição e Saúde** 110

4.4 **Reconhecendo a multiplicidade de estórias: *lugares-encontro* de alimentação** 118

CONSIDERAÇÕES FINAIS 123

REFERÊNCIAS 125

INTRODUÇÃO

Comer é uma atividade humana central não só por sua frequência, constante e necessária, mas também porque cedo se torna a esfera que se abre para nos inserirmos em relações sociais e entrarmos em contato com as coisas que compõem o espaço em que estamos estabelecidos. Para Sidney W. Mintz (2001), cada indivíduo representa uma base que liga o mundo das coisas ao mundo das ideias por meio de nossos atos. Assim, comer é um ato e uma base para nos relacionarmos com o espaço. A comida sai do espaço e "entra" em cada ser humano, e ao espaço retorna, construindo-se mutuamente. Por trás da aparente banalidade do espaço ressurge, assim, um universo que participa da configuração das diversas formas de consumo alimentar na atualidade. Da mesma forma, ressaltamos que essa fonte de dados sobre a relação dos espaços com os indivíduos, dos grupos humanos e suas diferentes formas de alimentação, revela a dinâmica das transformações sócio-espaciais[1] em curso.

No entanto, no que se refere às produções políticas e científicas do campo da Alimentação e Nutrição sobre o *espaço* e seus impactos sobre a alimentação humana, noções como meio, ambiente, território vêm sendo empregadas, no geral, em torno de um mesmo significado: as "delimitações físico-geográfica" onde acontecem as práticas alimentares. Como exemplo, podemos destacar o Guia Alimentar para a população Brasileira de 2014.

> Muitos fatores – de natureza física, econômica, política, cultural ou social – podem influenciar positiva ou negativamente o padrão de alimentação das pessoas. Por exemplo, morar em bairros ou territórios onde há feiras e mercados que comercializam frutas, verduras e legumes com boa qualidade torna mais factível a adoção de padrões saudáveis de alimentação (BRASIL, 2014, p. 22).

Marcelo Lopez de Souza (2018) destaca que tem sido comum, em nossa época, a proliferação de palavras, mais do que propriamente, de conceitos. Para ele, isso reflete tanto as angústias e as perplexidades de nosso tempo, como a sua superficialidade. É comum que pesquisas, documentos e textos que apresentam políticas públicas, de uma maneira geral, desconsiderem o espaço como *categoria analítica* – que se relaciona com conceitos e teorias estabelecidas – sendo, portanto, noção ainda não refletida sistematicamente. Destacamos que os conceitos são unidades explicativas fundamentais, ferramentas analíticas, constitutivas, além de nutridas por uma construção teórica que lhes garante coerência (SOUZA, 2018) e, nesta

---

[1] Neste estudo, adotamos os neologismos sócio-espacial e sócio-espaciais, embasados nos estudos de Marcelo Lopes de Souza(2018), objetivando o protagonismo semântico, em iguais proporções, dos termos social e espacial, em detrimento do vocábulo normatizado socioespacial, em que o social perde o referido protagonismo para, somente, adjetivar a noção de espaço. No decorrer do texto, detalharemos esta nota.

perspectiva, a pesquisa *sócio-espacial* engloba esforços de investigação científica, filosoficamente embasada e informada, em que as relações sociais e os espaços são, ambos devidamente valorizados *e* articulados entre si com densidade no decorrer da construção do objeto e da própria pesquisa. Palavras e noções, quando não exploradas conceitualmente, podem corroborar um discurso que tende a homogeneizar espaços múltiplos e sociedades diversas a partir de uma perspectiva simplificadora da realidade, sem que os agentes do discurso e os leitores venham a alcançar a complexidade e as problemáticas postas por detrás daquilo que evocam. Neste sentido, Pierre Bourdieu ressalta a importância de a ciência dirigir-se para as estruturas invisíveis que organizam o percebido.

> [...] sem ter a menor ideia da dificuldade e da gravidade do que evocam e das responsabilidades em que incorrem ao evocá-las diante de milhares de telespectadores, sem as compreender e sem compreender que não as compreendem. Porque essas palavras fazem coisas, criam fantasias, medos, fobias ou, simplesmente, representações falsas. (1997, p. 26).

Nesse sentido, destacamos que optamos pela grafia "sócio-espacial" em detrimento da grafia socioespacial concordando com amplo debate promovido pelo geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2018). Em *socioespacial* sem hífen o sócio apenas qualifica o espacial, limitando a abordagem dos pesquisadores que se dirigem aos estudos sócio-espaciais. Ao adotarmos o conceito de pesquisa sócio-espacial estamos falando, em mesma proporção, tanto da dimensão social quanto da espacial em nossos objetos. Assim, buscou-se enfatizar, ao longo das distintas correntes teóricas apresentadas na presente dissertação, que o *espaço* não deve ser reduzido a sua materialidade. Como bem coloca o geógrafo Marcelo Lopez (2018), para se compreender e elucidar o *espaço* é preciso interessar-se profundamente pelos seres humanos e pelas relações sociais nele estabelecidas, tendo em vista que ambos estão mutuamente construindo-se e descontruindo-se a todo instante:

> E necessário interessar-se pela sociedade concreta, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam. E é aqui que entra em cena o sócio-espacial, no qual o "sócio", longe de apenas qualificar o "espacial", torna-se um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais. (LOPEZ, 2018, p. 16)

Nesta sequência, gostaríamos de alertar que optamos por utilizar como marcação discursiva o recurso da grafia em itálico quando do emprego ou apresentação de conceitos sócio-espaciais, tornando a diferenciação entre esses e as palavras de uso corrente mais evidente ao leitor no transcorrer do texto. Esclarecemos, ainda, que as aspas, ademais de seu uso corrente para marcar citações curtas, foram utilizadas para enfatizar palavras ou expressões cujo emprego em determinadas circunstâncias dissentimos ou colocamos em dúvida.

Na presente pesquisa, também se buscou pôr em evidência a problemática da mundialização dos meios de comunicação[2], transporte e informação ocorrida nas últimas décadas, bem como seus impactos sobre as questões alimentares e espaciais no campo da Alimentação e Nutrição. Na tentativa de limitar certos impactos da globalização sobre as práticas alimentares da população, observa-se, no Brasil, importantes iniciativas no âmbito das políticas públicas e de pesquisas científicas que vão em direção à preservação de "costumes alimentares tradicionais*"* através da normatização dos espaços e do comer, sendo esses frequentemente entendidos nos documentos oficiais como cultura alimentar local em ambientes alimentares saudáveis. Tais esforços são notavelmente marcados por uma *racionalidade técnica e instrumental* [3] já agregada às políticas de saúde, entre as quais as de Alimentação e Nutrição.

> A elaboração de guias alimentares insere-se no conjunto de diversas ações intersetoriais que têm como objetivo melhorar os padrões de alimentação e nutrição da população e contribuir para a promoção da saúde. Neste sentido, a OMS propõe que os governos forneçam informações à população para facilitar a adoção de escolhas alimentares mais saudáveis em uma linguagem que seja compreendida por todas as pessoas e que leve em conta a cultura local (BRASIL, 2014, p. 7).

Tais políticas públicas, alicerçadas sobre uma concepção ampliada de saúde, apresentam uma série de advertências em relação aos *ambientes alimentares*, colocando sobre estes um peso de determinação sobre os indivíduos e grupos. Registramos o diálogo do campo da Alimentação e Nutrição com as dimensões sócio-espaciais à medida que o ambiente passa a ser visto como um determinante na adoção de práticas alimentares e um recipiente de *riscos* à saúde da população. Frisamos que essa é uma situação interessante, na qual a alimentação e o espaço em múltiplas escalas – regional, estadual, continental, bem como de bairros, feiras, restaurantes ou mesmo diferentes locais de trabalho – merecem ser cuidadosamente valorizados enquanto *lugares* em permanente processo de formação e transformação. As unidades espaciais, consideradas para fins de planejamento e gestão promovidos pelo Estado, só representarão uma valorização do *espaço*, enquanto *lugares de alimentação*, uma vez que não tiverem sido

---

[2] A informação transmite determinada ordem de símbolos e a medida da informação é a medida de uma ordem. A comunicação, designa o caráter específico das *relações humanas* que são ou podem ser relações de participação recíproca ou de compreensão. Portanto, esse termo vem a ser sinônimo de "coexistência" ou de "vida com os outros" e indica o conjunto dos modos específicos que a coexistência humana pode assumir, contanto que se trate de modos "humanos", isto é, nos quais reste certa possibilidade de participação e de compreensão. Assim os objetos são técnicos, científicos e informacionais e *não comunicacionais*, pois transmitem mensagem sem que para isso esteja envolvido diretamente outro "ser humano". Os objetos informam, não comunicam.

[3] Baseado em Habermas (1988), Ayres (2007) postula que a racionalidade técnica instrumental é, no campo da Saúde, uma manifestação do movimento de colonização instrumental ou sistêmica do mundo da vida. Um saber exclusivamente instrumental, provido pelo arsenal científico-tecnológico de um profissional ou serviço que se aplica sobre um substrato passivo, o usuário ou a população.

delimitadas a partir de critérios técnicos instrumentais pautados sobre pressupostos da biomedicina, tais como indicadores quantitativos de doenças ou respaldados em concepções conservadoras sobre a cultura alimentar local que não reconheçam suas atualizações cotidianas. A partir dessas referências, esta pesquisa estabeleceu como objetivo geral problematizar o uso de noções com conotação espacial em estudos e documentos no campo da Alimentação e Nutrição e propor como ferramenta teórica os conceitos de *espaço* e *lugar*, buscando apresentar ao leitor a pluralidade de concepções e constructos teóricos que os tomam como objeto de análise. Propomos, assim, uma nova forma de abordagem para os estudos sócio-espaciais em Alimentação e Nutrição. Para tal, a presente dissertação foi organizada em quatro capítulos. O primeiro, intitulado "Construção do conhecimento: pontos de partida" teve como objetivo específico expor nossas perspectivas quanto à construção dos conhecimentos na lida acadêmica, situando a autora e o contexto de produção do trabalho. Diante do crescente interesse do campo da Alimentação e Nutrição em abordagens e teorias que reconheçam o *espaço* como dimensão da vida social fundamental na compreensão dos fenômenos alimentares contemporâneos. No segundo capítulo, nomeado "Contribuições teóricas sobre os conceitos de *espaço* e *lugar*: a pluralidade de concepções em evidência", abordou-se o conceito de *espaço*, para em seguida articulá-lo ao conceito de *lugar* em distintas vertentes teóricas, sendo sua razão principal construir alicerce teórico para as análises desenvolvidas nos capítulos seguintes.

Focalizamos a existência de inúmeros discursos sobre a "globalização" e suas consequências econômicas e sociais; por outro lado, são raros aqueles que problematizam este processo e as relações qualitativas que as sociedades e os homens mantêm com os *espaços* de alimentação. O projeto de mundialização neoliberal de alimentação permeia os *lugares*, tornando-os ainda mais dinâmicos não apenas materialmente, mas simbolicamente, multiplicando os sentidos e significados da cultura alimentar local. Neste sentido, o terceiro capítulo, intitulado "Cultura alimentar local e reflexões sobre o *lugar*: múltiplos sentidos em transformação" teve como objetivo específico problematizar o contexto sócio-espacial em que o consumo de alimentos se insere na atualidade brasileira e a razoabilidade de algumas orientações presentes em documentos oficiais a respeito da preservação de culturas alimentares "tradicionais", "genuínas", e "locais".

O quarto capítulo, intitulado "Espaço e Alimentação: do meio aos encontros", teve como tarefa contextualizar o campo da Alimentação e Nutrição em seus diálogos com os campos da Saúde e da Geografia, apontando confluências e dissidências teóricas entre estes, colocando nossos esforços na elucidação e (re)interpretação de algumas noções que vêm atravessando a pesquisa sócio-espacial, de Josué de Castro aos dias atuais, com destaque para as noções de

meio, meio ambiente, ambiente alimentar e território. Ao cabo, propomos, a partir das contribuições teóricas de Milton Santos, Doreen Massey e Tim Ingold, o conceito de *lugares-encontro*, para pensarmos os espaços de alimentação na atualidade, desafiando as velhas dicotomias saúde-doença e homem-natureza, que, ainda hoje, colocam-se como entraves ao entendimento da alimentação como fenômeno complexo e interdisciplinar.

1 CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: OS CAMINHOS DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo abordar nossas perspectivas quanto à construção dos conhecimentos na lida acadêmica, demonstrando como gradualmente o ponto de vista da autora foi sendo organizado no decorrer da escrita da presente dissertação, o contexto em que esteve inserida e o caminho teórico-metodológico traçado durante a pesquisa.

1.1 As dicotomias do pensamento científico

Se por um lado, no campo das *Ciências Naturais*, o valor do *alimento* está, hegemonicamente, relacionado à sua composição química, qualidade sanitária, inocuidade e possibilidades terapêuticas, por outro, no campo das *Ciências Sociais*, a *comida* e o *corpo* ocupam um lugar de expressão da estrutura social de um grupo, sua organização e seus valores simbólicos (CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011). Neste sentido, destacamos que, para além da comida e do corpo, a compreensão dos *lugares de alimentação* também pode expressar a estrutura social de um grupo, seus valores simbólicos e sua organização, permitindo que tracemos paralelos entre a alimentação e o espaço, possibilitando assim a aproximação entre abordagens das *Ciências da Natureza* e das *Humanidades* com as devidas precauções que estas requerem.

Em relação às distintas abordagens das *Ciências Sociais e Humanas* e *Ciências Naturais*, o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves (1989) lembra-nos que a clássica separação entre homem e natureza é uma característica marcante do pensamento que tem dominado o chamado mundo ocidental.

> No ocidente, já houve época em que o modo de pensar a natureza foi radicalmente diferente do que tem dominado nas épocas moderna e contemporânea, muito embora possamos encontrar na Idade Média e entre filósofos do período clássico grego essa mesma visão dicotomizada, parcela, oposta, entre homem e natureza. (GONÇALVES, 1989, p.28)

No que tange a tal modo de pensar radicalmente diferente e que antecede as dicotomias próprias do pensamento clássico e moderno, torna-se pertinente retornarmos à ideia de *Physis*. Como nos diz Gerd Bornheim (1985), para os pré-socráticos a ideia de *Physis* é a mais ampla e radical possível, compreendendo em si tudo o que existe: homens, plantas, cidade e deuses. Assim, a *Physis* era considerada a origem de todos os seres e coisas mortais do mundo que estariam em permanente transformação.

A *Physis* é a totalidade de tudo que o é. Esta não designa aquilo que nós, hoje, compreendemos por natureza. Bornheim considera que o modo de pensar o todo real a partir da *Physis* não implicaria *naturalizar* todos os entes ou restringir-se a este ou aquele ente natural. Pensar o todo real a partir da *Physis* seria pensar a partir daquilo que determina a realidade e a totalidade desta. O conceito de *Physis* pouco a pouco desintegrou-se. O início da separação entre natureza e homem emergiu de um contexto de desvalorização do pensamento pré-socrático com os filósofos clássicos, sendo pejorativamente classificado como uma forma mítica de pensamento e não filosófica. Séculos mais tarde, com a influência judaico-cristã, a oposição homem-natureza, espírito-matéria adquire maior dimensão. Coloca Porto Gonçalves: "Os cristãos vão afirmar decididamente que Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, pondo desta forma o homem como um ser dotado de um privilégio sobre as demais coisas da terra, entendidas como natureza (1989, p. 34). A perfeição da ideia em oposição à realidade mundana própria da filosofia de Platão foi reapropriada pelo cristianismo, opondo a perfeição de Deus à imperfeição do mundo material.

Localizado em um local privilegiado (os céus, o alto), Deus tudo controla e tudo vê, cristalizando também a separação entre *espírito* e *matéria*. Como já é amplamente debatido na literatura, foi com o filósofo e matemático René Descartes, no século XVII, que essas oposições se consolidaram, constituindo o centro do pensamento científico moderno e contemporâneo. Nesse sentido, destaca-se que o conhecimento cartesiano vê a natureza como um recurso, ou, "um *meio* para se atingir um fim". A emergência deste pensamento também foi marcada pelo antropocentrismo, isto é, o homem passou a ser visto como o centro do mundo, um *sujeito* homem em oposição ao objeto *natureza, meio, meio ambiente*. Desta forma, o homem, instrumentalizado pelo método científico, pôde penetrar os mistérios da natureza e assim tornar-se senhor e possuidor desta.

No que tange à relação entre homens, natureza e nossa procura por perspectivas teórico-metodológicas não dualistas, destacaremos no decorrer da pesquisa o conceito de *espaço* em distintas vertentes da Geografia. Nesse sentido, a concepção "*Espaço Totalidade*" de Milton Santos (1988) nos guiou em parte da construção do presente estudo. Como diz o autor: "O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida" (1985, p. 4). A ideia do espaço enquanto *totalidade* levou-nos a refletir sobre os inúmeros desdobramentos das separações que estruturam a racionalidade científica atual: espírito e matéria; homem e meio; natureza e cultura; sujeito e objeto.

No tocante à racionalidade científica hegemônica, concordamos com Santos (1988) quando enfatiza que a tecnologia resultante das ciências, agora utilizada em escala mundial,

estaria pautada sobre essas separações e seriam comandadas por uma busca desenfreada pelo lucro e pela produtividade, tornando-se assim, como os demais elementos do capitalismo, um elemento exógeno para grande parte da humanidade, acarretando assim consequências de longo alcance.

> A ciência tem, doravante, um papel produtivo. Quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir à sociedade. Trata-se de um saber instrumentalizado, onde a metodologia substitui o método. (SANTOS,1988, p. 18)

Assim, para o autor e para nós, um outro e igualmente importante elemento a ser destacado neste processo de construção do objeto de pesquisa, diz respeito à fragmentação das ciências como um todo, que tem como resultado não a autonomia desejável das disciplinas científicas, mas a sua separação. A evolução econômica agrava as distâncias disciplinares, dificultando, cada vez mais, as abordagens de enfoque global e a adoção de uma visão crítica que nos permita, enquanto cientistas, debruçarmo-nos sobre os problemas sociais crescentes no mundo internacionalizado.

> [...] não surpreende constatar as múltiplas formas de submissão a interesses inglórios do mundo da produção. Elas se põem, por vezes sem julgamento crítico, a serviço do marketing, daquilo que se chama relações humanas, de toda sorte de social engineering e de produção, sob encomenda das ideologias, reduzindo assim gradualmente suas possibilidades. Desse modo as ciências sociais se interessam por uma amostragem tendenciosa das contradições mais importantes: O Estado e as firmas transnacionais, o Estado e a Nação, o crescimento e o empobrecimento, o Leste e o Oeste, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento etc., de modo a ocultar as causas reais e os resultados visíveis dos encadeamentos entre fenômenos. (SANTOS, 1988, p. 19)

Se, por um lado, a ciência se constitui como uma força produtiva, observa-se, por outro, um deslocamento da importância dos saberes no que concerne ao homem, ou seja, dos saberes que ultrapassam uma questão técnica de domínio das ciências – assim designada como – exatas. No que tange às temáticas que envolvem a sociedade e seu espaço, Santos nos diz que:

> [...] se não buscarmos categorias analíticas que permitam ver o todo como processo, como uma situação em movimento, tratar geograficamente os objetos será apenas uma proposição tautológica. Trata-se de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em sua interação. (1996, p. 77)

E continua em sua reflexão.

> A questão que se coloca aqui é, pois, sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar em realidade, a partir de um ponto de vista. Este não é um dado em si, um dado a priori, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída. (1996, p. 77)

Neste sentido e ao encontro de nossas perspectivas, Edgar Morin (1998) ratifica a necessidade de superação do pensamento cujos pressupostos seriam, além da ordem, a separabilidade e a lógica. Tais pilares sustentam ainda hoje a "[...] separação entre ciência e filosofia e, mais amplamente, entre 'ciência e cultura humanista', filosofia, literatura, poesia etc." (1988, p 12). Argumentando e questionando a atualidade desses princípios, o autor, assim como nós, aposta não na ruptura total com os mesmos, mas na entrada de uma nova lógica que nos permita integrar as contradições, mostrando que é possível promover um incessante jogo de circularidade entre nossa lógica tradicional e as transgressões necessárias ao progresso de uma racionalidade aberta.

Como evidencia Paul Claval, a própria Geografia nasce como um ramo das Ciências Naturais e isto explica o fato de que os geógrafos – que por definição (e ironia) estudariam a grafia do homem na terra – tenham, por muito tempo, resistido em levar em consideração certas dimensões da realidade humana, sendo mais sensíveis à diversidade das paisagens naturais do que à originalidade dos homens e às iniciativas que tomavam frente ao *mei*o[4]. E coloca: "Os homens não param de questionar sobre as razões de sua presença na Terra: eles sentem a necessidade de dar sentido à sua existência e ao mundo em que vivem. É disso que os geógrafos devem partir na sua análise" (2014, p. 68). A Geografia estuda a distribuição dos homens, de suas atividades e de suas obras na superfície da terra e tenta explicá-la pelo modo como os grupos se inserem no espaço, como o transformam e por ele são transformados. Assim, aqueles que, assim como nós, estiverem interessados em temáticas que envolvem a compreensão do papel do espaço em fenômenos sociais, deveriam debruçar-se sobre os laços que os homens tecem entre si e as maneiras como instituem a sociedade, como a organizam e a identificam com o meio no qual vivem ou sonham (CLAVAL, 2014).

Desta forma, colocam-se algumas questões. Como os homens percebem e concebem o espaço, a sociedade e o mundo? Por que valorizam mais ou menos certos espaços da alimentação, atribuindo aos lugares distintas significações? Nesse registro e na presente pesquisa, consideramos que o espaço e a alimentação não estão situados no exterior da realidade social, mas fazem parte dela, surgindo assim a necessidade de se analisarem as relações entre a comensalidade, a sociedade e o *lugares* em que estão inseridos, de maneira conjunta, buscando a integração de diferentes vertentes do conhecimento a fim de elucidar a complexidade da

[4] A reflexão sobre este conceito revelou-se necessária no trajeto da pesquisa. Dedicamos uma seção especial para *o meio* no capítulo "Do *meio* aos *lugares-encontro* de alimentação". Longe de ser uma categoria mal refletida, no âmbito das ciências, foi também amplamente debatida por importantes geógrafos como Friedich Ratzel, Vidal de La Blache, Josué de Castro e Milton Santos, tendo seu conteúdo histórico analítico interpretado e (re)interpretado por estes ao longo de séculos.

temática em questão. Como nos lembra Moreira (2003), a palavra comensalidade deriva do latim “mensa” que significa conviver à mesa e isto não somente abrange o padrão alimentar ou o que se come, mas, principalmente, como se come e inserimos aqui onde se come. A comensalidade deixou de ser considerada como uma mera consequência de fenômenos biológicos para tornar-se um dos fatores estruturantes da organização social. Assim, estudos que abrangem aspectos qualitativos da alimentação, quando integrados às reflexões sócio-espaciais, poderão nos revelar importantes aspectos da vida cotidiana, do seu núcleo mais íntimo e mais compartilhado. Poderemos compreender melhor a sociabilidade manifesta na comida compartida em *lugares-encontro* marcados pelas múltiplas estórias que os compõe.

Dentro desses preceitos, o presente estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, ou seja, que busca interpretar os sentidos e significados de fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Desta forma, na tentativa de superar as limitações disciplinares restritas ao espaço material, consideramos o espaço, acima de tudo, como marca e matriz das ações humanas; assim, distanciamo-nos de abordagens metodológicas que operam frequentemente em uma chave de separação entre o sujeito (o pesquisador) e o objeto (o espaço) a ser conhecido. Nesta linha de raciocínio, insere-se o debate de questões acerca da Ciência e da Cultura. O antropólogo Roy Wagner (2010) leva-nos a refletir sobre a consciência da cultura do pesquisador na construção de um objeto de pesquisa.

> Assim como o epistemólogo, que considera o significado do significado, ou como o psicólogo que pensa como as pessoas pensam, o “antropólogo – e incluímos aqui, o geógrafo, já que este deve interessar-se pela ação humana – é obrigado a incluir a si mesmo e seu próprio modo de vida em seu objeto de estudo, investigando antes a si mesmo. [...] o antropólogo usa sua própria cultura para estudar outras, e para estudar a cultura em geral (2010, p. 28).

Para Wagner (2010), uma *consciência de cultura* gera uma importante qualificação dos objetivos e do ponto de vista do pesquisador, uma vez que esta precisa – de forma lúcida – renunciar à clássica pretensão racionalista de *objetividade absoluta* em favor de uma *objetividade relativa*. Para o autor e para nós é evidente que um pesquisador deve ser tão imparcial quanto possível na medida em que esteja consciente de seus pressupostos; no entanto, alerta-nos para o fato de que quando não estamos conscientes destes, frequentemente, os assumimos implicitamente, de maneira naturalizada, como tão certos que nem nos apercebemos deles no decorrer da pesquisa. Assim, é necessário assumirmos na construção dessa pesquisa que a *objetividade relativa* pode ser alcançada, assumindo quais são nossas tendências, as maneiras pelas quais nossa cultura nos permitiu compreender uma outra cultura e as limitações que isso impõe a tal compreensão, pois uma *objetividade absoluta* nos exigiria que não

tivéssemos nenhum viés e, portanto, nenhuma cultura. Coloca Wagner que "[...] a ideia de cultura coloca o pesquisador em pé de igualdade com seus objetos de estudo" (2010, p. 28). Desta maneira, em nossa perspectiva, tomamos o espaço como condição e reflexo da ação humana, da cultura em sentido amplo. Como temos como objeto a reflexão sobre o espaço e a alimentação humana, consideramos nossa própria cultura e nosso posicionamento sócio-espacial na construção do presente trabalho. Para tanto, as linhas que seguem abaixo têm como objetivo apresentar a pesquisa, a autora e suas respectivas posições.

1.2 **Ponto de partida: um encontro de trajetórias**

A presente pesquisa tem, sobretudo, como meta, o diálogo entre o espaço, a sociedade e a alimentação em uma perspectiva que possibilite aproximações interdisciplinares. Com o título "O *espaço* como ferramenta teórica para estudos no campo da Alimentação e Nutrição: considerações sobre o conceito de *lugar*" a pesquisa nasce de um encontro de trajetórias: a trajetória de um Núcleo de Estudos sobre Alimentação e Cultura (NECTAR), situado no Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que vem se destacando pela produção científica inovadora, trazendo para o campo da Alimentação e Nutrição abordagens oriundas das Ciências Sociais e Humanas; a trajetória do próprio campo da Alimentação e Nutrição no Brasil que passa a interessar-se pelos determinantes socioambientais no consumo de alimentos; a trajetória de uma geógrafa recém-formada que acabava de ingressar em sua segunda graduação, desta vez, em Nutrição na acima citada universidade e que já carregava consigo questionamentos acerca das culturas alimentares, do espaço e da ciência.

Como já exposto nos parágrafos acima, não temos como pretensão alcançar uma *objetividade absoluta*, mas sim uma *objetividade relativa* na presente dissertação de mestrado. Desta forma, cabe aqui uma apresentação pessoal, bem como, da trajetória que antecedeu a construção do presente trabalho. Saliento minha formação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, cujo direcionamento deu-se para área de mapeamento de uso e cobertura do solo com vistas à compreensão do fenômeno das inundações urbanas no município do Rio de Janeiro. A partir dos projetos[5], em que participei como bolsista de Iniciação Científica, pude

[5] Projetos em que tive participação durante a formação em Geografia: 2013 – 2014: Geomorfologia Fluvial: Enchentes na Sub-Bacia do Canal do Cunha-Rio de Janeiro, RJ.; 2014 – 2016: Relação entre ação antrópica e inundação no compartimento hidrográfico da Baía de Guanabara-RJ: Uma contribuição à Gestão Municipal; 2015 – 2016: Desenvolvimento e Aplicação de Caixa de Areia com Realidade Aumentada no Ensino de Geografia; 2017: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência PIBID. Título da monografia

perceber que os fenômenos naturais, tais como enchentes e alagamentos, estão associados aos fenômenos históricos, sociais, culturais e políticos da produção do espaço pelo homem.

No que tange ao mapeamento de usos e cobertura do solo em um espaço urbano, o descontentamento com a defasagem dos mapas[6] que acabara de produzir fez com que eu buscasse complementá-los com uma abordagem histórica da urbanização do município do Rio de Janeiro, juntamente ao levantamento das legislações referentes à ocupação do solo. Ainda assim, um traço de insatisfação com a não compressão dos processos em questão a partir de um olhar contemporâneo, humanístico e cultural perpetuou-se. A sensação que prevaleceu ao fim do projeto fora que os mapas não poderiam responder por eles mesmos às problemáticas culturais associadas e à complexidade do espaço geográfico, principalmente, no que tange as transformações a que este está submetido em decorrência da interação entre humanos e não-humanos (tomemos a palavra como natureza, no sentido dos fenômenos edafoclimáticos).

Existe um outro ponto de minha trajetória que considero pertinente a ser destacado a fim de compreendermos melhor meu posicionamento na redação da presente pesquisa. Mesmo diante de tal esforço de complementariedade entre mapeamento, história espacial e legislação e das múltiplas disciplinas a que tive acesso no curso de graduação em Geografia que se propuseram a abordar os fenômenos socioambientais através de uma perspectiva holística, ainda pude sentir as implicações da dicotomia homem-natureza traduzida pela separação do campo disciplinar da Geografia em dois subcampos: o da Geografia Humana e o da Geografia Física. Por achar que havia necessidade de escolha por uma destas subáreas, optei pelo prosseguimento de meus estudos em novos campos do conhecimento.

Diante de tal incômodo – tendo em mente a clareza acerca da ilusão de uma explicação racional de nossas escolhas *a posteriori* – procurei por um campo do conhecimento que, naquele momento, pensei não poder ser abordado através da mesma dicotomia: a Alimentação Humana. Ao chegar à graduação em Nutrição fui surpreendida por disciplinas como Anatomia, Histologia e Química. Em meio a tantas fórmulas e descrições, não tardaram os questionamentos. Onde estão os humanos? Não demorou (ou demorou?) para que eu entendesse que a velha separação homem *vs* natureza também estava presente na Nutrição, mas agora com

---

apresentada ao final do bacharelado (julho de 2016): *Inundações no Compartimento Hidrográfico da Baia de Guanabara- RJ: Análise sob a perspectiva do planejamento urbano integrado*.

6 Após alguns anos usando técnicas de mapeamento comecei a refletir sobre a impossibilidade de capturar a dinamicidade da vida por métodos cartográficos. À época os mapas desprendiam semanas para serem produzidos e ao final não atendiam aos meus anseios de compreensão das transformações cotidianas envolvidas no uso e ocupação da terra. Esta parece uma reflexão banal, mas exerceu forte impacto sobre a presente dissertação.

uma outra roupagem: a da Natureza como Biologia Humana e o Homem como ser racional, autônomo e responsável por suas escolhas alimentares.

No primeiro semestre de 2018, já como ouvinte das aulas de Metodologia da Pesquisa Qualitativa no NECTAR, optei por trancar minha matrícula no curso de graduação em Nutrição e prestar reingresso para o curso de Sociologia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Assim, venho conciliando as disciplinas do curso de Sociologia à escrita da presente dissertação e às atividades do Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (NECTAR).

De lá para cá, como registrado nas seções acima, compreendi que, para além do campo da Alimentação e Nutrição ou da Geografia, boa parte das ciências estão pautadas sobre estas separações e que o movimento de aproximação e distanciamento destas faces configura um cenário em disputa. A leitura de autores como Alves-Mazzotti (1998), Tomas Kuhn (1962), Alan Sokal & Jean Bricmont (1955), Bruno Latour (1997), Viveiros de Castro (2002), apesar de não usada diretamente na construção do presente texto, proporcionou a reflexão sobre a profundidade da problemática supracitada.

Neste sentido, cabe ressaltar que o movimento de (des)naturalizar e (des)romantizar a natureza vem constituindo uma grande empreitada. Penso que tal fato esteja associado à minha trajetória e proximidade com os pressupostos daquilo que por alguns é considerado a Geografia Física. Para além do conceito de natureza, (re)pensar tantos outros conceitos da Geografia, naturalizados em mim, também está no seio desta empreitada, pois entendemos com o antropólogo Roy Wagner (2010) que isso faz parte de um processo de autoconhecimento e auto posicionamento, uma vez que a cultura do pesquisador permite-lhe conhecer e dialogar com a cultura do pesquisado, seja em um campo clássico (onde se convive com pessoas e lugares) seja, como em nosso caso, revisitando e reinterpretando autores e teorias.

Neste percurso, saliento que quando iniciei as disciplinas oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Saúde no Instituto de Nutrição da UERJ, ainda como ouvinte, o choque cultural deu-se de maneira imediata: a *Estrutura* de Milton Santos não é a mesma *Estrutura* de Levis Strauss, o *valor de uso* de Marx não é o *Consumo* de Mary Douglas e para somar: o *ambiente alimentar* não é o *Espaço Geográfico*. Desta forma, posso dizer que “a confusão conceitual”, ou melhor, o processo em curso de desnaturalização conceitual, foi um dos motores da construção das reflexões presentes nesta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Maria Lúcia Bosi, Shirley Donizete Prado e Ligia Amparo-Santos (2018), importantes representantes do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil, recuperaram na Revista Nutrição[7] 42 artigos buscando palavras, tais como: "urbano", "urbana", urbanidade", "urbanização", "rural", "ruralidade". Neste seguimento, as autoras ressaltam que a palavra "ambiente" corresponde a um vocábulo que se manifestou em 49 trabalhos publicados. Nesses, majoritariamente, tais palavras se referem à situação geográfica de cunho espacial, onde se dá, por exemplo, a compra de alimentos. "Pode ser uma escola e seu entorno, uma universidade, uma empresa onde se trabalha, um bairro, uma parcela de algum município ou ele todo" (2018, p. 14). As autoras apontam que os sentidos implicados nesse conjunto de expressões trazem a marca da palavra dicionarizada: delimitação geográfica, física.

> De qualquer modo, alinha-se a ideia de ambiente a concepções relativas a urbano, rural, regional, local que seguem, assim, compondo a produção científica no campo da Alimentação e Nutrição, seja como elemento operacional de pesquisa, seja como componente de gestão de programas ou ações em saúde, educação ou assistência social, por exemplo. (BOSI, PRADO e AMPARO-SANTOS, 2018 p. 16)

Neste sentido, ressaltamos que a produção científica do campo da Alimentação e Nutrição tem sido marcada pelo termo ambiente alimentar, sendo este largamente utilizado em pesquisas e políticas orientadas para fins nutricionais. Esses trabalhos, de uma maneira geral, operam a partir de referências metodológicas situadas no âmbito da Biomedicina, mais especificamente da Epidemiologia. Sob esta ótica Glanz, K et al. (2005) e Kumanyika S et al (2013) declaram que o ambiente alimentar é definido pelos ambientes físico (disponibilidade, qualidade e promoção), econômico (custos), político (políticas governamentais) e sociocultural (normas e comportamento), em que se vive, estuda e/ou trabalha, e que propiciam oportunidades e condições que afetam a salubridade da alimentação e o estado nutricional dos indivíduos e da comunidade. Estes são frequentemente investigados no âmbito da comunidade, na qual se observa a distribuição dos estabelecimentos comerciais em número, tipo, localização e acessibilidade; e no âmbito do consumidor, que abrange o que se encontra dentro e ao redor dos estabelecimentos (qualidade, preço, propaganda, disponibilidade e variedade dos alimentos ofertados) (GLANZ,K 2005).

---

[7] Fundada em 1988, com periodicidade bimestral, essa publicação é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde do Centro de Ciências da Vida da PUC Campinas e se dedica a expor artigos que colaboram para o estudo geral e desenvolvimento do profissional da área. A revista está disponível em diversas bases de dados dedicadas à pesquisa acadêmica e científica, como: SciELO; Web of Science; Cab Abstract and Food Science Technology Abstracts e Latindex.

> O ambiente, seja onde se vive ou trabalha, pode facilitar ou dificultar diferentes aspectos, como o acesso a alimentos, influenciando na qualidade da alimentação [...], o que é estudado na literatura como ambiente alimentar. A alimentação adequada e saudável só é viável a partir de ambientes alimentares que garantam o acesso a alimentos e sustentem condições mínimas em que as pessoas sejam capazes de prosperar [...]. O ambiente alimentar contempla diferentes dimensões, mas exploraremos o ambiente construído por estar diretamente ligado ao acesso de alimentos. O ambiente construído é o resultado de uma ação conduzida por diferentes atores e que, de alguma forma**,** favorece comportamentos saudáveis ou não. (LOPES et al., 2017, p. 765)

Assim, nessa perspectiva, a disposição de alguns tipos de estabelecimentos comerciais – feiras livres, mercados, padarias – pelo território seria, entre outros, fatores "determinantes" no consumo de "alimentos saudáveis" pela população exposta a esses serviços.

> A influência do acesso de alimentos sobre o consumo parece variar de acordo com o tipo de estabelecimento disponível no território**.** Supermercados, sacolões e feiras-livres têm sido apontados como indutores do consumo de alimentos saudáveis, como FH, por apresentar em maior variedade, melhor qualidade e menor custo. Já pequenos comércios e lojas de conveniência possuem produtos com qualidade inferior, preços superiores e comercializam principalmente produtos ultraprocessados – ricos em gorduras, sal, açúcar e aditivos químicos (LARSON, 2009, p. 79).

Autores dos estudos dirigidos ao ambiente alimentar destacam que há "[...] a necessidade de se pensar em intervenções e políticas públicas que possam modificar o ambiente alimentar, especialmente aquelas dirigidas ao abastecimento de alimentos dos grandes centros urbanos" (JUNIOR, 2018). Encontramo-nos no Brasil, em particular, diante de um cenário de profundas desigualdades sócio-espaciais, como apontam tais estudos, ressaltando a importância de as intervenções territoriais serem precedidas por um aprofundamento na compreensão da dinâmica dos sistemas de objetos e de ações (SANTOS,1996) que envolvem os múltiplos circuitos de produção de alimentos e suas diferentes formas de espacialização nos grandes centros urbanos, perpassando deste modo a compreensão das diferentes dimensões da vida social (cultural, política e econômica) imbricadas na dimensão espacial da alimentação.

Reiterando essa linha argumentativa, como nos mostra Claval (2014), as circunstâncias demandam hoje uma reconstrução ainda mais intensa sobre os temas da cultura, ressaltando que as teorias construídas com reforço da economia e da estatística relevam-se limitadas para explicar as transformações em curso e para propor medidas eficazes. Tais transformações resultam, inclusive no Brasil, em ressurreição dos nacionalismos, da emergência de fundamentalismos e da procura, por grande parte da população, por uma identidade que parece lhe escapar.

> A mundialização da economia e os progressos da comunicação modificam radicalmente as condições de vida e rompem com os equilíbrios que caracterizavam inúmeras sociedades [...] a modernização fez-se tão rapidamente no decorrer dos últimos trinta anos que as readaptações psicológicas exigidas ainda não aconteceram.

> Os problemas culturais nunca ocuparam tanto espaço nas inquietações do homem. (CLAVAL, 2014, p. 67)

Desta forma, partindo de uma premissa comum aos estudos e políticas referentes ao ambiente alimentar, concordamos que os indivíduos jamais se desvincularam do espaço em que estão inseridos. Ao mesmo tempo, enfatizamos que o espaço precisa ser analisado de maneira viva, ágil, vinculado ao seu momento histórico, à cultura e à intensificação dos fluxos que pressupõe sua (re)organização dinâmica. Assim, o presente capítulo se justifica em razão do crescente interesse em abordagens e teorias que reconheçam o *espaço* como dimensão fundamental da vida social na compreensão dos fenômenos alimentares contemporâneos. Com este texto, procuramos evidenciar ao leitor que a noção de *espaço* não é homogênea, mensurável, existente *a priori*, independentemente das culturas, dos tempos históricos e das *teorias* que a sustentam. Assim levantamos algumas abordagens teóricas do conceito de *espaço,* articulando-o ao conceito de *lugar* em múltiplas perspectivas, a fim de construir um alicerce teórico para as análises desenvolvidas nos capítulos posteriores.

2.1 ***Espaço* e *Lugar* em Milton Santos: pondo luz em sua rede conceitual**

Para Milton Santos, o espaço está no centro das preocupações dos mais variados profissionais e seria o mais interdisciplinar dos objetos. Ele deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. “Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida” (1985, p. 1). E prossegue sua reflexão.

> A economia está no espaço, assim como espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, pelos objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. (SANTOS, 1986, p. 1)

Em seu pensamento, todos os espaços são geográficos uma vez que seriam determinados pelo movimento da sociedade e da produção. Assim, compreendemos que na obra do autor o espaço assume um valor relacional e sua definição não poderia ser encontrada se não em relação a outras realidades. “O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas” (SANTOS, 1988, p. 26). Cabe ressaltar que, em sua abordagem, o homem se constitui a partir da natureza como uma forma de vida, no entanto, seu fator distintivo determinante estaria pautado em sua capacidade de realizar trabalho.

O trabalho é definido por Santos como a aplicação da energia do homem sobre a natureza com o propósito de reproduzir a sua vida e a do grupo, seja diretamente, através de seu corpo, seja através de prolongamentos do corpo, a que comumente chamamos de dispositivos mecânicos. Toda ação humana é trabalho e todo trabalho *é trabalho geográfico*, não há produção que não seja produção do espaço e não há produção do espaço que se dê sem trabalho. Neste processo, a natureza vai progressivamente registrando e incorporando a ação do homem e dele adquirindo diferentes feições. O homem lhe imprime suas próprias formas, ou seja, seus objetos culturais, artificiais e históricos. Para o autor, diante do desenvolvimento histórico, a *natureza* conhece um processo de humanização cada vez maior, tornando-se cada dia mais culturalizada e, por conseguinte, cada vez mais tecnificada.

Nesse sentido, há um continuo processo de *socialização da natureza*, uma vez que as técnicas que se lhe incorporam cada vez mais são produtos e novo meio de trabalho de um número cada vez maior de pessoas. Coloca o autor que: "[...] hoje todos os indivíduos trabalham conjuntamente, ainda que disso não se apercebam" e completa "[...] no processo de desenvolvimento humano, não há uma separação do homem e da natureza. A natureza se socializa e o homem se naturaliza" (1988, p. 80, grifos do autor). Neste bojo, compreendemos que o planeta Terra e a comunidade humana se confundem em todo único.

No entanto, sob esta ótica, o espaço deve ser compreendido à luz do *processo*. Santos atenta para uma noção de *totalidade* que seja dinâmica, ou seja, uma totalidade tomada em movimento, cujo dinamismo faz as partes do todo colidirem continuamente, produzindo assim um novo todo a cada momento. Em sua obra, a Natureza do Espaço (1996), o autor dedica um capítulo à sua concepção de *Totalidade*, concebendo-a como uma sucessão interminável de formas-conteúdo.

O autor destaca que o funcionalismo antropológico, que utiliza a concepção de totalidade, negligencia a transformação, distanciando-a de sua abordagem teórica. Distancia-se também da concepção de fato social total de Marcel Mauss, cuja empreitada estaria situada em tentar reunir todos os elementos que definem uma região ou um país, alinhando todos os fatores possíveis de uma dada situação local. Para Milton Santos, tal concepção de *totalidade* abriria a porta para uma maré de ambiguidades, dentre as quais destaca-se a do lugar autocontido, ou seja, ausente de relações extra locais.

Para Santos, justamente a questão que hoje se coloca como pauta social é a emergência dos espaços de globalização. Para o autor, a noção de totalidade dinâmica permite um tratamento pragmático do assunto, uma vez que pela primeira vez na história estaríamos convivendo com o que nomeia de universalidade empírica – por meio de tecnologias de

comunicação, satélites orbitais e meios de transporte – e, portanto, poderíamos, atualmente, examinar as relações efetivas entre a totalidade-mundo e os lugares, revisitando o movimento do universal para o particular e vice-versa.

Dentro da concepção clássica de totalidade da filosofia, todas as coisas presentes no universo formam uma unidade, um todo. Desta afirmativa deriva-se também que tal totalidade estaria acima da soma de suas partes, podendo até mesmo explicá-las. A aplicação dessa concepção pela teoria espacial proposta por Santos é assim enunciada: "Quando a sociedade muda, o conjunto de suas funções muda em quantidade e em qualidade" e, com isso, "[...] as novas *funções* se realizarão concretamente onde as condições de instalação se apresentem como melhores" (1996, p. 116).

Em exemplificação, Santos (1996) argumenta que o aumento da população total de um país ou da população urbana mundial não se deve à influência do movimento próprio das parcelas localizadas nessas diferentes partes, mas articula-se ao movimento global decorrente das forças mais gerais responsáveis pela distribuição geográfica das diversas variáveis sobre o conjunto. Em diálogo com Goldman (1967), Santos afirma que "[...] a totalidade é o conjunto absoluto das partes em relação mútua. É assim que a totalidade evolui ao mesmo tempo para tornar-se outra, e continuar a ser totalidade" (1996, p. 117). Assim, é a realidade do todo que se busca apreender, uma totalidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. A questão que o autor e nós nos colocamos é a seguinte: como apreendê-la? Para afrontar tal problemática recorre à obra de Sartre e sua distinção entre *totalidade* e *totalização*.

Para Sartre (1960), não existem totalidades estáticas, mas apenas totalidades em movimento. Em outras palavras, a *totalidade* está sempre num incessante processo de *totalização*. A totalidade estruturada é, ao mesmo tempo, uma totalidade produzida, resultado de uma totalidade *in-fieri*, em movimento, um *processo,* uma *totalidade em produção.* Assim, totalidade produzida e totalidade em produção convivem no mesmo momento e nos mesmos lugares. No espaço, a *totalidade produzida* pode ser representada pela *paisagem* e pela *configuração territorial*, enquanto a *totalização (totalidade em produção*), que está a todo momento se refazendo, poderia ser representada pelo *espaço geográfico*. Ainda em diálogo com Sartre, o autor faz a afirmação transcrita a seguir.

> Se o ser é a existência em potência e a existência é o ser em ato, a sociedade seria assim o ser, e o espaço, a existência. É o espaço que permite à sociedade global realizar-se como fenômeno. [...] a coisa acabada nos dá uma cristalização do movimento, mas não a própria vida (1996, p. 119).

Santos argumenta que uma teoria do espaço deveria, então, ser um sistema construído do espírito, cujas categorias de pensamento reproduzissem a estrutura que assegura o encadeamento dos fatos (SANTOS, 1988). O problema, alega Santos, estaria em encontrar as categorias de análise que permitam o conhecimento espacial de maneira sistemática, com possibilidade de propor uma análise e uma síntese cujos elementos constituintes fossem os mesmos. Neste sentido, destacamos do pensamento do autor a proposição que o espaço, é um conjunto de formas-conteúdo, contendo cada qual frações da sociedade em movimento.

> O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. (SANTOS, 1988, p. 27)

Para compreendermos o espaço sob esta ótica devemos então apreender sua relação necessária com a sociedade, pois, sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as *formas* ou objetos geográficos assumem novas *funções*, "[...] *a totalidade da mutação* cria uma organização espacial" (1985, p. 49, grifos do autor). Assim, à luz do conceito de *totalidade*, destaca que é importante fragmentá-lo em suas partes constituintes para um exame mais restrito.

> Os conceitos de forma, função e estrutura pode ser usado como categorias primárias na compreensão da atual organização espacial. Vistos em combinação, eles abrandam os efeitos da teorização de um único fator, que não leva em conta as características verdadeiras, inseparáveis e interatuantes do desenvolvimento espacial. É impossível analisar uma região ou área limitando-se a um desses conceitos [...] ao avaliar as contribuições de um conjunto de fatores, não se pode ignorar a ação e reação de uns sobre os outros. (SANTOS, 1985. p. 52)

Todas as "partes de uma totalidade" devem ser definidas, ainda que esta definição possa tornar-se limitante. Uma disjunção analítica do espaço poderia se dar através das noções de *forma, função, estrutura e processo.* No entanto, ao encontro de nossas preocupações, Milton Santos em Espaço e Método (1985) destaca que as palavras *forma, função, processo* e *estrutura* podem ser usadas de maneiras diferentes, onde diferentes intérpretes encerrem um sentido diferente a cada uma delas. O autor, então, procura estabelecer uma definição para cada.

A *forma* é o aspecto visível de uma coisa, referindo-se ao arranjo ordenado de objetos, um padrão que é definido por uma estrutura técnica, responsável pela execução de determinada função. Destaca-se que quando a *forma* do espaço é tomada isoladamente tendemos a apresentar uma mera descrição dos fenômenos, ou seja, um de seus aspectos num dado instante do tempo.

A *função* está diretamente relacionada a sua forma e, portanto, seria para o autor a atividade elementar de que a forma se reveste. Já o conceito de *estrutura* implica em sua concepção a *inter-relação* de todas as partes desse todo, apreendendo um modo de organização espacial. Em uma analogia gramatical, o autor coloca: "Se nos for permitida uma analogia gramatical, podemos pretender que a estrutura seja vista como o sujeito, a função como o verbo (ação através do processo) e a forma como o complemento (objeto do verbo)". (1985, p. 53) (Grifos do autor). Por fim, o *processo* é definido por Santos como uma ação contínua que se desenvolve em direção a um resultado qualquer, implicando noções de continuidade e mudança. Para exemplificar uma possível aplicação dessas categorias para os espaços de alimentação, desenvolvemos o quadro abaixo.

Quadro 1 - Exemplo de aplicação das categorias espaciais para espaços de alimentação

Categoria	Representação
FORMA	Restaurantes. Praças de Alimentação. Bares. Residências. Cozinhas.
FUNÇÃO	Satisfação das necessidades biológicas, simbólicas e culturais que envolvem a alimentação humana.
ESTRUTURA	Corpo burocrático e organizacional da alimentação, sua distribuição e correlação no espaço
PROCESSO	Ocorrência do fenômeno alimentar e suas motivações com implicações de tempo e mudança. Processos culturais e políticas públicas de regulamentação da alimentação

Desta maneira, *forma, função, estrutura* e *processo* são quatro categorias analíticas disjuntivas, mas associadas, que podem ser mobilizadas segundo diferentes contextos. Tomadas individualmente representam apenas realidades parciais, mas quando consideradas em conjunto e relacionadas entre si constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual poderíamos discutir os fenômenos alimentares contemporâneos em suas dimensões sócio-espaciais.

Como conseguimos perceber, o espaço geográfico teorizado por Milton Santos constitui um produto e um produtor social em permanente processo de transformação. Em sua obra "As Metamorfoses do Espaço Habitado, publicada em 1988, Milton Santos situa a Geografia no contexto da mundialização, buscando rediscutir outras *categorias tradicionais do espaço*, sugerindo algumas linhas de reflexões metodológicas, tomando como ponto de partida as transformações espaciais. O mote do livro concentra-se na ideia que seria possível uma visão prospectiva do espaço se levássemos em conta diversos dados, pondo-os em um mesmo nexo:

fixos e *fluxos*; *sistemas de engenharia*, *região*; *paisagens*; *configurações territoriais e espaço*; *vida urbana e mundo agrícola*; *regimes e ruptura* entre outros.

Nessa obra, as transformações espaciais podem ser abordadas segundo dois pontos de vista: um de cunho biológico, voltado para a adaptabilidade do homem às condições naturais extremas de sobrevivência e outro do homem não mais enquanto indivíduo, mas como um ser social, que se expande, distribuindo-se pela extensão terrestre e acarretando sucessivas mudanças demográficas, culturais, políticas e econômicas em diversas escalas espaciais. O fenômeno humano é caracterizado pelo seu dinamismo, e uma das maneiras de revelação dessa vivacidade estaria pautada na transformação qualitativa do espaço. A fim de exemplificar tal caráter qualitativo das transformações espaciais, insere no debate o exemplo da urbanização.

Sob sua perspectiva o meio urbano torna-se cada vez mais o meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva e crescentemente encoberto pelas obras do homem. A paisagem cultural vem substituindo progressivamente a paisagem natural. Nesse processo de mudança qualitativa do espaço, toma como outro exemplo a agricultura, os avanços técnicos e suas consequências. “Os progressos da Química e da Genética, juntamente com as novas possibilidades criadas pela mecanização, multiplicam a produtividade agrícola e reduzem a necessidade de mão-de-obra no campo” (1988, p. 42). E continua sua reflexão.

> A urbanização, vai tomando assim um novo impulso e o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai se tornando um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturalizado, tenrificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência. [...] o capital fixo ou localizado chega a toda parte, apoiado pela expansão da rede de rodagem que vai assegurar uma circulação mais rápida e relativamente mais barata, sem a qual o abastecimento das cidades se tornaria impossível. (1988, p. 43)

O fenômeno da tecnificação afeta toda a terra, e os seus efeitos diretos ou indiretos atingem a totalidade da espécie humana. Neste sentido as mudanças que o espaço vai conhecendo em suas formas de organização acabam por invalidar os conceitos herdados do passado, fazendo com que o autor busque reconceber algumas categorias de análise expressivamente abordadas pela geografia. Dentre esses conceitos defende com veemência a renovação da categoria analítica *região*, que por muito tempo foi considerada como uma *entidade autônoma*, com aspectos particulares e autossuficientes.

Diante de um processo intensivo de transformação do mundo, diversas reorganizações do espaço se deram e continuam acontecendo em favor dos reclames da produção da qual é arcabouço. Em outras palavras, a produção especializa-se regionalmente a partir de uma nova divisão internacional do trabalho. Para Santos qualquer parte do globo ganha novas conotações,

tornando-se cada vez mais abertas e vulneráveis ao exógeno, não havendo como, ainda hoje, considerarmos a região como algo autônomo, fechado e estável.

> Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante homogeneidade, mas ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. (1988, p. 46)

Assim, ressaltamos que as regiões não devem nos remeter à homogeneidade planetária, pelo contrário, "[...] instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas" (p. 47). Para adentrarmos, hoje, um estudo regional devemos detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, para então reconhecer como a região estudada insere-se na ordem econômica mundial, sem deixar de levar em conta o preexistente e o novo, permitindo assim vislumbrar, no tempo e no espaço, suas contínua transformação (SANTOS, 1988).

Neste bojo, no âmbito das discussões sobre as cidades, seguindo a linearidade da narrativa histórica, nos lembra que estas têm sua origem por volta dos anos 3.500 A.C. na Grécia antiga. O renascimento destes espaços dá-se ainda no período feudal a partir do estabelecimento do movimento de trocas comerciais e culturais mais intensas em alguns locais específicos. Posteriormente, a emergência do modelo mercantil comercial da Europa com a Ásia e com a África tornou-se um dos seus principais e mais importantes propulsores das cidades.

O autor vê a cidade como o lugar do revolucionário, colocando-a como o espaço do trabalho livre, comparando-a a uma semente de liberdade que gerou produções históricas e sociais que contribuíram para o desmantelamento do próprio sistema feudal. Nesse sentido, também aponta que as cidades puderam se formar graças ao avanço técnico da produção agrícola e a consequente formação de excedentes de produtos alimentares. Tal excedente possibilitou que algumas pessoas pudessem dedicar-se a outras atividades, impulsionando uma maior divisão social e territorial do trabalho. Nesse contexto, o espaço citadino caracterizava-se pela reunião de um considerável número das chamadas profissões cultas – escritores, pintores, estudiosos. Tais profissões impulsionaram diretamente o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de técnicas que colocaram a cidade como o lugar de ebulição de pensamentos.

Por séculos, campo e cidade interagiram mutuamente. Cada cidade possuía seu campo imediato e cada campo sua cidade. No entanto, com o processo que se inicia com o mercantilismo e depois consolida-se com as revoluções industriais, seria incorreto falar de uma cidade que possui um campo do qual depende e vice-versa. Santos (1988) afirma que as relações com áreas longínquas ao campo imediato passam a ser uma constante e até mesmo uma

necessidade a partir desses marcos. Quanto mais modernizada a vida agrícola, mais amplas são suas relações com o longínquo.

> Só a produção direta se dá localmente. Mas a garantia de participar de uma lógica que é extra local insere essas atividades em nexos cada vez mais extra locais. Com a transformação do mundo, devemos assim, substituir as antigas categorias de análise por outras que deem conta da explicação do novo e da mudança. (SANTOS, 1988, p. 57)

Assim, não podemos mais nos remeter à clássica noção de rede urbana, bem como, não seria indicado referirmo-nos à separação entre campo e cidade, uma vez que a díade *forma-conteúdo* foi passando por modificações ao longo do processo histórico. Uma cidade pode não manter intercâmbio importante com sua vizinha imediata e, no entanto, manter relações intensas com outras muito distantes, mesmo fora de seu país. O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global, com uma crescente especialização regional, ou seja, pautado sobre uma maior Divisão Territorial do Trabalho (DTT), com seus inúmeros fluxos em distintas direções. Para tanto, propõe a análise do espaço através dos *circuitos espaciais de produção.*

Estes circuitos constituem-se nas diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até o seu consumo. Se, por exemplo, quiséssemos compreender os circuitos produtivos de agricultura orgânica no município do Rio de Janeiro pelo viés sócio-espacial, deveríamos compreender todos os momentos da sua produção, desde o plantio da alface orgânica na Zona Oeste da cidade até sua presença em uma preparação de saladas sofisticadas na Zona Sul dessa urbe e/ou a provável ausência desse alimento no prato de algum morador de uma das muitas favelas que conformam tal espaço.

> Teríamos que observar então, vários itens distintos, assim, sobre a matéria-prima, local de origem, qualificação da mão de obra; sobre qualificação, origem, variação das necessidades nos diferentes momentos da produção; sobre a estocagem, qualidade e quantidade dos armazéns, dos silos, proximidade da indústria, relação entre a estocagem e a produção; sobre transporte, qualidade, quantidade e diversidade das vias de transporte; sobre a comercialização, existência ou não de pagamento, taxação de impostos e etc.; sobre o consumo, quem consome, onde consome, tipo de consumo, se produtivo ou consumitivo etc. (1988, p. 49-50)

Com o aumento da especialização funcional de certas áreas – diretamente proporcional à inserção da ciência e da tecnologia – observamos a intensificação do movimento e da possibilidade de trocas e consequentemente o crescimento não só das grandes cidades, mas também das cidades médias. Para o autor, a tendência do aumento de fluxos não apenas avoluma as trocas, como também as diversifica, fazendo surgir novos complicadores, inclusive no que diz respeito às mudanças no consumo alimentar.

> Entre eles poderíamos citar a modernização agrícola, com os progressos da biotecnologia e da mecanização, a desmaterialização da produção e dos produtos, a desvinculação da produção agrícola do consumo alimentar ao mesmo tempo, aliás, em que as agroindústrias ganham em importância, tudo isso trazendo consigo uma grande diversidade de repercussões geográficas. (SANTOS, 1988, p.51)

Nesse seguimento, argumenta que o *espaço* também seria todo ele constituído de *fixos* e de *fluxos*. O autor define os *fixos* como os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, enquanto os *fluxos* seriam o movimento e a circulação que ao cabo nos dariam as explicações dos fenômenos das distribuições e do consumo. "Desse modo, as categorias clássicas, isto é, a produção, propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo, podem ser estudadas através desses dois elementos: fixos e fluxos" (1988, p. 80)

A análise dos *fluxos* é mais difícil de ser apreendida, em decorrência de uma ausência de dados. Por isso o estudo dos *fixos* permitiria uma abordagem mais cômoda aos pesquisadores, através dos objetos localizados, tais como restaurantes, fábricas, escolas e hospitais. No entanto, esses *fixos* como instrumentos de trabalho criam as massas, impondo-as que se movam. Nesse sentido, um objeto geográfico fixo, é um objeto técnico, mas também um objeto social, graças aos fluxos. Fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente.

A capacidade de mobilização das massas no espaço seria pautada pelo poder econômico, político e social, que seria maior ou menor segundo as firmas e instituições e os homens em ação. Assim, quem menos tem poder de movimento se vê diante da desvalorização do seu produto e de seu meio de trabalho.

> Nos dias de hoje, como certamente jamais antes, quando os fixos têm importância muito grande, a circulação passa também a ter importância fundamental, entre outras razões pelo fato de que o produto se internacionalizou, tem de ser distribuído através do mundo, sem respeito às fronteiras nem às distâncias. (1988, p. 78)

Neste bojo, destaca-se que o conjunto de fixos formaria aquilo que Santos conceitua como *sistema de engenharia*, definido pelo autor como "[...] um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para e pelo trabalho" (1988, p. 81). Quanto mais evoluem *os sistemas de engenharia*, mais coisas são produzidas em menos tempo, transportam-se mais objetos em menos tempo, fazendo o consumo um dado mais imediato, alterando não somente a dimensão espacial, mas também temporal dos circuitos espaciais de produção. Destaca-se que estes sistemas evoluíram com a história, passando de um uso maior do trabalho para um uso maior do capital. Tomando uma plantação de arroz, Santos exemplifica.

> [...] é através do trabalho que são feitos os diques, os canais de irrigação ou de drenagem, enquanto nos países mais ricos, os sistemas modernos de irrigação e de

> drenagem, que são mais capitais [...]. É por isso que a palavra e o ato de irrigação tem, através do tempo, significados diferentes de um ponto de vista não apenas técnico, mas econômico, social, político e cultural e, paralelamente, a evolução dos sistemas de engenharia transcendem a natureza, que vai se tornando mais e mais artificial (1988, p. 80)

Neste contexto, o Estado é colocado como um agente facilitador da circulação, o principal criador de equipamentos através da distribuição de capitais fixos. É possível discernir as articulações que se criaram neste ou em outro momento, através da distribuição espacial dos capitais fixos, compreendendo tanto a articulação interna de cada subespaço como aquelas entre os subespaços. Outro ponto a ser destacado sobre a noção de *paisagem* é comumente utilizado para designar *o espaço*, porém, segundo o arsenal teórico de Santos, um conceito não é sinônimo do outro.

> A paisagem é diferente do espaço, é a materialização de um instante da sociedade, seria numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como em uma fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. (SANTOS, 1988, p. 71-72)

Aprofundando a temática, também devemos ressaltar que para o autor a *paisagem* não é a *configuração territorial* e, como vimos, também não é o *espaço*. A configuração territorial é o território e mais o conjunto de objetos existentes sobre eles, "[...] é esse conjunto de todas as coisas (recursos naturais e artificiais) arranjadas em sistema que forma a *configuração territorial* cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país" (1988, p. 77). Ressalta-se que sob esta ótica, a *configuração territorial* é sempre um conjunto sistêmico. Santos em esforço de distinção entre as categorias espaciais, afirma que através da paisagem a configuração territorial apenas se dá miniaturizada pelas fotografias ou mapas e que, por outro lado, *o espaço* seria o resultado de um encontro entre a *configuração territorial*, a *paisagem* e a *sociedade*.

> O espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial. Podem as formas durante muito tempo permanecerem as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes. (1988, p. 78)

A paisagem, em Santos, é definida como parte do domínio do visível e da percepção, sendo formada não apenas dos volumes, mas também de cores, movimentos, odores e sons. A percepção, em sua obra, é entendida como um processo seletivo de apreensão que ainda não poderia ser comparada ao conhecimento, uma vez que dependeria da interpretação de quem a apreende.

> Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; desta forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção ainda não é o conhecimento, que depende se sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência. (SANTOS, 1988, p. 62)

Em diálogo com Carl Sauer e Vidal de la Blache, Santos lembra-nos que estes propuseram a diferenciação de dois tipos de paisagem, a natural e a artificial, argumentando que à medida que o homem se contrapõe à natureza surge uma relação cultural. Reavivando tal debate a partir do materialismo histórico dialético, defende que a paisagem também é política e técnica, tendo em vista que a socialização da natureza é marca do homem sobre esta. Nesse seguimento, a paisagem é definida como um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais estaríamos nos distanciando de um mundo natural e nos endereçando para um mundo artificial. Os instrumentos de trabalho modernos são colocados como objetos tecnológicos de produção, como prolongamentos da terra, ou seja, como instrumentos de acréscimos à natureza conceituados como *próteses.* Santos diferencia os instrumentos de trabalho entre os imóveis – estradas, edifícios e pontes – e os móveis tais como os carros, os alimentos e os livros. Destaca o autor que os "[...] instrumentos de trabalho imóveis tendem a predominar sobre os móveis e a serem a condição de uso destes [...]" e que "[...] a cidade é o melhor exemplo dessas adições ao natural" (1988, p. 65)".

Outro ponto relevante das paisagens é que estas não se criam em um só momento e, sim, por sucessivas substituições e acréscimos. Tais mudanças estariam diretamente ligadas aos modos de produção de cada momento histórico uma vez que a lógica pela qual se produziu um objeto no passado estaria em sintonia com a lógica de produção do período histórico em questão. Assim, a *paisagem* não é dada para todo o sempre, é uma espécie de marca da história do trabalho e das técnicas. Portanto, a paisagem em sua teoria é considerada *trabalho morto*. Já a natureza artificial (como as próteses) é definida como o resultado do *trabalho vivo* sobre o *trabalho morto*. Em outras palavras, como a quantidade de instrumentos técnicos é grande sobre a natureza, o trabalho do homem na paisagem se dá sobre o próprio trabalho morto atualmente. E, nas paisagens, a cidade é tomada em inserção no movimento global da história.

> A cidade é essa heterogeneidade de formas, mas subordinada a um movimento global. O que se chama desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado. Somente uma parte dos objetos geográficos não mais atende aos fins de quando foi construída. Sendo a paisagem uma herança de muitos momentos, já passados, o que levou Lênin a dizer que a grande cidade é uma herança do capitalismo, e veio para ficar, devendo os planejadores do futuro levar em conta essa realidade. (SANTOS, 1988, p. 66)

Neste bojo, destaca-se ainda que as mutações da paisagem podem ser tanto *estruturais* quanto *funcionais.* As *alterações funcionais* de uma paisagem se dão quando as *formas* – edifícios, restaurantes, cômodos de uma casa – são mantidas, no entanto, suas *funções* modificadas, cabendo àquele objeto/forma um novo papel/conteúdo. Um exemplo de refuncionalização da paisagem poderia ser a uma antiga fábrica de tecidos que é transformada em um grande shopping, com inúmeros restaurantes. Suas características arquitetônicas gerais não sofreram grandes alterações, conservando sua forma, porém, quando sua finalidade muda, esta passa a abrigar uma nova função na paisagem: a de consumo de novos objetos, não mais tecidos. Já uma mudança estrutural na paisagem dar-se-ia pela mudança de suas formas e funções. Quando por exemplo, no local de um grande e antigo viaduto constrói-se um passeio público, uma outra forma e uma outra função são associadas a *paisagem*.

Tais reconfigurações às vezes se dão em função de demandas internas e muitas outras vezes por reclames de atores externos ao lugar. Neste sentido, Santos defende que existe uma relação entre a estrutura socioeconômica e a política; assim, a alteração de velhas *formas* para a adequação a *novas funções* são também derivativos de mudanças *estruturais*. As formas envelhecem por inadequações físicas, sociais ou mesmo morais, cabendo ao Estado e seus planejadores a readaptação da paisagem a fim de atender aos interesses de diferentes segmentos da sociedade.

Acompanhando cronologicamente o pensamento do autor, definimos o espaço geográfico como um conjunto de *fixos* e *fluxos*, onde os elementos fixados em cada *lugar*, permitem ações (fluxos) que o modificam constantemente, ou seja, o *espaço,* como resultado direto ou indireto das ações que atravessam ou se instalam nos fixos, modificam a sua significação e o seu valor ao mesmo tempo que se modificam. Podemos constatar um avanço de sua abordagem em suas obras tardias quando passa a definir o *espaço* como um conjunto indissociável de *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* em interação, tornando ainda mais minuciosa a análise entre fixos e fluxos no espaço.

> De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes (natureza morta). [...] É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 1996, p. 63).

Assim, em conformidade com sua obra de 1996 "A natureza do Espaço", o espaço hoje é um *sistema de objetos técnicos, científicos* e *informacionais*[8] cada vez mais artificiais

[8] O objeto é científico graças à natureza de sua concepção, é técnico por sua estrutura interna. É científico e técnico porque sua produção e funcionamento não separam técnica e ciência. É, também, informacional

povoado por *sistemas de ações* igualmente persuadidos de artificialidade e cada vez mais propensos a finalidades estranhas aos *lugares*. Seguindo a distinção que considera mais intuitiva, Santos diferencia objetos e coisas, argumentando que cada vez mais *os objetos* tomam o lugar das *coisas*. Para o autor, no princípio tudo eram coisas, dádivas da natureza, enquanto hoje, a partir de um conjunto de interações sociais, estas passam ao estatuto de objetos. Assim, "[...] a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos" (1996, p. 65). Jean Baudrillard (1973) adota a concepção de objeto como tudo aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana. Aparecendo como utensílio, o objeto constitui um símbolo e um signo.

> O automóvel para Baudrillard, um dos mais importantes signos de nosso tempo, tem seu papel na produção do imaginário e profunda repercussão sobre o conjunto da vida do homem, incluindo sua redefinição da sociedade e do espaço. [...] as cidades não seriam hoje o que elas são se o automóvel não existisse (SANTOS, 1996, p. 84).

O exemplo do automóvel enquanto objeto em fluxo leva-nos a ricas reflexões sobre como este pode se constituir como um prolongamento do corpo do homem, como uma prótese que lhe permite explorar, modificar e ser modificado pelo espaço. Nesse sentido, cabe ressaltar que toda criação de objetos responde às condições sociais e técnicas presentes em um dado momento histórico. Seguindo a classificação de A. Moles (1971) da complexidade dos objetos, este a diferencia segundo dois níveis: a *complexidade funcional*, que está relacionada com o repertório de funções que podem ser combinadas em seu uso, ou seja, o que um dado objeto pode nos oferecer ao o usarmos; e a *complexidade estrutural*, que diz respeito ao conjunto de peças elementares reunidas e, acrescenta Santos, à sua informação, pois trata-se da forma como pode um objeto comunicar-se com outros objetos. Assim, "quanto mais estruturalmente complexo é um objeto, mais eficaz e rapidamente este nos fornece uma resposta adequada" e conclui que "[...] no meio geográfico também é assim" (1996, p. 68).

Novos objetos estão sempre surgindo. Sejam em uma cidade, em uma casa, ou em um shopping, esses novos membros, com suas características de idade e funcionamento "[...] *renovam o sistema local de relações* redefinindo o meio que os acolhe" (SANTOS,1996, p. 70). Neste bojo, a noção de *sistema* e de *relação* torna-se elementar na compreensão dos objetos oferecidos a nós, pois estes nunca funcionam em isolamento.

> Lembremos, por exemplo, a relação entre os elementos da cadeia de frios, hoje tão essencial ao cotidiano de boa parte da humanidade. Há uma relação necessária entre a geladeira e o freezer doméstico, o caminhão refrigerado, os depósitos de frios nos

---

porque, de um lado, é chamado a produzir um trabalho preciso - que é uma informação. Os objetos são eles próprios informação, e não apenas movidos pela informação, são objetos programados: informação especializada, específica e duplamente exigida. Ver Santos (1996, p.215)

> comércios e os grandes frigoríficos das fábricas. Trata-se um todo cujos elementos apenas são viáveis em conjunto (SANTOS, 1996, p. 71)

Assim, transpondo a concepção de sistema de objetos de Baudrillard para a análise do espaço, a partir do reconhecimento dos objetos no *espaço*, poderíamos estar atentos às relações que se estabelecem entre os *lugares*. "Essas relações são respostas ao processo produtivo no sentido largo, incluído desde a produção de mercadorias à produção simbólica" (1996, p. 72).

> Os objetos que interessam a geografia não são apenas os objetos móveis, mas também os imóveis, tal como uma cidade, um porto, uma floresta [...] para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo o resultado da ação humana que o objetivou (SANTOS, 1996, p. 73)

Desta maneira, dentre os enfoques sócio-espaciais que os estudos do campo da Alimentação e Nutrição poderiam aderir, supõe-se considerar a existência dos objetos como sistemas e não apenas como coleções estáticas. A utilidade atual, passada ou futura dos objetos vem do seu uso combinado pelos grupos humanos, seja ele simbólico ou funcional. Em outras palavras, "[...] a significação dos objetos geográficos e o valor geográfico dos objetos vêm do papel, que, pelo fato de estarem em contiguidade, formando extensão contínua e sistematicamente interligados, eles desempenham no processo social" (SANTOS, 1996, p. 77)

Vivemos em uma era da inovação galopante, caracterizada pela rapidez com que geograficamente se difundem as tecnologias. O casamento entre a técnica e a ciência – separados desde o século XVIII – veio reforçar a relação que então se esboçava entre ciência e produção. A versão atual deste casamento, tecnociência, situa a base material e ideológica onde se fundam os discursos da globalização. Assim, a tecnociência, hoje, é responsável pelo aprofundamento do processo criativo de novos objetos, novas engrenagens, novos materiais, novas apropriações das virtualidades da "natureza" que vêm complexificar o que ele conceitua como *sistemas técnicos*.

Os *sistemas técnicos* são, sobretudo, sistemas invasores; no entanto, seus limites de invasão são controlados pela divisão do trabalho e pelas condições de densidade dos lugares. Onde a divisão do trabalho é mais intensa, a tendência para que os sistemas técnicos hegemônicos se instalem é maior, fazendo-os como sistemas integrados a outros sistemas representativos do sistema econômico hegemônico. Cabe destacar que os sistemas técnicos atuam desalojando seus precedentes autônomos ou mesmo incluindo-os em sua própria lógica, segundo graus diferenciados de dependência. Dessa forma, não poderíamos dizer que tal incorporação seja significativa de uma homogeneização espacial.

Uma outra característica a ser ressaltada dos novos sistemas técnicos é que atuam de maneira indiferente em relação aos *lugares* em que se instalam. Santos argumenta que, pela

primeira vez na história, a técnica não necessita compor *a priori* com a herança cultural, fazendo da tecnologia um elemento exógeno para uma grande parte da humanidade. A técnica põe-se a serviço de uma produção planetária, onde nem os limites dos Estados, nem os dos recursos, nem os direitos humanos são levados em conta. Nas palavras do autor: "Nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada pelo lucro, onde quer que se encontrem os elementos capazes de permiti-lo" (1996, p. 181).

O fenômeno técnico pode, no entanto, ser identificado por muitas características. Tomando por referência Jacques Ellus (1964), Santos propõe duas categorias para pensá-lo: a *racionalidade* e a *artificialidade*. Podemos compreender a artificialidade como "[...] a garantia de sua eficácia para as tarefas para que foi concebido" (1996, p. 182), ou seja, cada vez mais diferenciados das incertezas da natureza. Neste sentido, como já trabalhado, destacamos a extrema intencionalidade dos objetos técnicos atuais.

A partir dessa *artificialidade* é que a característica da *racionalidade* é pautada, ou seja, imposta às expensas da espontaneidade e da criatividade humana. Tal *racionalidade* torna a técnica auto produtiva, autônoma, carregando consigo sua intencionalidade a todos os *lugares* e grupos sociais. Os sistemas técnicos são cada vez mais "[...] exigentes de um controle coordenado", sendo que "essa tendência não é exclusiva de apenas um sistema técnico, como o da eletricidade, mas abarca, a totalidade dos sistemas técnicos e estes funcionam em uníssono com os sistemas de ações" (1996, p. 182).

A influência técnica sobre o comportamento humano afeta nossas maneiras de pensar, sugerindo "[...] uma economia do pensamento adaptado à lógica dos instrumentos", um pensamento calculante, preocupado com o útil. Assim, "[...] a matematização do homem, processo que data do século XVII, é o corolário do pensamento que vai conduzir ao pensar numérico".

> Para ser eficaz, o pensamento calculante exclui o acidente e submete a elaboração intelectual a uma prática em que a sistematização e a estandização impõem sua lógica própria, isto é, o domínio da lógica matemática sobre a lógica histórica. É como se as matemáticas ganhassem vida própria [...] ou como se o espaço matemático se encarnasse materialmente. (SANTOS, 1996, p. 186)

Em concordância com Alain-Marc Rieu (1987), afirma que aquilo que é denominado como uma "nova situação antropológica" acentua o risco da prevalência do "pensamento associado". Assim, o produto mecânico da submissão às máquinas de pensar é o problema contra o qual devemos mobilizar nosso pensamento crítico. No que corresponde aos *Sistemas de ações*, baseando-se em A. Moles (1974), Milton Santos adota a concepção de *ação* como "[...] um deslocamento visível do ser no espaço, criando uma alteração, uma modificação do

meio". Assim, um dos resultados da *ação* é alterar, modificar a situação em que se insere. Em diálogo com Morgenstern (1960), também caracteriza a ação como "[...] processos dotados de propósito, no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo" (1996, p. 18).

Nesse sentido, lembra que as *ações* são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do *lugar*, ratificando a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala de seu comando " [...] muitas das ações que se exercem num *lugar* são produto de necessidades alheias de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da terra"; e endossa seu argumento afirmando que "[...] frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, não seu verdadeiro motor [...] sendo sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação" (SANTOS, 1996, p. 80).

A corporeidade é um instrumento de ação, sendo sempre preciso levar em conta que o governo do corpo pelo próprio homem é limitado. Em diálogo com Giddens (1978), estabelece que tais limitações da possibilidade de escolha dar-se-iam principalmente pela limitação da consciência, uma vez que a pós-modernidade embaraçaria nossa capacidade de distinção entre o bom e o mau. Um outro fator importante: a liberdade de escolha, que diz respeito às próprias possibilidades de ação em determinados contextos.

A propósito da ação racional, Santos busca em Habermas substrato teórico e afirma junto a este que no mundo de hoje as ações racionais tomam, com frequência, esse nome a partir de uma *racionalidade alheia,* ou seja, a racionalidade da ação no espaço deve-se à própria natureza dos objetos técnicos. Assim, imbricando as temáticas da corporeidade, das escolhas e dos elementos técnicos argumenta: "Em virtude do papel dos objetos técnicos, *a ação* é cada vez mais *racional*, mas a sua razão é, frequentemente, uma *razão técnica*. Dentro de uma ordem pragmática, a racionalidade do que é fim para outrem acaba sendo a racionalidade do meio e não a do sujeito" (1996, p. 81).

No entanto, o autor admite que as ações *não são* exclusivamente racionais e, novamente em diálogo com Habermas (1968), fala-nos de uma oposição entre atividade instrumental (ligada ao trabalho) e atividade comunicacional, fundamentalmente relacionada com as interações simbólicas. Na acepção adotada por Santos, as ações técnicas servem à transformação da natureza, enquanto as ações simbólicas se fazem sobre o ser humano. Assim, "[...] existe um agir simbólico, que não é regulado por cálculos e compreende formas afetivas, emotivas, rituais" (1996, p. 82).

Neste seguimento, destacam-se três ordens mediante as quais se dá o cotidiano: a ordem da forma técnica, a ordem da forma jurídica e a ordem do simbólico. Assim, embora a ordem

técnica e a ordem da norma imponham-se como dados, a força da transformação e mudança, bem como a surpresa e a recusa ao passado viriam do *agir simbólico,* da afetividade, nos modelos de significação e representação.

> Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra vão desembocar nos objetos. [...] realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem a criação e ao uso dos objetos, formas geográficas. [...] fora do espaço não há realização" (SANTOS, 1996, p. 82-83)

Portanto os objetos não agem; nascem predestinados a certos tipos de ação. No entanto, é o *agir simbólico* que em última análise define os objetos, dando-lhes então um sentido. Desta maneira, torna-se fundamental em nossas análises, ao resgatar o pensamento de Milton Santos, ter em mente que há, em cada momento, uma relação entre o valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza, pois "[...] sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história" (1996, p. 188).

Dentre as diversas categorias analíticas que perpassam a compreensão do espaço, Santos expressa ao longo de sua vasta obra a importância dos *lugares*. O autor coloca o mundo como um conjunto de possibilidades que, a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, tornou-as ainda mais interligadas e interdependentes através dos lugares. Sob sua ótica, o *lugar* é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades da globalidade. Nesse sentido ressalta-se que "[...] quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos*"* (SANTOS, 1988, p. 34), isto é, tornam-se únicos e conferindo heterogeneidade ao espaço geográfico. Tal processo pode ser compreendido pela especialização desenfreada dos elementos do espaço – homens, firmas, instituições, objetos – fazendo deste um campo de forças multidirecionais e complexas, onde cada *lugar* é extremamente distinto do outro, mas também claramente *ligado a todos os demais* por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemônica.

Um importante fator de compreensão dos lugares diz respeito à história. A forma como os homens se inserem nessa configuração é inseparavelmente ligada ao presente e ao passado atribuindo funções diferentes ao mesmo lugar. Retomando aquilo que caracteriza o novo *meio técnico-científico-informacional*[9], cabe alertar que, em decorrência de o sistema técnico ser utilizado em todas as partes do todo mundial sem consideração pelos sistemas locais – dos

---

[9] O *meio técnico-científico-informacional* é a aparência da globalização. (SANTOS, 1996, p.239). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, dá-se a passagem do *meio técnico* para o *meio técnico-científico-informacional*, consolidando-se nos países ditos de "terceiro mundo" nos anos 1970. A distinção desse período para com os outros fundamenta-se na profunda interação da ciência e da técnica. A tecnociência pautada sob "a égide do mercado" atingindo a extensão global.

recursos naturais aos humanos –, criam-se realidades superpostas a realidades econômicas e sociais preexistentes, resultando no surgimento de distorções e desigualdades em todos os *lugares.*

É importante frisarmos que nenhum recurso tem por si mesmo *um valor absoluto*, seja ele um estoque de produtos alimentares, um conjunto de inovações ou uma dada população. O *valor real* de cada um não depende de sua existência separada, mas de sua qualificação geográfica, "[...] isto é, da significação conjunta que todos obtêm pelo fato de participar de um *lugar*". Para o autor, "[...] fora dos lugares, produtos, inovações, populações e dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações" e conclui que "[...] a definição conjunta e individual de cada um depende de uma dada localização" (SANTOS, 1996, p.132).

Os recursos do mundo – toda possibilidade material ou não de ação oferecida aos homens, naturais ou artificiais, ideias, valores – constituem, juntos, uma totalidade. É a partir da distribuição desses dados que os homens vão mudando a si mesmos e o seu entorno e, graças a essa ação transformadora, os recursos se transformam, renovando a totalidade. Sob essa ótica, cabe lembrar que parte da distribuição de atividades e recursos da totalidade é a resultante da divisão territorial do trabalho. Nesta divisão estariam ancorados os valores que permitem à totalidade funcionalizar-se e objetivar-se nos lugares.

> A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e se mantém a sua individualidade. O movimento do Espaço é resultante desse movimento dos lugares. Visto pela óptica do espaço como um todo, esse movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto, "desigual e combinado". (SANTOS, 1996, p. 133)

A divisão territorial do trabalho corrobora para uma hierarquia entre os *lugares*, e o posicionamento instável nessa hierarquia redefine constantemente a capacidade de ação de pessoas, firmas e instituições. As diversas escalas e modalidades de exercício da política do poder público e da política das empresas têm fundamento na *divisão territorial do trabalho* e buscam modificá-la à luz de seus interesses.

Em conformidade com sua teoria, o que um dado *lugar* é num dado momento sempre constitui o resultado de ações de diversos elementos que se dão em diferentes níveis cujos sentidos variam através da história. *O processo* é o permanente devir, que somente seria estático caso pudéssemos parar a história. Assim, a partir de uma perspectiva dialética, Santos afirma que "Por trás da fotografia de uma dada situação há o movimento, decorrente de uma luta entre contrários que se chocam e criam realidades" (1988, p. 95).

Elencamos alguns dos pares que participam do processo dialético espacial dos lugares: *o externo e o interno; o novo e o velho e o Estado e o mercado*. No primeiro par dialético *o*

interno, corresponde a tudo que num momento dado já está presente num lugar. As variáveis que formam uma situação X são frequentemente extra locais, sendo as escalas das variáveis maiores que a escala do lugar (o país, o mundo). Assim, *o externo* é tudo isso cuja sede é fora do lugar e tem uma escala maior de ação, muito embora incida sobre ele. O *externo* se internaliza, incorporando-se à escala local. Neste momento, "[...] o processo de internalização torna-se um processo de espacialização" (SANTOS, 1988, p. 95). Ressalta-se que a internalização do *externo* não se dá de forma arbitrária, mas em *lugares específicos*, onde podem combinar-se as variáveis internas com as externas, criando um precipitado.

> Assim os lugares se diferenciam pela maneira pela qual os fatores internos resistem aos externos, determinando as modalidades do impacto sobre a organização preexistente. A partir desse choque impõe-se uma nova combinação de variáveis, um outro arranjo, destinado a se manter em constante movimento. (SANTOS, 1988, p. 97)

O segundo par dialético diz respeito ao *velho e ao novo*. Não existe um lugar onde tudo seja *novo* ou onde tudo seja *velho*; um *lugar* é sempre uma situação de combinação de elementos de idades diferentes. O arranjo dos lugares vai depender da aceitação ou rejeição do novo. Assim, tanto o novo quanto o velho são considerados dados permanentes da história e se contrapõem a todo momento. Apesar de os elementos de uma dada situação trabalharem sempre em conjunto, com frequência o *novo* é o que aparece como dotado de maior eficácia. No entanto, nem sempre este é o desejado pela estrutura da sociedade. "O novo pode ser recusado se trouxer uma ruptura que pode retirar a hegemonia das mãos de quem a detém. Por exemplo, quando se descobriu o petróleo, os proprietários de carvão resistiram a ele" (SANTOS, 1988, p. 98)

O novo não chega a todos os lugares e quando chega não é ao mesmo momento, criando defasagens espaciais; ao chegar, por vezes causa choques, uma vez que ele muda as regulações preexistentes, estabelecendo outras. Assim, nenhuma situação *e nenhum lugar reproduzem outros*, sendo estes sempre compostos por pares dialéticos. Assim, só poderíamos compreender uma dada situação através do movimento.

O terceiro par dialético diz respeito ao *Estado e* ao *Mercado*. Neste par, destaca-se que ambos são mediadores entre o *externo* e o *interno*, entre o *velho* e o *novo*. O Mercado é concebido como um fator de controle, um conjunto de elementos cuja função é estabelecer um dado equilíbrio. Santos relembra a teoria de Adam Smith para postular que tal equilíbrio sofre variações de significado com o tempo.

> A mão invisível de Smith no século XVII regularia o funcionamento da economia, ou seja, o próprio mercado regularia o sistema econômico. Mas se a ideia da mão invisível ainda era possível quando a economia era nacional, quando a vida econômica se internacionaliza, esta ideia se torna frágil (SANTOS, 1988, p. 100)

Em Keynes, a teoria de Smith é contraposta. Para que o equilíbrio no sistema econômico de um país seja mantido, é necessário que um Estado tenha um papel constante de intervenção, sobretudo, nos momentos de crise capitalista. Com a internacionalização da economia, o Estado é chamado a exercer um papel regulador, pois é ele que detém (ou detinha) os instrumentos para realizar tal regulação. "Muitos economistas ocidentais ligam a economia planificada com o comunismo, prática desenvolvida após a revolução russa, mas não há nada mais planificado do que a economia capitalista, onde o Estado tem papel fundamental. Hoje, planeja-se até a recessão" (SANTOS, 1988, p. 101).

Existem diferentes níveis de Estado: a federação, os estados federados e os municípios. Por muitas vezes, os interesses desses diferentes entes confrontam-se, bem como, os resultados de uma determinada ação não se realiza de maneira igualitária para todos. Assim, há uma relação dialética entre o *Estado* e o *Mercado*, apesar de não se excluir as possibilidades de auxílio do primeiro ao segundo. A intervenção do Estado vai ser direcionada para sua *configuração territorial*, ou seja, para a geografização das diversas variáveis componentes de um *lugar*, e, mesmo que limite sua intervenção ao plano econômico, o resultado se dará nos demais níveis da vida social, tais como a cultura, a saúde, a alimentação e a educação. Trataremos de como esses demais aspectos se dão no espaço e nos lugares na próxima seção deste capítulo.

2.2 **Espaço e Cultura**

Algumas pesquisas que se apresentam como pautadas sobre o materialismo histórico dialético muito têm contribuído, no decorrer dos anos, para o conhecimento das dimensões econômicas, sociais e políticas do espaço. Nesses domínios, a ambição é a descoberta de regularidades, pondo em evidência a lógica da estruturação das redes de produção e consumo a partir da organização do espaço sob a ótica dos sistemas econômicos. E esta ambição foi de certa maneira alcançada.

O processo de produção, distribuição e consumo atinge uma organização racional padronizada do espaço, com os lugares centrais – mais ou menos distanciados – hierarquizados, obedecendo em toda parte uma "mesma lógica". Por estes caminhos, os geógrafos evidenciariam o papel dos sistemas institucionais de relações sociais na estruturação dos grupos e na organização do espaço, o que, por sua vez, contribui consideravelmente para a compreensão dos aspectos sociais e políticos das distribuições humanas. Assim, para Paul

Claval (2014), os trabalhos da geografia econômica, social e política chegam a dois tipos de constatações:

a) a vida social e econômica reflete a influência de comportamentos culturais;
b) as explicações propostas pela geografia econômica, social ou política não são nunca universais, porque a ação humana não é totalmente previsível e escapa a padronização.

Assim, o contexto obriga os geógrafos e os demais pesquisadores interessados na temática do espaço a não negligenciarem as dimensões culturais dos fatos que observam. Nós, geógrafos, deveríamos orientar nossa curiosidade numa nova direção: as dimensões simbólicas do espaço. No entanto, algumas teorias desenvolvidas por geógrafos no século XIX e no século XX exercem seu poder até hoje nos imaginários do senso comum no que diz respeito "à cultura dos povos" de diferentes partes do mundo. Nesta seção, relembramos as teorias pautadas sobre o princípio do determinismo geográfico e prosseguimos para aquelas que de alguma forma basearam-se em argumentos que nos levam a pensar a partir daquilo que nomeamos como "determinismo cultural" para, então, posicionarmo-nos frente aos temas contemporâneos que relacionam o espaço e os temas culturais.

As teorias pautadas sobre os princípios do determinismo geográfico consideravam que as diferenças do meio/ natureza condicionavam a existência da diversidade das culturas. Ou seja, diferentes expressões dos elementos naturais de uma área determinariam "o grau da cultura" dos povos neles inseridos. O século XIX fora marcado pela engenharia política dos estados europeus, apontando em direção aos nacionalismos. Neste contexto de disputa territorial, a geografia pautou como sua a função de dar aos cidadãos e aos Estados uma consciência clara sobre o papel do meio-natural na vida dos homens.

Uma das manifestações do positivismo lógico na Geografia e de grande relevância para compreendermos a evolução do pensamento no que tange à temática do espaço e da cultura diz respeito a obra do alemão Friedrich Ratzel (1844-1904). Como nos diz Antônio Robert de Morais (1990), Ratzel sistematizou aquela que viria a ser a principal via de indagação dos geógrafos clássicos: a questão da relação entre a sociedade e a natureza.

> A obra de Friedrich Ratzel representou um papel fundamental no processo de sistematização da geografia moderna. [...] a importância de sua obra também emerge por ela ter sido uma das originárias manifestações do positivismo nesse campo do conhecimento científico. Ratzel foi um dos introdutores desse método – que posteriormente se assentou como dominante – no âmbito do pensamento geográfico. O significado de sua produção para o desenvolvimento da geografia pode ainda ser apontado no fato de ele ter aclarado aquela que viria a ser a principal via de indagação dos geógrafos, ou seja, a questão da relação entre a sociedade e as condições ambientais. (MORAES, 1990, p. 7).

No seio da disciplina geográfica destaca-se o contexto alemão. Em sua visão particularista de cultura, chega a postular que a civilização europeia seria *determinada* por uma massa de acidentes, chegando a dominar o mundo por acaso, por efeito de sua "posição geográfica", recusando até mesmo outras problemáticas teorias pautadas sobre "o determinismo biológico". A sociedade passa a ser vista como elemento passivo, que apenas reage a uma causalidade que lhe é exterior. Como bem postula Antônio Robert de Morais, a visão positivista de causalidade introduz um empobrecimento na formulação ratzeliana do espaço e da cultura, anulando sua rica e complexa proposta de objeto.

> No equacionamento da problemática das influências, frente à normatização mecanicista, as condições naturais passam a ser vistas como lócus da determinação, como elemento de causação a partir do qual a história humana se movimenta. A sociedade passa a ser vista como elemento passivo, que apenas reage a uma causalidade que lhe é exterior. O homem torna-se, assim, efeito do ambiente (MORAES, 1990, p.13)

Como nos diz Roque Laraia (1986), a partir de 1920, uma nova geração de pesquisadores da Geografia e da Antropologia refuta este tipo de determinismo e aponta fragilidades do possibilismo, demonstrando que existe uma limitação da influência natural sobre os fatores culturais – dentre estes, o geógrafo de formação Franz Boas, considerado fundador do culturalismo e do relativismo cultural. Alguns dos argumentos que recusaram principalmente o determinismo geográfico de Ratzel baseavam-se em evidências de "diversidade cultural de povos" localizados em um mesmo domínio edafoclimático, ou mesmo na observação de "traços de cultura semelhantes" em condições naturais completamente distintas.

No que tange aos desdobramentos do determinismo geográfico no campo da Geografia, ressaltamos uma mudança de postura teórico-metodológica. Antes pautados sobre regiões pré-determinadas e baseando-se em classificações edafoclimáticas, a geografia cultural que emerge colocou seu interesse nas paisagens culturais e nas regiões humanizadas. Nesse registro, destaca-se o geógrafo Carl O. Sauer (1889-1975) na Universidade da Califórnia, Berkeley.

Outro importante nome para o desenvolvimento dos estudos entre a natureza e a sociedade – e que de certa maneira contrapunha-se a Ratzel ainda apresentando pontos de contato com o determinismo geográfico – é o do geógrafo francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918), figura de grande importância para a constituição da Geografia Humana na passagem do século XIX para o século XX. Tal corrente exerce influência na Geografia brasileira e no campo da Alimentação e Nutrição principalmente com as obras de Josué de

Castro – Alimentação Brasileira à luz da Geografia Humana (1937) e Geografia da Fome (1946).

Fortemente influenciado pelas Ciências Naturais, o pensamento de Vidal de La Blache parte do "princípio da unidade terrestre", obedecendo a leis gerais que se encadeiam e se combinam de formas específicas em cada região do globo. Como ressalta Gomes (1996), o *meio*[10] na obra vidalina seria dotado de uma potência tal que poderia agrupar e manter juntamente seres heterogêneos em correlação recíproca. Dessa maneira, coloca o autor que "[...] cada *região* representa um domínio, onde se reuniram artificialmente seres díspares, que aí se adaptaram a uma vida em comum" (1996, p. 34).

Diante dessas noções, emprestadas das Ciências Naturais, age sobre o *meio* uma força adicional e influente, a ação humana, encarada como um fator geográfico ao mesmo tempo ativo e passivo. Sem entrarmos em pormenores, por considerar o homem ativo sobre o *meio*, podemos dizer que La Blache é um autor fora de seu tempo para Geografia: um possibilista. No entanto, o interesse dos geógrafos pelos "fatos da cultura" na primeira metade do século XX ainda estava centrado no conjunto de utensílios e equipamentos elaborados pelo homem para explorar seu entorno, organizar seu habitat e conformar suas paisagens. O surgimento do trator neste período acelerou as transformações no campo e, a partir de então, o motor à explosão e a eletricidade asseguram em toda parte o acesso a formas concentradas de energia, o que provocou uma racionalização generalizada do trabalho e uma relativa homogeneização das paisagens rurais. Assim, a mecanização e a modernização introduzem um arsenal de máquinas e tipos de construção, tornando padronizado o objeto de estudo da geografia cultural e, em decorrência, esvaziando-a de interesse.

Como nos conta Claval (2014), a geografia cultural entra em declínio na década de 1970, porque, como visto, desaparece a pertinência dos "fatos de cultura" para explicar a diversidade das distribuições humanas. A modernização, com a consequente "uniformidade dos utensílios" e dos artefatos que promove, atingiu grande parte do ocidente. O outro modelo de análise, que se fundamentava principalmente em Vidal de La Blache pela noção de "gêneros de vida" torna-se também inadequado ao mundo urbano e industrializado.

> O *procedimento* normal de descrição dos gêneros de vida dá perfeitamente conta da parte da existência vivida em família fora do trabalho: a hora das refeições, os rituais cotidianos em casa, o trajeto para escola, o escritório ou fábrica; tudo isso é compartilhado, e realizado em ritmos e horários semelhantes pela maior parte da população. Mas o tempo passado no trabalho escapa as simplificações: as tarefas dos

[10] Trabalharemos a concepção de meio no capítulo quatro, destacando que seu significado vem passando por significativas reinterpretações ao longo do pensamento geográfico.

> operários, dos gerentes, dos técnicos e dos engenheiros são variadas, só são compreensíveis quando inseridas no contexto das unidades produtivas que participam, e pela observação de como cada um contribui para as transformações em curso. A vida no escritório é aparentemente mais uniforme, mas ali também a descrição dos horários ignora o essencial, o objetivo da atividade, as pessoas às quais está destinada e as relações que promove. (CLAVAL, 2014, p. 57)

Porém, o desaparecimento da geografia cultural que parecia, assim, prestes a acontecer no início dos anos 1970, não se deu. A transformação que começa a afetar os estudos culturais conduzidos pelos geógrafos, a partir de então, repousa sobre uma mudança completa de atitudes e nasce da constatação de que as realidades que refletem a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais serão puramente materiais (CLAVAL, 2001). Corrêa (2010) classifica a geografia cultural do século XXI em duas correntes principais a partir da *ideia de cultura* que estas adotam em seus estudos: a "nova escola de Berkeley" e a assim chamada "nova geografia cultural".

Na nova escola de Berkeley, a *cultura* e o *espaço* são estudados a partir de uma perspectiva abrangente, ou seja, que abarca inúmeros aspectos da vida como a crença, hábitos, linguagem, arte, habilidades; um pensamento que mantém os resquícios da existência de uma entidade supraorgânica, pairando sobre a sociedade e determinando suas práticas e seu modo de ser. Como destaca Corrêa (2010), tal concepção teria como consequência a *homogeneidade cultural* dos grupos, supondo a *ausência de conflito*s internos e como consequência a *estase da cultura*. Essa concepção supõe que a realidade esteja dividida em dois níveis, o orgânico e supraorgânico. Assim, a cultura é "reificada" passando a fazer parte dos indivíduos de um grupo que a internalizam. Tal internalização da cultura também originaria uma "personalidade" e um "caráter do grupo" a cada região estudada, o que ao nosso entendimento conferiria a estes grupos e lugares uma imagem ao estilo caricatural. Em paralelo e em uma linha próxima de pensamento na Antropologia, podemos destacar as autoras da chamada escola de cultura e personalidade – cujas principais expoentes são Margaret Mead e Ruth Benedict.

> A cultura fornece a matéria-prima com a qual o indivíduo faz a sua vida. Se ela é escassa, o indivíduo fica em desvantagem; se ela é rica, o indivíduo tem a possibilidade de se mostrar à altura de sua oportunidade. Todos os interesses particulares dos homens e das mulheres beneficiam-se do enriquecimento da bagagem tradicional da sua civilização. (BENEDICT, 1934, p. 208)

Côrrea (2010) bem argumenta que se considerarmos "a cultura" como força determinante, explicativa, outros possíveis aspectos deixam de ser levados em conta: por exemplo, como os indivíduos interagem, negociam e impõem restrições entre si ou mesmo entre elementos como as estratificações sociais, interesses políticos e conflitos diversos. Ao

abandonarem o determinismo geográfico, a escola de Berkeley na Geografia e a escola de personalidade e cultura na Antropologia acabaram engajados em um "determinismo cultural".

Em crítica a tal visão, destaca-se como marco teórico da Antropologia, com repercussões para todas as Ciências Humanas, incluindo os estudos da Nova Geografia Cultural, o pensamento de Clifford Geertz, para quem "[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu" e "[...] a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado" (1979, p. 4).

Na Nova Geografia Cultural, é o nome de James Duncan (2003) que marca o começo dessa abordagem. Nessa acepção, não existe uma cultura unificada pairando sobre alguma parte do globo. Adota-se, então, uma visão *restrita de cultura*, vendo-a como "mapas de significados", como um contexto. O que esta nova corrente procura compreender é a interpretação simbólica que os grupos dão ao espaço, as justificativas estéticas ou ideológicas que propõem e o impacto das representações socio-espaciais sobre a vida coletiva.

Ressalta-se, que a própria ideia de "cultura" deva ser problematizada para não ser naturalizada, uma vez que não exista nada que se assemelhe, no mundo, a esse conceito. Antes de utilizarmos noções tais como a "cultura carioca", a "cultura chinesa" ou a "cultura nordestina", ressaltamos a necessidade de verificarmos até que ponto essas "entidades" existem, já que são, como argumenta Claval (2014) e Roy Wagner (2010), antes de tudo, construções intelectuais e devem ser compreendidas como tais.

Nas tradições neopositivistas, as ciências produzem amplos discursos sobre a natureza e o funcionamento das sociedades, fornecendo informações genéricas àqueles que definem políticas públicas, para que então eles possam implementar ferramentas para orientar o "desenvolvimento da sociedade humana" e a "preservação das culturas". Para a nova epistemologia crítica, todos esses metadiscursos não derivam de um estudo preciso das realidades sociais, mas oferecem apenas um *modelo ideológico útil* para julgar o presente (CLAVAL, 2001). Concordamos com o autor quando nos diz que não existe um posicionamento a partir do qual um especialista em Ciências Sociais possa dispor de uma *perspectiva universal* e de uma *objetividade absoluta* sobre as realidades sociais.

> Isto não quer dizer que a pesquisa científica pertença ao passado, mas os caminhos para chegar a ela certamente mudaram. Como as outras ciências sociais, a geografia não dispõe de um ponto de vista universal e objetivo para fundamentar suas asserções. Não existem razões totalmente convincentes para que as interpretações propostas prevaleçam sobre as interpretações espaciais das distribuições humanas, das paisagens humanizadas e das leituras simbólicas dos territórios desenvolvidas pelas pessoas que as conceberam. (CLAVAL, 2001, p. 47-48)

É igualmente necessário destacarmos que as análises sobre o espaço não devem desviar-se das análises de contestação social, do desenvolvimento de movimentos de oposição e do surgimento de culturas críticas. Em nossa perspectiva, a compreensão do espaço não pode estar unicamente pautada sobre a distribuição espacial dos fatos sociais, nem unicamente sobre a disposição espacial dos objetos materiais e, tampouco, sobre a "interpretação de um significado universal" partilhado por todos; deve, sobretudo, conferir interesse aos sentidos que as pessoas atribuem aos lugares onde habitam, alimentam-se ou visitam, deles extraindo uma experiência – que ressaltamos, junto a Wagner (2010), não será avaliada a partir de uma objetividade absoluta, e, sim, de uma objetividade relativa, ou seja, a partir de uma fusão da experiência do pesquisador com a do universo pesquisado.

Somada a isso, a abordagem cultural do espaço, hoje, traz aos cientistas sociais interessados nas abordagens sócio-espaciais a elucidação de que os fatores econômicos não são os maximizadores puramente racionais e que a divisão em classes sociais geralmente utilizada pelos especialistas é apenas uma entre as múltiplas categorias que as pessoas distinguem em suas vidas cotidianas. De uma maneira geral, os homens desempenham uma pluralidade de papéis de acordo com os momentos e os lugares em que estão experenciando.

Neste sentido, Claval (2001) argumenta que as relações dos indivíduos e grupos com o espaço no qual estão inseridos respondem a finalidades variadas, dentre as quais afirmar seu ser social por meio das redes de que participam e construir identidades através do sentido dado às coletividades, às práticas e aos lugares que habitam. Assim, ratificamos que espaço, sociedade e natureza não podem ser considerados como entidades inertes e dissociadas: são mutuamente construídos de maneira dinâmica e devem ser analisados a partir desse dinamismo. Para nós, as concepções de *espaço* e as *formas simbólicas espaciais dos lugares* apresentam potencialidades nesse sentido. Assim, para além de realidades objetivas absolutas, interessa-nos compreender como o espaço e os lugares se inscrevem e desempenham seus papéis sobre as sociedades e como a sociedade em contrapartida os remodela e os ressignifica.

> A razão é um termo muito inadequado com o qual compreender as formas de vida cultural do homem em toda sua riqueza e variedade. Mas todas essas formas são simbólicas. Logo, em vez de definir o homem como um animal rationale, deveríamos defini-lo como animal symbolicum. (CASSIER, 1972-1994, p. 50)

Portanto, diante da complexidade do assunto, ressaltamos que o *espaço* também desempenha o papel de suporte de mensagens e de símbolos. Para nós, estudar as formas simbólicas em sua dimensão espacial constitui um exercício cuja finalidade é dar visibilidade a

um importante aspecto da ação humana, marcada não somente por uma perspectiva econômica, utilitarista ou mesmo racional, mas também pelo ato de simbolizar *no* e *a partir do espaço*.

Para Corrêa (2007), as formas simbólicas são representações da realidade, resultantes do complexo processo pelo qual os significados são produzidos e comunicados entre pessoas de um mesmo grupo social. O autor, pautado nos estudos de Stuart Hall (1997), considera que as formas simbólicas podem ser materiais ou não, constituindo signos construídos a partir da relação entre formas, significantes e significados. Partindo da *corrente construtivista* de interpretação dos signos, o autor considera que os significados são construídos a partir das experiências daqueles que interpretam as formas simbólicas. Assim, estas estão sujeitas a interpretações distintas, caracterizando-se por uma instabilidade de significados, ou seja, por uma polivocalidade.

Resgatando os escritos de Erwin Panofsky (2004) – que se debruça sobre o estudo da Iconologia – Corrêa destaca que os significados das obras de arte são construídos em três níveis: um primeiro que opera na identificação das formas puras, reconhecidas como portadoras de um significado primário; um segundo nível onde produzem-se significados secundários e/ou convencionais, onde podem estabelecer-se imagens, histórias e alegorias; e um terceiro nível, onde finalmente produzem-se um significado profundo, intrínseco, no qual revela-se, por exemplo, a atitude básica de uma nação, de um período histórico, de uma classe social ou mesmo de uma filosofia. O último nível corresponde assim à Iconologia, ou seja, um método interpretativo, aberto e construtivista.

As formas simbólicas tornam-se formas simbólicas espaciais quando constituídas por fixos e fluxos – no sentido já debatido anteriormente, quando tratávamos da teoria de Milton Santos – isto é, por localizações e itinerários, apresentando assim os atributos principais da espacialidade. Nesse sentido, Corrêa destaca que as relações entre formas simbólicas e espaço são complexas e caracterizam-se por uma "mão dupla" pois, ao passo que se realizam como tal, em razão de sua localização, as próprias localizações são marcadas pela presença das formas simbólicas.

O autor chama a atenção para a política locacional das formas simbólicas, derivando daí o desejo de que elas cumpram eficientemente o papel que delas esperam aqueles que as conceberam. Tal política envolve as *dimensões absoluta* e *relativa do espaço* que abrangem a localização absoluta, a localização relativa e a localização relacional das formas simbólicas (CORRÊA, 2007, p.13).

a) Uma forma simbólica tem uma *localização absoluta*, um sítio onde ocorreu um dado evento considerado significativo ou que se deseja transformar em local de celebração por apresentar um potencial positivo para este fim.
b) As formas simbólicas, por outro lado, têm uma *localização relativa*, associada à visibilidade, mas, sobretudo, à acessibilidade face a toda cidade ou espaço regional ou nacional. Esta acessibilidade é um dos meios mais importantes para que as formas simbólicas possam transmitir as mensagens que delas se espera.
c) Finalmente, as formas simbólicas apresentam uma *localização relacional*, isto é, são localizadas em relação a outras formas simbólicas que denotam interesses divergentes, um conjunto de valores que é referenciado a um dado espaço, ao qual se opõe outro espaço.

Neste sentido, aponta-se também para uma *política de escala* na qual as *dimensões* das formas simbólicas são concebidas politicamente. Tais dimensões também podem ser absolutas ou relacionais. A *dimensão absoluta da escala* diz respeito à dimensão física da forma simbólica espacial, ou seja, expressa uma área, volume ou altura, aos quais se associam a magnitude de um evento. A segunda, a *dimensão relacional da escala*, diz respeito à comparação com outras formas simbólicas espaciais caracterizadas pelas dimensões físicas imponentes, que representam eventos, personagens ou posições em conflito. As duas dimensões de escala, absoluta e relacional, associam-se à ideia de poder e à superioridade.

Assim, Corrêa argumenta que as formas simbólicas espaciais podem assumir forte conotação política, constituindo-se em "[...] mecanismos regulatórios de informação que controlam significados" (2007, p. 14). É importante termos em mente que as formas simbólicas espaciais são concebidas, segundo seus idealizadores, para realizar diversas funções. Entre elas, a partir de Lobato Corrêa, destacamos seis funções:

a) Glorificar o passado.
b) Reconstruir o passado conferindo-lhe novos significados.
c) Transmitir valores a um grupo como se fossem de todos.
d) Afirmar a identidade de um grupo.
e) Sugerir a chegada do futuro.
f) Criar lugares de memória.

No entanto, como ressaltado anteriormente, reconhecemos a existência de uma *polivocalidade das formas simbólicas espaciais*, ou seja, que, em contrapartida à interpretação oficial articuladas pelas elites produtoras de tais formas, existam interpretações populares mais

compartilhadas ou mesmo individuais que podem se caracterizar pela contestação dos valores pretendidos por seus idealizadores.

As formas espaciais simbólicas constituem importantes elementos no processo de *criação e manutenção da identidade*, seja étnica, racial, social, religiosa e, ressaltamos, a *identidade de lugar*. Em diálogo com Relph (1976) e Bonnemaison (2003), o autor caracteriza as formas simbólicas espaciais enquanto *geossímbolo*, ou seja, marcas identitárias que individualizam certa porção do espaço. Como exemplo, podemos evidenciar a *toponímia* – a nomeação de bairros, ruas, cidades – como uma forma simbólica de identificar um logradouro público atribuindo-lhe um significado que pode tanto valorizar ou estigmatizar o lugar referenciado.

Para Lobato Corrêa nomear um dado lugar constitui uma forma de *apropriação do espaço*, impregnando-o de significado associado ao nome. A *toponímia* pode ser vista como a resultante da combinação entre linguagem, política territorial e identidade. No que tange a reconstrução do passado pelas formas simbólicas espaciais, Corrêa aponta que o mesmo, pode ser visto como um texto incompleto cuja leitura poderia nos permitir interpretações diversas, possibilitando assim reconstruções adequadas às necessidades de cada grupo social em diferentes momentos. Tal processo recebe o nome de *refuncionalização simbólica*.

> As interpretações sobre o passado e suas reconstruções podem ser expressas de diversos modos, entre eles as formas simbólicas espaciais, como estatuais, memoriais e até mesmo prédios. A fachada e o interior de um prédio podem ser remodelados, alterando-se a sua iconografia de acordo com as intenções de quem pretende reciclar significados sobre o passado, apagando a iconografia cuja intenção era de gerar outra interpretação. Mais do que uma estátua ou memorial, um prédio apresenta flexibilidade que permite uma refuncionalização simbólica. Um prédio pode, assim, tornar-se um meio útil para uma política de significados. (CORRÊA, 2007, p. 16)

Cabe ressaltar que o futuro, também, constitui profunda preocupação por parte daqueles que detém o poder, interessados em reproduzir condições que garantam a continuidade daquilo de que desfrutam ou, ainda, daqueles empenhados em construir um futuro diferente do presente. Para Corrêa o futuro é marcado por uma tensão entre permanência e mudança e neste contexto as formas simbólicas espaciais constituem um importante veículo por meio do qual o futuro pode ter sua concepção comunicada, aprovada ou contestada. Nesse sentido, podemos pensar em objetos fixos do espaço, tal como um shopping, uma forma simbólica espacial que traz como marca a inovação e a tecnologia, mas que ao cabo também podem transmitir uma mensagem implícita da subordinação da sociedade contemporânea a um certo tipo de consumo e a uma suposta homogeneização do mundo, marcando no presente um futuro incontestável e inevitável.

2.3 **Por uma concepção aberta do espaço: Doreen Massey**

A geógrafa britânica Doreen Massey debruçou-se sobre o conceito de espaço em sua obra intitulada “Pelo espaço: uma nova política da espacialidade”, de 2005. As reflexões da autora vão ao encontro da proposta do presente trabalho, pensando o *espaço* não como uma “superfície material a ser ocupada” ou como “uma junção de fatores físico-ambientais’, mas como uma imbricação entre a materialidade do não-humano e as relações sociais. No correr da obra e em seu artigo “Um sentido global de lugar”, como desdobramento do conceito de espaço a autora traz bons argumentos para pensarmos uma nova forma de conceber os *lugares.* Assim, exporemos o conceito de *espaço* proposto por Massey, as implicações que a noção de espaço puramente material traz às políticas contemporâneas e reflexões teóricas da autora sobre a relação entre as identidades territoriais e os *lugares* na era da “compressão espaço-tempo”.

O argumento central encontra-se em torno do modo como pensamos o espaço. Este que interfere na nossa maneira de compreender o mundo, nossas atitudes para com os outros e, principalmente, nossas políticas mais gerais, incluindo aquelas que dizem respeito ao planejamento territorial. A autora, ao longo de sua obra, também é enfática ao afirmar que a forma como pensamos o espaço afeta diretamente a forma como entendemos a globalização, o modo como abordamos as cidades e, mais especificamente, a maneira como desenvolvemos e praticamos um sentido de lugar.

O *lugar*, para Massey, como veremos a seguir, não é apenas produto de relações sociais cuja singularidade é marcada pela combinação específica de múltiplas redes, mas é também o *lugar-encontro*, “[...] sempre dinâmico e em aberto, mergulhado na densa espaçotemporalidade da própria natureza, nunca estática, que se reconstrói permanentemente em sua indissociável vinculação ao igualmente complexo mundo dos homens” (2005, p. 16). Massey, ressalta que no contexto de um mundo cada vez mais interconectado, a noção de lugar adquire ressonância totêmica e o valor simbólico do lugar é incessantemente mobilizado em argumentos políticos.

> Para alguns, é a esfera do cotidiano, de práticas reais e valorizadas, a fonte geográfica de significado, vital como ponto de apoio, enquanto o global tece suas teias cada vez mais poderosas e alienantes. Para outros “um refúgio no lugar” representa a proteção de pontes levadiças e a construção de muralhas contra as inovações, um local de negação (2008, p. 25).

Uma visão de *lugar* relacionada a uma ideia de “local de negação das forças invasoras”, pode trazer de volta nacionalismos e paroquialismos territoriais caracterizados por pretensões de exclusividade, por afirmações de autenticidade nativas enraizadas de especificidades locais

e por preocupantes hostilidades aos designados “outros”. Como pensar a defesa do lugar pelas comunidades em um mundo onde o capitalismo financeiro apropria-se dos territórios, controla políticas públicas e insere-se cada vez mais nas pesquisas científicas? Assim, apontamos que o *lugar* apresenta um *caráter ambíguo*, pois ao passo que pode ser permeado por um horror às exclusividades locais; por outro lado, equilibra-se precariamente em uma visão que oferece certo apoio à luta pela defesa de “seu pequeno torrão” em um mundo de economia neoliberal.

Mesmo nessa ambiguidade, ambas as direções partilham pressuposições, tais como o *lugar* como algo fechado, coerente, integrado, autêntico e o *espaço* como originalmente dividido em partes iguais. Massey ressalta que se institui implicitamente por trás dessa ambiguidade uma diferenciação teórica entre “lugar” e “espaço”, pela qual o primeiro estaria mais pautado no cotidiano (espaço vivido, sentido, cotidiano) e o segundo em uma abstração.

A imaginação do *espaço* como uma superfície sobre a qual nos localizamos, a transformação do espaço em tempo, a clara separação do *lugar local* em relação ao *espaço externo* são todos meios de controlar o desafio que é a espacialidade inerente ao mundo. Poucas vezes o *espaço* é realmente pensado explicitamente, ou seja, “[...] desenvolvendo meios de incorporar uma espacialidade as nossas maneiras de ser no mundo, aos modos de lidar com o desafio que a enorme realidade do espaço projeta” (MASSEY, 2005, p. 25).

O pensamento da geógrafa britânica expressa-se em ensaios sobre o desafio do espaço, os múltiplos artifícios através dos quais esses desafios têm sido evitados e as implicações políticas de praticá-lo de maneira diferente. Sua obra *não* se constitui a partir de textos *sobre o espaço*, mas através de situações com as quais a questão do espaço está de alguma forma entrelaçada. A autora debruça-se sobre a missão de arrancar o espaço da constelação de conceitos nos quais ele vem, constantemente, sendo envolvido (estase, fechamento, representação) e tenta estabelecê-lo dentro de um conjunto alternativo de ideias, tais como *heterogeneidades, relacionalidade, coetaneidade* onde possa despontar um cenário político mais desafiador.

Sua visão do *espaço* encontra-se entre as abordagens não-euclidianas e as abordagens que consideram o espaço como morto, estático ou o “fixo”, “[...] é um livro sobre o espaço ordinário, o espaço e os lugares através dos quais, na negociação de relações dentro da multiplicidade, o social é construído” (2005, p. 35). Um dos seus vários argumentos centra-se na crítica em que muitos teóricos se debruçaram sobre a *temporalidade*, mas que estas abordagens, majoritariamente, limitaram-se ao antropocentrismo filosófico que se preocupa com a inevitabilidade da morte, colocando-a como a dimensão vital da própria existência. Massey defende em sua obra que o espaço, assim como o tempo, é *igualmente vivo e igualmente*

desafiador. Longe de ser morto e fixo, a própria grandiosidade de seus desafios possibilitou a existência de inúmeras estratégias para dominá-lo.

Para a construção de uma abordagem alternativa do espaço, Massey anuncia três proposições que serão úteis para pensarmos o espaço na presente pesquisa:

a) O espaço é o produto de inter-relações, ou seja, constituído através de interações que vão desde a escala do global até as escalas micro.

b) O espaço é a esfera de possibilidade da existência da *multiplicidade*, ou seja, da pluralidade contemporânea, a esfera onde distintas trajetórias coexistem. "*Sem espaço não há multiplicidade, sem multiplicidade não há espaço*" (2005, p. 28)

c) O espaço está sempre em construção, uma vez que, como dito na primeira proposição, é um produto de relações-entre. Jamais acabado, o espaço nunca está fechado. Pensar o espacial de maneira aberta pode ser um elemento essencial na estrutura imaginativa que permite uma abertura para esfera do político.

Entender o *espaço* como produto de inter-relações vai ao encontro da emergência de uma política que tenta comprometer-se como o antiessencialismo. Assim, ao invés de uma política individualista liberal ou de um tipo de política que considere as identidades espaciais fechadas (para sempre já constituídas), essa política alternativa enfatizaria sua construtividade relacional e que nós achamos pertinente resgatar para pensarmos o espaço e alimentação na atualidade.

Tal política relacional refletiria a primeira proposição, que considera o espaço como produto de inter-relações. Junto a Chatal Mouffe (1993), coloca "[...] as identidades e as inter-relações são construídas juntas, mas a espacialidade pode ser também, desde o princípio, integrante dessas próprias identidades, incluindo as subjetividades políticas" (2005, p. 30). As identidades especificamente espaciais (lugares e nações) podem, igualmente, ser reconceitualizadas em termos relacionais.

> Se nenhum lugar/espaço é uma autenticidade coerente e continua, então uma questão que é levantada é a de sua negociação interna. Se as identidades, tanto as especificamente espaciais quanto as outras, são de fato constituídas relacionalmente, então isto coloca a questão da geografia dessas relações de construção. (MASSEY, 2008, p. 31)

A segunda proposição nos alerta que imaginar o espaço "[...] enquanto esfera da multiplicidade" vai ao encontro do que em políticas tem se colocado como "diferença" e "heterogeneidade". Neste caso, a simples possibilidade de qualquer reconhecimento sério da multiplicidade e heterogeneidade em si mesmas depende do reconhecimento da espacialidade

e de que as *estórias*[11] do mundo não podem ser contadas apenas pelo viés ocidental. Tais trajetórias fazem parte de uma complexidade e não são as universais que elas, por tanto tempo, propuseram ser. Assim, como corolário político, temos que uma genuína e completa *espacialização da teoria social* e do *pensamento político* pode ratificar um reconhecimento mais completo da *coexistência simultânea de outros*, com suas próprias trajetórias e suas próprias estórias para contar.

No que tange ao processo de globalização a autora destaca: "[...] a imaginação da globalização enquanto uma sequência histórica, não reconhece a coexistência de *outras estórias* com características que sejam distintas e futuros outros que possam sê-lo" (MASSEY, 2005, p. 31). Assim, no que se refere à terceira proposição (que nos coloca a pensar o espaço enquanto processo inacabado, nunca como sistema fechado), esbarramos em alguns discursos políticos que negam a genuína abertura do futuro, ressaltando a inflexibilidade das grandes narrativas ligadas à modernidade. "As estruturas do Progresso, do Desenvolvimento e da Modernização, e a sucessão dos modos de produção elaboradas dentro do marxismo, todas elas propõem cenários nos quais as direções gerais da história, inclusive do futuro, já são conhecidas" (p. 32).

Em acordo com diversos teóricos que rejeitam de forma radical essas proposições – tais como Laclau (1990), Deleuze e Guattari (1988) ou Harvey (1997) –, Massey afirma que apenas se concebermos o futuro como aberto podemos aceitar ou nos engajar em qualquer noção genuína de política: "Apenas se o futuro for aberto haverá campo para uma política que possa fazer a diferença" (2005. p. 32). Não apenas a história é aberta, como também o *espaço*, que caracterizado pelo seu aspecto interacional sempre deixa como possibilidade *conexões a serem feitas*, justaposições ainda a desabrochar, relações que podem ou não serem realizadas.

> Aqui então, o "espaço" é sem dúvida um produto de relações (primeira proposição), e para que assim o seja tem de haver multiplicidade (segunda proposição). No entanto não são relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, tudo (já) está relacionado com tudo. (2005, p. 32)

E complementa, ratificando a abertura política que seu pensamento sobre o espaço confere à sociedade.

> O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e na qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros. Um espaço, então, que não é nem um recipiente para identidades sempre já constituídas, nem um holismo completamente fechado, é um espaço de

[11] A utilização do termo *estórias* em detrimento do termo *história* sinaliza para o dissentimento em relação à cosmologia dominante da "única narrativa" que, nesta perspectiva, atua obliterando as multiplicidades contemporâneas do espaço e os diferentes futuros a que estão abertos os distintos lugares do mundo.

> resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo. (2005, p. 32)

Assim, trabalha em direção a um embasamento que é vital para a colocação de questões políticas, em uma época em que a globalização é imaginada como um tipo de força emanando sempre de um outro lugar. De forma relacional, insiste na especificidade de um mundo que não seja nem composto de um atomismo individual, nem fechado em holismo sempre-já completo. Para Massey, trata-se de *um mundo sempre sendo feito* através das relações e que, assim considerado, nele poderíamos encontrar a política. Desta forma, propõe um impulso de mente aberta para uma positividade e plenitude de vida através de um compromisso com essa *contemporaneidade radical* que para ela seria a condição de e para a espacialidade.

Os sentidos dos termos utilizados ao longo de seu pensamento seriam temporais e espaciais em sua ênfase. *Trajetória* e *estória* significam enfatizar o processo de mudança em um fenômeno, podendo este ser uma coisa viva, uma atitude científica, uma coletividade, uma convenção social ou mesmo uma formação geológica. As palavras diferença, heterogeneidade, multiplicidade e pluralidade referem-se à existência coetânea de uma pluralidade de trajetórias, uma *simultaneidade de estórias-até-agora*. O ponto de discussão de sua obra trata do termo *diferença* enquanto uma *heterogeneidade positiva*, ou seja, o caráter vívido, a complexidade e abertura da própria configuração são *multiplicidades positivas* que importam para a apreciação do espacial.

Diante do já exposto destacamos a importância de atentarmos para a contemplação da *simultaneidade de estórias*.

> Parece que algumas vezes, na corrida enlouquecida para a abandonar a singularidade da formidável narrativa modernista (a história universal e singular), o que foi adotado em seu lugar foi uma visão de uma instantaneidade de interconexões. [...], mas isso é para substituir uma única história por uma não-história. [...] em vez disso, deveríamos, poderíamos substituir a história única por muitas. E é aqui que entra o espaço. (MASSEY, 2005, p. 36)

Neste bojo, destaca-se que herdamos uma imaginação do espaço profundamente enraizada, embasada em pressupostos não mais reconhecidos como tais, associações derivadas de algumas obras filosóficas que de forma pouco promissoras privaram o espaço de suas características mais desafiadoras. Massey se propõe a revelar algumas das influências que tais obras exerceram e exercem sobre as imaginações hegemônicas do *espaço.* Procura esquematizar algumas linhas específicas de argumentos que exemplificam os modos como este pode se apresentar através de discursos filosóficos significativos que invalidam sua completa inclusão na esfera do político.

Diferente de Ed. Soja (1989), que frequentemente advoga em torno de uma *‘*priorização do tempo sobre o espaço*’,* Massey afirma que esta não corresponde a sua preocupação central. O problema encontra-se no modo como este é imaginado. O caráter problemático dessa imaginação resulta da despriorização, ou seja, a conceituação do espaço como uma reflexão *a posteriori*, um resíduo do tempo. Frequentemente o *espaço* é tratado como o simples oposto negativo do tempo e tal posição representa uma dificuldade em pensar ativamente sobre esse espaço e as contradições que daí derivam. *Tempo* e *espaço* devem ser pensados conjuntamente; no entanto, isto não implica necessariamente pensar que são idênticos ou uma quarta dimensionalidade indiferenciada.

No que diz respeito aos lugares, mostra que é necessária uma reimaginação das coisas como processos para sua reconceitualização, de modo que possamos desafiar localismos exclusivistas. Em vez de coisas como entidades discretas preestabelecidas, existiria um movimento em direção ao reconhecimento de sua abertura. Em diálogo com os filósofos Bérgson e Deleuze , a autora destaca que a posição do primeiro estava pautada em um compromisso com a psicofísica e a ciência de sua época, ao levantar o argumento de que a intelectualidade estava retirando a vida para fora da experiência ou, em outras palavras, pela conceituação, pela *separação*, pela descrição estava sendo obliterado o elemento vital da própria vida.

Cabe destacar que Bérgson e Deleuze estão envolvidos com os significados de diferença e multiplicidade. Para eles há uma distinção importante entre *diferença/multiplicidade discret*a e *diferença/multiplicidade continua*. A *multiplicidade discreta* se refere a magnitudes extensivas e entidades distintas, ao reino da diversidade divisível e se constituiria enquanto dimensão da separação. Já a *multiplicidade continua* se referiria a intensidades, e mais à evolução do que à sucessão. Ambos os autores advogam sobre a primazia da segunda forma de diferenças (multiplicidades contínuas) sobre a primeira forma (multiplicidade discreta), colocando em questão a abertura genuína do futuro.

No entanto, apesar destes autores, principalmente dos descritos de Bérgson, estarem de acordo com parte das preposições de Massey, a autora destaca que o seu *foco no tempo* e em sua necessária abertura desencadearam consequências devastadoras para o modo como posteriormente se desencadeou a conceituação do *espaço*.

A preocupação de Bérgson era com a *irreversibilidade* do tempo, enfatizando sua continuidade. Para o filósofo, o tempo da ciência moderna era “espacializado” e, por isso, não possuía nenhuma das características que a consciência lhe atribui. Ele é representado como linha, mas tal linha seria imóvel, enquanto o tempo seria a mobilidade. A linha “já estaria feita”

e o tempo seria aquilo que se faz. Este autor insistiu na exigência de considerar o tempo vivido (a duração da consciência) como uma corrente fluida na qual é impossível até distinguir estados, porque cada instante dela transpõe-se no outro em *continuidade ininterrupta*. A *duração* estabeleceu-se como conceito fundamental de sua filosofia. Assim, o *tempo como duração* possui duas características fundamentais: a novidade absoluta a cada instante, em virtude de que é um processo contínuo de criação; e a conservação infalível e integral de todo o passado, em virtude do qual age como uma bola de neve (ou cone) e continua crescendo à medida que caminha para o futuro.

Entende-se em Bergson que o movimento consiste, visivelmente em passar de um ponto para outro, e consequentemente, em percorrer o espaço (estático). Sob a perspectiva do filósofo, a mente seria por definição orientada espacialmente, porém, tudo que fosse pautado pela criatividade não seria. Bergson advoga então, que só poderíamos recuperar o contato com o cerne de viver, se fugíssemos da "espacialização" imposta pela mente. Para Massey o tempo rejeitado do recorte-de-tempo instantâneo atrai o rótulo espacial e essa associação interpreta o *espaço* sob uma luz negativa, como falta de *movimento e duração*. Assim, a noção de *tempo vazio, dividido e reversível*, em que não há evolução, mas a sucessão, é com frequência entendida na mesma forma que o *espaço*, ou seja, enquanto multiplicidade discreta e divisível. No entanto, naquele momento histórico a escolha parecia estar entre aceitar os pronunciamentos da ciência clássica ou recorrer a uma filosofia metafísica baseada na experiência individual. Dessas posturas surgiram dúvidas. De que mentes humanas estamos falando? Que tipo de mente humana? Como se fazer reconhecer diante das formas com as quais a ciência clássica explicava o mundo?

Massey concorda que o tempo não apenas não poderia ser fragmentado, transformado em multiplicidade discreta, mas alega que o resultado de tal operação *não* deveria se referir ao *espaço*. Assim, a equiparação entre "espacialização" e "produção de espaço" empresta ao *espaço* não apenas o aspecto da *multiplicidade discreta (dividida)*, mas também a característica de *estase*. Assim, partindo das proposições e refutações de Bergson, defende que considerar o *espaço* como dimensão da *multiplicidade discreta* tem consequências conceituais e políticas e que em Bergson, além de discreta, também se torna uma multiplicidade *sem duração*, instantânea e, por isso, *estática*. Com isso não poderíamos distinguir movimentos de imobilidades, nem tempo de espaço.

A geógrafa também elenca alguns aspectos e considerações pertinentes da obra de Certeau (1984) e é enfática ao afirmar que a distinção entre *tempo* e *lugares* tecida pelo autor ainda é relacionada explicitamente a ideias de representação e ao dualismo entre espaço e

tempo. Diante de tais argumentos, conclui que, de uma maneira ou outra, as diversas matrizes de entendimento do espaço o equiparam a sua *representação*. Esta é uma conclusão disseminada, não questionada, que tem como repercussão *associar o espacial à estabilização*, ou seja, ao traçado do espaço como uma maneira de conter o temporal. Assim, propõe a desconstrução de tais argumentos e chama-nos atenção para dois fatos: o primeiro é que a representação fixa amortece e deprecia o fluxo da vida; o segundo aponta para o fato de que, consequentemente, o produto desse processo de amortecimento é o espaço. Para tal, expõe algumas preposições básicas:

a) Desde os primórdios da filosofia ocidental, a apreensão do tempo em uma sequência numérica foi pensada como sua espacialização, o problema está no movimento que vai da espacialização às caracterizações do espaço. Isto significa enfatizar que esse posicionamento intelectual é produto de um processo e de forma alguma autoevidente.

b) Se consideramos que a representação de fato fixa e estabiliza, o que desta forma se estabiliza não é apenas o tempo, mas o espaço-tempo. "[...] a sociedade, então, é, em última instância irrepresentável: qualquer representação e qualquer espaço é uma tentativa de constituir a sociedade e não de declarar o que ela realmente é." (LACLAU, 1990 *apud* MASSEY, 2008). Assim, reafirma a autora, seria melhor reconhecer que sociedade é tanto *temporal* como *espacial* e deixar completamente de lado essa definição de representação como espaço.

c) É fácil ver como a *representação* pode ser compreendida como uma *espacialização* quando por exemplo imaginamos coisas lado a lado, produzindo simultaneidade discreta. Certamente seria mais fácil representar o espaço se este apenas fosse isso. E coloca: "[...] *um traçado é, em si, uma representação, não é o espaço. O mapa não é o território*". Para Massey, um território é inteiramente espaço-temporal.

d) Uma crise de representação é assim instaurada, uma vez que o espaço deve ser compreendido enquanto *constitutivo* e não como *mimético*. Desta maneira todo espaço do mundo, longe de ser equivalente a uma representação deve ser *irrepresentável*.

A partir destas proposições podemos perceber que uma maneira historicamente significante de imaginar o espaço e a espacialização não somente deriva de uma suposição de que o espaço é para ser definido enquanto falta de temporalidade, mas também tem contribuído para que ele continue a ser pensado dessa forma, reforçando a imaginação deste como uma petrificação e um abrigo seguro em relação ao tempo e, depois, como uma horizontalidade plana

de uma página, autoevidente como uma superfície. Para a autora, o que está em jogo é a necessidade de considerar a experiência humana e a determinação de *n*ão se submeter ao determinismo para, então, manter a história aberta. Talvez a reação dos cientistas sociais e filósofos à intransigência da ciência natural, na questão do tempo, tenha causada uma má interpretação do *espaço*, abandonando-o a uma fixidez e ao fechamento.

> Se o tempo deveria ser concebido como aberto e criativo, então esse trabalho que as ciências tinham tramado, tornando as coisas precisas (colocando-as) por escrito e retirando-lhe a vida tinha de ser seu oposto - que eles denominaram "espaço". (...) Através dos sistemas de conhecimento ocidentais, alegam, transcorre uma dicotomia. Em um canto, a ciência clássica com seu compromisso com a reversibilidade do tempo, com o determinismo, com a (suposta) estase do ser. No outro, a ciência social e a filosofia, comprometidas com noções de temporalidade, probabilidade e a indeterminação do devir (2005, p. 59).

Esses casos problemáticos entre as Ciências Humanas e Ciências Naturais que fecham o processo histórico, alega Massey, não se detêm à temática do *tempo*, estendendo-se também à forma de conceber os *sistemas de equilíbrio fechados*, em que o futuro é dado, contido dentro das condições iniciais. Tal cenário de separação entre abordagens das ciências vem gradualmente se transformando. A própria ciência da natureza, com seus resultados sobre o não-equilíbrio termodinâmico, aproxima-se da concepção que a natureza está relacionada com a criação da inovação do imprevisível em que o possível seria então mais rico que o real; no entanto, alega que as questões sobre o *espaço* continuam ultrapassadas. Em diálogo com Prigogine (1997) coloca o que segue:

> Sem essa nova coerência devida aos processos de não equilíbrio, irreversíveis, a vida na terra seria impossível de ser imaginada. A alegação de que a flecha do tempo seja apenas fenomenológica ou subjetiva é, portanto, absurda. Não apenas absurda, como impossível, pois se o mundo fosse formado por sistemas dinâmicos estáveis, seria radicalmente diferente daquele que observamos ao nosso redor. Seria um mundo estático, previsível, mas não estaríamos aqui para fazer as predições (PRIGOGINE, 1997, p. 55 apud MASSEY, 2008, p. 60).

A frustração dos filósofos nômades, como Bergson e outros, era sobretudo repensar o posicionamento emergente e o status dessas ciências, especialmente da Física, dentro das convenções e práticas como um todo, que sustentavam que a "ciência" era o único caminho para o conhecimento e que havia apenas *um método científico verdadeiro,* comprometido com a objetividade do método empírico e do monoísmo epistemológico. Não bastando os debates subsequentes, como a obra de Thomas Kuhn, essa relação de admiração ainda é poderosa, conduzindo ambas as ciências para uma imaginada hierarquia, com a física em um extremo e os estudos culturais no outro, com a adoção de uma série de práticas científicas que visavam

imitar os protocolos da física. Essa “inveja” ainda está profundamente enraizada e perpetua nossas formas de conceituar o espaço.

2.3.1 A história única e seu impacto sobre a concepção de “espaço”

Por questões que vão desde o profundo desejo de desafiar as velhas formulações e uma caracterização dos tempos pós-modernos até um recente reconhecimento da natureza geográfica da sociedade, muita atenção tem sido dada à “espacialização da teoria social”. Um exemplo tem sido a preocupação dos estudos pós-coloniais em reelaborar os debates sociológicos em torno da natureza da modernidade e sua relação com a globalização.

> [...] o pós-colonial marca uma interrupção decisiva em toda aquela formidável narrativa historiográfica, que, em historiografia liberal e em sociologia histórica weberiana, bem como nas tradições dominantes do marxismo ocidental, deu a essa dimensão global uma presença subordinada numa estória que poderia ser contada, essencialmente, partindo dos parâmetros europeus. (2005, p. 102).

Assim, Massey (2005) argumenta que contar a estória da globalização tem sido uma ferramenta para espacializar a estória da pós-modernidade e essa espacialização tem exercido seus efeitos sobre o conceito de espaço adotado. Assim, devemos estar conscientes que a estória da globalização que vem sendo contada reflete uma continuação da história ocidental, concebida e teorizada sobre tal perspectiva Neste sentido, a autora ratifica a necessidade de reelaborar o período anterior, a modernidade, evitando que esta seja o desdobramento da estória interna apenas da Europa, ou seja, trata-se de um movimento de descentrar a Europa. Coloca a autora, em diálogo com Hall (1996): “Essa reelaboração da narrativa desloca a estória da modernidade capitalista de sua centralização europeia para as suas ‘periferias’ globais dispersas”. Nesta perspectiva, a colonização torna-se mais do que um tipo de subproduto secundário dos acontecimentos da Europa, assumindo então o lugar e o significado de um grande acontecimento histórico mundial extensivo e de ruptura.

Partindo dos estudos pós-coloniais, a trajetória europeia, apesar de ser a mais poderosa em termos militares, deveria não apenas ser descentrada, mas também ser reconhecida como apenas uma das estórias que estavam sendo feitas. Tal visão envolveria um distanciamento também da própria relação com o espaço. O espaço imaginado pela história única europeia, era um “espaço como uma superfície continua”, em que o colonizador, o único agente, atravessa para encontrar aquele ou aquilo a ser colonizado. Nessa visão, como podemos notar, o espaço é tratado como uma *superfície lisa*, uma natureza bruta a ser conquistada e não como a esfera da coexistência de uma multiplicidade de trajetórias.

Assim, uma vez que a multiplicidade de trajetórias tenha sido reconhecida, tornam-se evidentes os efeitos da espacialização anterior, sendo possível entender como o modo de relatar a história foi movido pelo modo no qual o processo foi experenciado dentro dela, contado através da experiência da exploração para fora dela e colocando-a como protagonista. Uma nova espacialização, feita através do reconhecimento das multiplicidades de trajetórias, faz com que entendamos melhor sua *imbricação geográfica* e a *própria espacialização da produção do conhecimento*, expondo as precondições da modernidade e seus efeitos de violência, opressão e racismo.

Evidenciamos que conhecer as precondições e os efeitos do projeto de modernidade trazidos à tona pela abertura espacial debilitam a própria estória que ela conta de si mesma. A reelaboração da narrativa desloca a 'estória' da modernidade capitalista de sua centralização europeia para as dispersas periferias globais; de uma pacífica "evolução" e "desenvolvimento" para uma violência imposta. Um dos efeitos da "modernidade" foi o estabelecimento de uma relação particular de conhecimento/poder que se refletiu em uma Geografia, que foi também uma *Geografia do poder*, ou seja, dos poderes coloniais e sobre "os espaços" colonizados, uma geometria de poder de trajetórias entrecruzadas. Expor as vozes localizadas fora do espaço da modernidade nos ajuda a expor e a enfraquecer tal relação de poder, desafiando tanto um sistema de comando quanto um sistema de conhecimento.

Somado a isso, ressalta-se que dentro do desenvolvimento da história da modernidade desenvolveu-se uma compreensão hegemônica da *natureza do espaço* e da *relação entre o espaço e a sociedade*. Uma das características dessa visão hegemônica se traduz num suposto isomorfismo entre espaço e lugar e sociedade e cultura. Nessa perspectiva espaço e sociedade formavam um mapa, um do outro; assim, comunidades locais tinham suas culturas, e nações, seus estados-nação, imaginados como uma relação integrante com espaços delimitados, internamente coerentes e diferenciados uns dos outros pela separação.

> Lugares vieram a ser considerados delimitados com suas próprias autenticidades internamente geradas e definidos por suas diferenças em relação a outros lugares que estavam fora, além de suas fronteiras. Tratava-se de uma forma de imaginar o espaço – uma imaginação geográfica - como integrante daquilo que se tornaria um projeto para "organizar" o espaço global. Foi através dessa imaginação do espaço como regionalizado/dividido, que o projeto (na verdade particular e altamente político) de generalização, através do globo, da forma Estado-Nação, pôde ser legitimado como progresso, como o "natural". E isto tem repercussões até hoje. (MASSEY, 2008, p.102)

Ao passo que hoje falamos de uma transgressão de fronteiras e dos espaços de fluxos, também existe um imaginário em que há algum tempo esses limites eram impermeáveis. Trata-se de uma cosmologia refletida em nostálgicas reações à globalização, que lamentam a perda

de coerências espaciais que *nunca* de fato existiram, que na verdade consiste em refugiar-se em nacionalismos, paroquialismos e localismos de todo tipo. Tal tipo de resposta, aceita uma estória sobre o espaço que, em seu período de hegemonia, não apenas legitimava toda uma era imperialista de territorialização, mas que, em um sentido mais profundo, implicaria uma forma de subjugar o espacial. Esta é uma forma de representar o espaço que se recusa a reconhecer suas multiplicidades, fraturas e seus dinamismos. Ela provê também as bases para noções muito comuns, tais quais a de que o *lugar* fornece um "porto seguro onde podemos nos refugiar'.

Assim, o que se desenvolveu dentro desse projeto de modernidade foi o estabelecimento e a universalização de uma maneira de imaginar o espaço que afirmou o constrangimento material de certas formas de organizá-lo. A autora ressalta que essa conceituação de espaço é fortemente apoiada pelas Ciências Sociais e, agora, dependente das imagens de quebra, ruptura, disjunção e premissas de descontinuidades.

Giddens (1990) pronunciou-se sobre a mudança da relação entre *espaço* e *lugar*. Em sociedades "pré-modernas" o espaço era tanto o local quanto o lugar e, com o advento da modernidade, o espaço passou a ser concebido como o exterior de um lugar, este último específico, conhecido e familiar. Agora, em épocas de globalização, esta diferenciação está gradualmente se dissolvendo. Para Massey, Giddens pode apenas estar repetindo o discurso dominante *de espaço e lugar* a respeito da modernidade e sob a ótica, destaca-se, do ocidente. Para ela, tal discurso deve ser questionado. Suas suposições sobre sociedades "pré-modernas" e sua relação com o espaço já são alvo de sérias objeções. Em diálogo com Oaks (1993), que questiona a suposta unidade pretérita de espaço e lugar e o comentado contraste entre um "passado de lugares" e seu suposto novo "espaço de fluxos", Massey pergunta-se: quando realmente existiu uma *identidade coesa* entre pessoas e lugares? Para ela existe uma série de questões imbricadas nessas suposições:

a) A evidência de isolados culturais no passado, bem como, qualquer simples conjunção entre espaço e lugar está sendo contestada e, com isso, também é contestado um tipo de periodização esquematizada por Giddens.
b) Esse tipo de pensar o espaço dividido é um produto do próprio projeto de modernidade.
c) A fonte de especificidade cultural não está apenas no isolamento espacial e nos efeitos que emergem de processos internos de articulação, mas também de interações que estão além. Este tipo de articulação interna é o que permite que importações culturais recentes sejam absorvidas facilmente (até mesmo com características primordiais de autenticidade, como por exemplo o macarrão italiano que chegou da China)

Doreen traz para o debate os trabalhos de Gupta e Ferguson (1992), que tiveram como objetivo principal a necessidade de questionar o isomorfismo entre espaço, lugar e cultura. Isso significa abandonar como ponto de partida a imagem do espaço como um espaço dividido e *repensar a diferença através das conexõ*es, ou seja, escrever sobre um processo histórico, compartilhado, que *diferencia o mundo ao conectar-se com ele*.

A Antropologia em seus primórdios adotou como prática estudo locais, assumindo que essas bases se relacionam sem ambiguidades com os fenômenos que ela se propunha a estudar. Através dos estudos locais, o que os antropólogos imaginavam ter encontrado eram "povos primitivos". Nessas propostas, tanto *espaço* quanto *tempo* estão em jogo: "(...) as especificidades do espaço são um produto de inter-relações- conexões e desconexões- e seus efeitos (combinatórios). Nem sociedade nem lugares são vistos como tendo qualquer autenticidade atemporal. Eles são e sempre foram interconectados e dinâmicos" (MASSEY, 2005, p. 106).

Há evidências de interconexão planetária há mais de um milênio e de que as atribuições atuais de remoto e isolado foram produzidas, tanto discursiva, quanto materialmente através do colonialismo. Assim, a dificuldade de nos desvencilharmos de uma concepção espacial impõe que reflitamos sobre as implicações políticas. "A conjetura de que espaços são autônomos permitiu ao poder da topografia ocultar com sucesso, a topografia do poder" (2005, p. 105).

Nesse sentido, destacamos que a conceituação do "espaço da modernidade" ainda é implicitamente constituída pela separação e pelo isolamento, ou seja, a partir de uma variação geográfica pré-constitutiva e, assim, uma conceituação essencialista e tabular do espaço.

> As diferenças são consequências de características internas. Isto é uma visão essencialista, tipo bola-de-bilhar, de lugar. É também uma conceituação tabular de espaço. Vai claramente contra a prescrição de que o espaço seja pensado como um produto emergente de relações, incluindo as relações que estabelecem limites e em que "lugar", em consequência, é necessariamente, lugar de encontro, em que a "diferença" de um lugar tem de ser conceituada mais no sentido inefável da constante emergência da unicidade [uniqueness], fora de (e dentro de) constelações específicas de inter-relações, dentro das quais esse lugar é colocado, e do que é feito dessa constelação. (MASSEY, 2005, p. 106-107)

Sob a égide da modernidade, não apenas o espaço foi concebido como dividido em lugares delimitados e como um sistema de diferenciação "organizado" de maneira particular. A diferença espacial foi (e em certos pensamentos ainda é) concebida em termos de uma *sequência temporal*. Lugares diferentes são interpretados como patamares diferentes – tais como os países atrasados, do Terceiro Mundo, Subdesenvolvidos e em Desenvolvimento – o que implicitamente traz consigo a ideia de uma linearidade a ser seguida. Aos espaços não foi concebida sua *uniqueness*, sua existência coetânea.

Em nosso contexto atual, a autora ressalta que requalificar eufemisticamente *atrasado* por *em desenvolvimento* não contribui em nada para alterar o significado, e a importação da manobra fundamental é a de tornar a heterogeneidade espacial uma única série temporal. Tal manobra da modernidade nos evidência implicações claras em nossas noções de progresso, fazendo com que a própria temporalidade não seja efetivamente aberta, e nem mesmo o espaço seja concebido como um constante processo de fazer-se.

Outro ponto de destaque, no que tange aos movimentos socioantropológicos de conceituar o espaço, diz respeito à manobra de colocar "aqueles que são observados" em um tempo diferente do "tempo do observador", o que, para Johannes Fabian, sanciona "[...]um processo ideológico pelo qual as relações entre o Ocidente e o "outro", entre a antropologia e seu objeto, foram pensadas não apenas como diferença, mas como distância no espaço e no te*mpo*" (1983, p.147).

No entanto, nas estratégias das narrativas em questão, esse maior distanciamento tem o efeito de reduzir a realidade da diferença. Ou seja, a narrativa da história modernista suprime a multiplicidade efetivamente existente no espaço, não encarando o fato de que este não se trata do morto, do fixo ou do imóvel. A concepção temporal de espaço modernista, juntamente às manobras da antropológica, ainda muito vivas, recusa-se a reconhecer a coetaneidade, ou seja, *diferentes sociedades confrontando-se umas com as outras ao mesmo tempo*. Agora, a distância foi subitamente "erradicada", tanto no espacial, quanto temporalmente, fazendo com que as "periferias" cheguem ao "centro".

Assim, Massey, concordando com os argumentos de Stuart Hall e Fabian, insiste na ideia de que o colonialismo é tanto um sistema de comando, quanto um sistema de poder/conhecimento. A autora nos convida, então, a adotar uma atitude de mentalidade aberta *[outwarlookingness]*, pois os diferentes aspectos da desqualificação do espacial estão conectados. A falta de abertura do futuro para os que estão atrás na fila do desenvolvimento ou da globalização é concebida, implicitamente, em função da singularidade da trajetória, e essa concepção temporal da própria Geografia da modernidade não apenas é uma representação do espacial, como também a repressão da possibilidade de outras tempo-espacialidades.

O que está em jogo é o estabelecimento de uma Geografia das relações de conhecimento e poder. "A regulação do mundo em uma trajetória única, via concepção do espaço, era, e ainda frequentemente é, um meio de recusar-se a tratar a multiplicidade essencial do espacial. Trata-se da imposição do único universal" (2005, p. 111). Podemos entender que esse tipo de espaço, concebido pela modernidade, não o vê como emergindo de uma interação, nem como a esfera da multiplicidade e, muito menos, como "essencialmente aberto" e em

“contínuo devir”. Trata-se de uma conceituação implícita que subjuga o desafio que é tratar do espacial.

2.3.2 Por um sentido global de lugar

> Mais pessoas viajam com mais frequência para lugares mais distantes. Suas roupas são provavelmente feitas numa variedade de países que vão da América Latina ao sudeste asiático. Seus jantares consistem em comida importada do mundo inteiro (MASSEY, 2000, p. 177).

Um dos resultados do aumento do fluxo planetário é a crescente incerteza sobre o que se quer dizer com *lugar* e como nós podemos nos relacionar com eles. Junto à autora, perguntamo-nos se, diante de todo esse movimento e de toda essa mistura, seria possível manter um *sentido de lugar local* e ainda identificar suas particularidades. Por algum tempo, a noção idealizada de lugares habitados por comunidades coerentes e homogêneas, totalidades estáticas e autocontidas, perpetuou-se nas Ciências Sociais como um todo. Hoje, para compreendermos a dinâmica dos lugares, devemos ter consciência dos processos planetários em curso e que as noções de “local” e “comunidade” raramente têm coincidido.

A *saudade* de uma eventual *“coerência do lugar* tem dado origem a reações conservadoras e defensivas, como certas formas de nacionalismos, de recuperação de “heranças essencializadas” e de hostilidade frente “aos outros” que chegam de outros espaços. Assim levantam-se questões como: Não é possível que o sentido do *lugar* assuma um caráter progressista? Até que ponto a caracterização atual da “compressão tempo-espaço” representa uma visão ocidental colonizadora?

Nessa esteira, muitos autores sustentam que o desenvolvimento econômico determina nossa compreensão e nossa “experiência de espaço”. No entanto, a autora advoga que uma explicação em termos de “dinheiro” ou de “capital” não serviriam “nem para começar a entender a questão” e coloca:

> A aceleração atual talvez esteja fortemente determinada pelas forças econômicas, mas não é só a economia que determina nossas experiências do espaço e lugar. Em outras palavras e dito de forma simples há muito mais coisas determinando nossa vivência do espaço do que o capital [...] além disso, a compreensão de tempo-espaço não vem ocorrendo em todas as esferas de atividade. (MASSEY,2000, p. 179)

Destacamos assim a importância das *geometrias de poder da compressão de tempo-espaço.* Diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de formas muito distintas em relação aos fluxos e conexões estabelecidos com o espaço no processo de

internacionalização das economias. Para elucidar os distintos posicionamentos, propõe a seguinte situação:

> [...] imagine por um instante que você está num satélite bem longínquo e para além de todos os outros existentes; você pode ver o "planeta terra" à distância e, de modo raro para alguém com intenções pacifistas, está equipado com o tipo de tecnologia que lhe permite ver a cor dos olhos das pessoas e os números de suas placas de carro. Você pode ver todo o movimento e sintonizar toda comunicação que ocorra [...] uma parte disso é gente em movimento, outro comércio físico, outra transmissão por meios de comunicação. Há fax, e-mails, redes de distribuidoras de filmes, fluxos e transações financeiras. Aproxime o olhar e encontrará navios, trens e, em algum lugar da Ásia, uma maria fumaça subindo com dificuldades as colinas. Aproxime ainda mais o olhar e verá caminhões, carros, ônibus, e um pouco mais próximo, em alguma parte da África, há uma mulher caminhando descalça que continua a gastar horas por dia para buscar água (MASSEY,2000, p. 179).

As *geometrias de poder* referem-se não diretamente à questão de quem se movimenta e de quem não o faz. O que está em exame é o poder que alguns grupos exercem em relação aos fluxos e ao movimento. Diferentes grupos sociais têm relacionamentos distintos com essa mobilidade diferenciada, de forma que "algumas pessoas se responsabilizam mais por ela do que outras" (2000, p.180). É o caso do papel dos investidores, das redes de comunicação e dos produtores de filmes, que são os grupos realmente responsáveis pela "compressão de tempo-espaço" e que podem, de fato, fazer uso dessa compreensão e transformá-la em vantagem, aumentando seus poderes e influência.

No entanto, há também quem realize o movimento físico, embora não sejam "responsáveis" pelo processo, como é o caso dos imigrantes em busca de melhores condições de vida em outras partes do mundo, que não seus respectivos Estados-Nação. Ou, na extremidade receptora da "compressão tempo-espaço", coloca a autora:

> Uma pensionista num sofá-cama, no centro de alguma cidade deste país, comendo peixe e batatas fritas, prato típico da classe operária inglesa, comprado em um restaurante chinês de entrega a domicílio, assistindo a um filme norte-americano numa televisão japonesa e não se arriscando a sair depois de anoitecer. E, de qualquer forma, o transporte público foi cortado (2000, p. 180).

Assim, compreendemos que os modos como as pessoas são colocadas dentro da "compreensão tempo-espaço" são altamente complicados e extremamente variados, e, tanto a mobilidade, quanto o controle sobre ela refletem e reforçam o poder de alguns. Massey é enfática ao afirmar que não se trata de uma simples questão de distribuição desigual de recursos, mas do controle que alguns grupos podem ativamente exercer e enfraquecer o de outros. "A compressão do tempo-espaço de alguns pode solapar o poder de outros" (2000, p. 181).

No entanto, essa forma de pensar e exercer a compressão de tempo-espaço nos faz retomar a questão do lugar e de um "sentido do lugar". De que forma, neste contexto de mudanças tempo-espaciais socialmente variadas, pensamos sobre "lugares"? Comunidades

“locais” nos parecem cada vez mais rompidas quando podemos visitar outros países e encontrar os mesmos restaurantes, quando podemos comer comida japonesa na esquina de nossas casas no Brasil e, no entanto, ressaltamos que todos nós podemos ter experiências muito diferentes disso tudo. Então, como pensar a localidade?

A atualidade é marcada pelo aprofundamento do sentimento de vulnerabilidade frente às incertezas que se colocam. Em meio ao fluxo da novidade, por vezes, nos vemos apegados a um *sentido forte de lugar*, onde a localidade passa a assumir um caráter de refúgio que parece nos fornecer estabilidade e fonte de identidade não problemática. Massey ressalta, com olhos progressistas, que tal forma de conceber o espacial e o local devem ser rejeitados, pois ao cabo representariam uma retirada da dinâmica da “vida real”. Na primeira leitura, o *lugar* é foco de uma forma de *escapismo romantizado* da atividade real do mundo e “[...] enquanto o tempo é visto como movimento e progresso, o espaço ou lugar é equiparado ao imobilismo e reação” (2000, p. 181). Assim, como a autora, nosso posicionamento não nega e tenta reconhecer que pessoas tecem ligações com seus *lugares*. Coloca-se então como pauta, pensar o que possa vir a constituir um sentido adequadamente progressista do lugar congruente aos tempos “globais”. De que modo podemos pensar um conceito de lugar que mantenha as noções de diferença geográfica, de singularidade, enraizamento e identidade?

Um dos pontos que uma perspectiva reacionária do lugar apresenta é a ideia de que os lugares têm *identidades singulares e essenciais*. Outro é de que essa *identidade do lugar* se constrói a partir de uma história voltada para dentro, ou seja, à procura de *origens* internalizadas.

Tal concepção traz embutida também a noção de *fronteira*, pois “há tempos que os geógrafos se exercitam com o problema de definir regiões, e essa questão de definição quase sempre foi reduzida à tarefa de traçar linhas em torno de um lugar” (MASSEY, 2000, p. 181).

O problema que se coloca a partir da noção de fronteira é que, justamente, a partir de seu traçado distingue-se um “interior” de um “exterior*”* e, facilmente, se estabelece uma maneira de construir uma contraposição entre “nós” e “eles”. Contudo, coloca a autora, se levarmos em conta qualquer “lugar real”, este será certamente um lugar não definido *a priori* por limites administrativos ou políticos.

O exemplo de Massey sobre Kilburn (a cidade onde mora) é ilustrativo e pode ser usado para pensarmos outros lugares com os quais nos encontramos: “Esta cidade certamente tem uma característica própria (...) mas não se trata de uma identidade coesa, coerente, de um sentido particular de lugar partilhado por todos os habitantes de Kilburn”(2000, p.182). O itinerário das pessoas pelo lugar, seus refúgios favoritos e as conexões que realizam entre este

lugar e o resto do mundo (fisicamente, por telefone, por e-mail, por compras, ou pela imaginação) variam muito. “Se se reconhece que as pessoas têm identidades múltiplas, pode-se dizer a mesma coisa dos lugares. Ademais, essas identidades múltiplas podem ser uma fonte de riqueza ou de conflito” (2000, p. 183).

Desta forma, um dos problemas que tem se identificado nas construções teóricas sobre o lugar é a identificação constante desses com a “comunidade”; essas comunidades podem existir sem estarem necessariamente localizadas em um mesmo lugar – por exemplo, redes de amigos cuja conexão se dá pelo compartilhamento de gostos, religiões, estilos de vida em que os participantes são de diferentes localidades. Outro ponto de destaque: mesmo onde existe uma conexão entre “a comunidade” e o “lugar”, não seria pertinente reivindicarmos um *sentido único* para estes, uma vez que pessoas ocupam diferentes posições no interior de qualquer comunidade, atribuindo assim sentidos diferentes aos lugares.

> As comunidades também têm estruturas internas. Para tomar o exemplo mais óbvio, estou certa de que o sentido do lugar de uma mulher, em um vilarejo de mineração- os espaços pelos quais ela normalmente se movimenta, os lugares de encontro, as conexões com o exterior- é diferente do de um homem. Seus sentidos do lugar serão diferentes (MASSEY, 2000, p. 183).

De volta ao exemplo do satélite, retornemos ao ponto que tudo vê, dirigindo nosso olhar para o planeta Terra, mas agora imaginando não somente o movimento físico ou toda a comunicação invisível, mas também e – especialmente – *todas as relações sociais*. Ressaltamos, a necessidade de as abordagens sobre o espaço e sobre os lugares preencherem suas visões com todas as “[...] experiências da compressão tempo-espaço”, pois o que está acontecendo “[...] é que a geografia das relações sociais está mudando” (2000, p. 184). Desta forma, se as identidades, tanto as especificamente espaciais quanto as outras, são, de fato, construídas relacionalmente, então, isto coloca a questão da geografia dessas *relações de construção*, pois a partir dessa perspectiva se tornaria possível uma construção alternativa dos *sentidos dos lugares.*

2.3.3 Proposições gerais sobre o lugar

A fim de sintetizar as principais contribuições teóricas sobre o conceito de lugar sob esta ótica, elencaremos em tópicos algumas proposições gerais:

a) O que dá ao lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais que se encontram e se entrelaçam num *lócus* particular.

b) Trata-se de um *lugar de encontro*. Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações de entendimentos sociais, onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente.
c) Tal reflexão nos leva a um sentido de lugar que é extrovertido, ou seja, que inclui suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e local. Na "geografia econômica", como vimos com Santos, não é possível entender o "centro da cidade" somente pela observação do centro. Qualquer explicação adequada tem de colocá-lo em seu contexto. Esse modo de pensar deveria se estender à noção de sentido de lugar.
d) Um conceito progressista de lugar é absolutamente não estático. Se os lugares podem ser conceituados em termos de interações sociais que agrupam, então, essas interações em si mesmas não são coisas inertes, congeladas no tempo: elas são processos.
e) Os lugares não devem ter fronteiras no sentido de divisões demarcatórias. Eventualmente lugares podem ser delimitados para estudos, mas tais fronteiras não são necessárias para conceituação de um lugar em si. Sua definição não deve ser feita por meio da simples contraposição ao exterior.
f) Os lugares não possuem identidades "únicas", eles são permeados por conflitos internos.
g) Nenhuma das proposições anteriores nega a importância da singularidade de um lugar. A especificidade de um lugar é continuamente produzida. Assim, a globalização (na economia, na cultura ou de outras ordens) não acarreta simplesmente a homogeneização. Ao contrário, a globalização das relações sociais é uma outra fonte de reprodução do desenvolvimento geográfico desigual e, assim, da singularidade do lugar.
h) Todas as relações sociais interagem com a "história" acumulada de um lugar, compondo um elemento a mais na especificidade dessa história.
i) O entendimento de um lugar só pode ser construído por meio da ligação desse lugar com outros lugares
j) Se nenhum lugar/espaço é uma autenticidade coerente e contínua, então uma questão que é levantada é a de sua negociação interna.

k) Precisamos de um *sentido global do local* e de uma *consciência global do lugar*.

Os capítulos seguintes trarão ao leitor análises que buscaram assimilar as diversas correntes teóricas sobre Espaço/Lugar apresentadas neste capítulo a problemáticas do campo da Alimentação e Nutrição, buscando corroborar o debate em torno das questões que envolvem o espaço, a cultura e a alimentação.

3 **“CULTURA ALIMENTAR LOCAL” E REFLEXÕES SOBRE O “LUGAR”: MÚLTIPLOS SENTIDOS EM TRANSFORMAÇÃO12**

3.1 **A problemática em pauta**

Até a década de 1970, acreditava-se que a produção insuficiente de alimentos era o determinante básico da fome no mundo. Com o advento da internacionalização das economias mundiais e do aumento da produção agrícola – a Revolução Verde –, o argumento da produção insuficiente de alimentos caiu por terra. Outras problemáticas foram colocadas nas pautas acadêmicas de pesquisa e nas políticas públicas em torno da alimentação, tais como: as questões ambientais; a segurança alimentar e nutricional; a qualidade dos alimentos, em termos de contaminações e de processos de industrialização; as identidades alimentares, uma vez que uma homogeneidade do consumo de alimentos pelo mundo estaria sendo anunciada como parte do processo de globalização econômica e das culturas.

Para Milton Santos (2000), a globalização é, de certa forma o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Neste contexto, alguns estudiosos entendem que a comida se tornou mercadoria de valor econômico em escala global, resultado do movimento do capitalismo de fusão entre empresas agroalimentares, expansão dos mercados em desenvolvimento, ampliação da capilaridade de distribuição dos produtos. Análises de cunho macroestrutural sugerem – ainda que reconhecendo as articulações entre os processos derivados da globalização com a cultura local, a religião, o gosto, o simbolismo e a identidade – que a comida tem sido produzida, primordialmente, como mercadoria sob as premissas de um sistema e de uma política agroalimentar de caráter global, dominada por corporações agroalimentares transnacionais, o que envolve uma forma legitimada de agrobiopoder e de ameaça à soberania alimentar[13] (AZEVEDO, 2012).

Para antropóloga Silvia Carrasco (2015), estaríamos diante de um processo de *aculturação alimentar*, ou seja, perdendo o conhecimento tradicional de manipulação dos

---

[12] Este trabalho tem por autores Carolina Daltoé da Cunha, Shirley Donizete Prado, Fabiana Bom Kraemer e Luciane da Costa Moás. Trata-se de um capítulo da coletânea internacional intitulada “Corpus plurais: gênero, reprodução e comensalidades e presidida pela Rede Ibero Americana de Pesquisa Qualitativa em Alimentação e Sociedade (REDE NAUS) ao lado do grupo de pesquisa CORPUS Estudos Socioculturais sobre Corpo, Gênero e Reprodução da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e do Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. A obra é organizada por Eliane Portes Vargas et al. e editada pela EDUFBA com seu lançamento oficial previsto para novembro de 2020.

[13] O conceito de soberania alimentar foi definido formalmente pela Via Campesina Internacional como o direito de cada nação a manter e desenvolver os seus alimentos, tendo em conta a diversidade cultural e produtiva.

alimentos em decorrência da monetarização de seu acesso, da introdução massiva de métodos e produtos novos para exportação, da importação em larga escala de produtos refinados, além da redução das áreas circundantes às moradias que antes eram primordialmente destinadas aos cultivos de autoconsumo. Claude Fischler (1995, 2010) defende que, em decorrência destes processos, as regras culinárias que estruturavam a "cultura alimentar tradicional" estariam passando por um processo de desinstitucionalização. A força reguladora que estruturava a gastronomia estaria sendo substituída pela "*gastro-anomia*", ou seja, um cenário alimentar onde códigos e normas que enquadram culturalmente o comer encontram-se fragilizadas, rachadas e desordenadas. O crescimento e proliferação de empresas transnacionais de *fastfood*, como McDonald's, KFC, Burguer King, Subway, Domino's são exemplos desta realidade em expansão[14].

No entanto, como nos indica Milton Santos, se também olharmos por outro ângulo, o processo de globalização possibilita reconhecer fatos indicativos da emergência de uma nova história que aprofunda ainda mais a mistura de povos, culturas e gostos em todos continentes aflorando junto a estes uma mistura de "filosofias".

> Trata-se de uma verdadeira sociodiversidade, historicamente muito mais significativa que a própria biodiversidade, ou seja, a emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos – antes exclusivos das culturas de massas" (SANTOS, 2000, p.21).

Neste sentido, Doreen Massey (2005) ressalta que a globalização é um projeto cuja naturalização conduz à descrição do mundo como ele é ou será inevitavelmente. Para a geógrafa, esse tipo de cosmologia homogeneizadora faz como que não reconheçamos as trajetórias, culturas e potencialidades dos diferentes lugares, obliterando as multiplicidades e heterogeneidades contemporâneas. Nessa linha, Dias (2014) considera que o sistema agroalimentar moderno[15] apresenta contradições e deposita no conceito de comida (alimento na cultura) uma centralidade para o entendimento das suas ambiguidades. Sob esta perspectiva, a

---

[14] As empresas transnacionais acabam por eliminar a concorrência com os pequenos e médios negócios, aumentando ainda mais a dependência dos consumidores (OSWALD, 2011). Nos mercados altamente concentrados, as grandes empresas determinam da forma mais conveniente a padronização no consumo de alimentos.

[15] Para Pellerano (2014), o sistema agroalimentar trata da combinação compreendida como mais adequada entre diferentes possibilidades de produção (caça, coleta, cultivo), distribuição (centralizada ou não), transação comercial (compra e venda, troca, oferenda), preparo (comer cru ou cozido, e de que forma transformar esse alimento), combinação de ingredientes (arroz com feijão, como na cozinha brasileira, ou com macarrão cabelo de anjo também de arroz, como na cozinha árabe) e consumo (sozinho, com companhia, à mesa de jantar, na lanchonete, caminhando pela rua).

comida torna-se um tema frutífero para explorar os múltiplos significados da globalização, uma vez que expõe a complexidade de um peculiar fenômeno que transcende o aspecto econômico.

Diante deste cenário ambíguo e na tentativa de limitar certos impactos deste processo sobre as práticas alimentares da sociedade, observa-se, no Brasil, um conjunto de esforços no âmbito das políticas públicas que se propõem a contribuir para o enfrentamento da pandemia de obesidade (espécie de política global) e vão no sentido da preservação de práticas alimentares e dos cuidados individuais com a saúde articulando as categoria "tradicional", "saudável" e "ambiente" através da normatização dos espaços e da "cultura local".

Tendo em vista o fenômeno da globalização e os movimentos no sentido da restauração das "culturas alimentares tradicionais" em políticas públicas de alimentação brasileira guiadas pelos campos políticos e científicos envolvidos, registramos a imprescindibilidade de se analisar relações entre a alimentação, a cultura e o espaço. Para tal, buscaremos integrar diferentes abordagens teóricas sobre "lugares" e "cultura", com destaque para aquelas oriundas do campo da Geografia Humana, tendo como objetivo problematizar o contexto sócio-espacial em que consumo de alimentos se insere na atualidade brasileira e a razoabilidade de algumas orientações presentes no que tange a preservação de culturas alimentares "tradicionais", "genuínas", "saudáveis" e "locais".

Desta forma, na primeira parte desta exposição contextualizamos o cenário brasileiro nestes espaços-tempos globais em sua interface com o campo da Alimentação e Nutrição assinalando para as principais problemáticas associadas, a fim de situar o debate da globalização da alimentação no Brasil e suas conexões com o processo de reconfiguração sócio-espacial pelo qual passamos. A segunda seção procura estabelecer uma aproximação teórica sobre as categorias de *Espaço* e *Lugar* apontando para os múltiplos interesses e sentidos alimentares que atravessam aquilo que as ciências nomeiam como "local" no contexto anteriormente enunciado. Também apontamos para as repercussões que algumas formas de imaginar o espaço promoveram sobre a ideia corrente sobre cultura local, tradicional ou genuína.

Destaca-se que, neste estudo, procuramos avançar através de uma concepção de *lugar* que ultrapassasse a materialidade em que o espaço vem sendo reduzido em algumas abordagens, sem, no entanto, desconsiderá-la de nossa análise. Para tal, abordamos a temática das formas espaciais simbólicas, tomando-as como suportes de mensagens e de símbolos que se relacionam com as múltiplas identidades de lugar e os múltiplos sentidos que a comida assume nestes. O que adiantamos, é que as geografias das relações sociais estão em mutação com o processo de internacionalização do mundo, tornando ainda mais complexas as relações sociais mediadas

pela comida no espaço, fazendo com que surjam novas questões em torno daquilo que poderíamos nomear como “lugares de alimentação” e “cultura local”.

3.2 Globalização e alimentação no Brasil: um panorama das dimensões socio-espaciais envolvidas no fenômeno alimentar contemporâneo

Para Milton Santos (1988), o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Com a internacionalização das economias mundiais, os segmentos mais competitivos da indústria de alimentos vêm apresentando novas configurações em função de movimentos de fusões e aquisições de multinacionais que, estrategicamente, procuram fortalecer-se através da formação de oligopólios. A americana Cargill por exemplo, é fornecedora, no Brasil, de imensa gama de produtos alimentícios. Desde 2006, a empresa atua em atividades que vão desde o esmagamento de oleaginosas para produção de farelos para alimentação animal, passando pelas indústrias de biocombustíveis, até a produção de maionese, atomatados, margarinas e outros produtos alimentares. A Cargill é detentora das marcas Soya, Delícia, Primor, Salada, Cardeal, Salsaretti, Suprema e Gradina.

Em situação similar, a empresa holandesa Bunge encerrou o ano de 2016 com vendas de 9,790 bilhões de dólares (EXAME, 2017). Sua área de atuação perpassa o setor de originação de grãos e processamento de soja e trigo, a fabricação de produtos alimentícios e até mesmo serviços portuários. Nesta conjuntura, destaca-se que o agronegócio é uma das esferas econômicas da produção de alimentos no Brasil que não apresenta indicativos de retrocesso e segue sobrelevando o Brasil no cenário internacional. Com injeção pesada de “tecnologia” em todas as etapas do processo produtivo, a produção de soja, carro-chefe da agricultura brasileira, ultrapassou a barreira de 114,843 milhões de toneladas[16] no ano de 2018, segundo dados disponibilizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2018/2019).

A vista de tal processo, ressalta-se que a reestruturação produtiva agropecuária pela qual passa o cenário brasileiro caracteriza-se pela produção de commodities, combustíveis renováveis, frutas tropicais e matérias-primas para vários ramos agroindustriais, com seu funcionamento regulado cada vez mais pela economia de mercado, em razão de demandas voltadas, primordialmente, à exportação e menos as demandas internas. Tal modelo de produção agrícola vem sendo fortemente articulado ao planejamento da agricultura nacional e

[16] https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos.

à subalternização da agricultura familiar, responsável pela maior parte da produção alimentar destinada a economia doméstica.

No entanto, não se pode ignorar que a agricultura familiar está presente em 84% dos estabelecimentos de comércio agropecuários e responde por aproximadamente 33% do valor total da produção do meio rural (IBGE, 2009). Importante aqui registrar a existência de critérios legais de enquadramento dos agricultores nos padrões da "agricultura familiar", estipulados segundo a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Por meio deste enquadramento, o agricultor passa obter com maior facilidade benefícios estatais, tal como o acesso a financiamentos. Neste sentido, destaca-se que o aumento da produtividade e integração ao mercado global são prometidos a essa categoria de trabalhadores por meio da compra de maquinário agrícola, de sementes geneticamente modificadas e pelo uso de insumos como fertilizantes e agrotóxicos fornecidos por empresas como a Monsanto (Estados Unidos), Syngenta (Suíça), Dupont (EUA), Basf (Alemanha), Bayer (Alemanha) e Dow (EUA). Para Santos (1988), quanto mais modernizada a vida agrícola, mais amplas são suas relações com o longínquo, uma vez que só a produção direta se dá localmente. A garantia de participar de uma lógica que é extra local insere essas atividades em nexos cada vez mais extra locais.

Dentro desta lógica, até mesmo os projetos de desenvolvimento agrícola nacionais e das próprias indústrias locais estão subordinados ao capital de natureza mundial (SANTOS, 1988). Assim, ao cabo, o enquadramento legal do campesinato aos padrões da "agricultura familiar" pode representar certa subordinação destes ao modelo de produção hegemônico e à matriz de produção tecnológica dominante. Em outras palavras, também os pequenos agricultores estão vinculados aos produtores de sementes, produtos químicos e equipamentos, além das redes de distribuição das grandes corporações. Para Santos (1994), com o processo de globalização estaríamos, cada dia mais, diante de um território nacional de economia internacional.

> Como a globalização, o que temos é um território nacional da economia internacional, isto é, o território continua existindo, as normas públicas que o regem são da alçada nacional, ainda que as forças mais ativas do seu dinamismo atual tenham origem externa. Em outras palavras, a contradição entre o externo e o interno aumentou. (SANTOS, 1994, p.76).

Cabe ressaltar que, dentre as múltiplas formas de apropriação e influência sobre o espaço exercidas pela indústria agroalimentar, a difusão de tecnologias agrícolas importadas merece destaque, pois vem contribuindo para que a concentração fundiária no País seja ampliada. Em "A natureza do espaço", de 1996, o estudioso nos lembra que vivemos em uma era da "inovação galopante", caracterizada pela rapidez com que, geograficamente, se difundem as tecnologias no mundo. Para o autor, o casamento entre a técnica e a ciência veio reforçar a

relação que então se esboçava entre ciência e produção. A versão atual deste casamento, a que ele chama de tecnociência, situa a base material e ideológica onde se fundam os discursos da globalização.

A tecnociência é responsável pelo aprofundamento do processo criativo de novos objetos, novas engrenagens, novos materiais e novas apropriações das virtualidades da "natureza", conformando o que Santos (1996) conceitua como sistemas técnicos. Esses sistemas atuam desalojando os sistemas precedentes autônomos ou mesmo incluindo-os em sua própria lógica segundo graus diferenciados de dependência; quando, então, instalam-se nos lugares, fazem-no como sistemas integrados a outros sistemas representativos do sistema econômico hegemônico mundial.

De acordo com o autor, os sistemas técnicos são, sobretudo, sistemas invasores; no entanto, seus limites de invasão são controlados pela divisão do trabalho e pelas condições de densidade dos lugares não se concretizando de maneira homogênea no espaço e nem garantindo integração uniforme a aqueles que os incorporam. Assim, apesar da aderência de muitos agricultores familiares aos sistemas técnicos dominantes extra locais, o próprio mercado global se mostra pouco receptível às lógicas de produção em pequena escala, fazendo com que muitos não tenham como arcar com os custos da produção tecnológica e vendam suas terras aos que possuem maior capital de investimento, aprofundando o processo de concentração fundiária no país. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2014) 51,18% das terras agrícolas no Brasil estão concentradas nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais.

Neste contexto, para vislumbrarmos as diferenças socio-espaciais derivadas dessa configuração territorial desigual, cabe elucidar que qualquer localização inserida nos limites políticos brasileiros necessariamente pertence a um município e este, por sua vez, deve dispor de uma sede administrativa. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística essa sede político-administrativa recebe o título de "cidade", independentemente do número de habitantes e de suas dinâmicas sociais. Ressalta-se que dos 5.570 municípios brasileiros, apenas 0,8% têm mais de 500 mil habitantes – uma vez que estes municípios também abrangem as áreas de concentração da produção agrícola brasileira, ou seja, grandes vazios demográficos. Por outro lado, em discrepância, observa-se que 21,8% da população do país (45,5 milhões) vive no estado de São Paulo. Somente a capital abriga cerca de 12,2 milhões de habitantes e sua região metropolitana em torno de 19 milhões, ocupando a 4ª posição no ranking das maiores aglomerações urbanas do mundo (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2018).

Assim, apesar de o País possuir muitas cidades e abrigar número significativo de municípios, estes não são homogêneos quantitativa ou qualitativamente. Parte massiva da população é atraída para o Sudeste, onde concentram-se as metrópoles brasileiras, fazendo com que as regiões administrativas como Centro-Oeste e Nordeste apresentem baixa densidade demográfica – 8,75 e 34,15 habitantes por quilômetro quadrado, respectivamente – em contraponto à Região Sudeste, que apresenta nada menos que a média de 86,92 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2010).

Desta forma, torna-se evidente a atuação do processo de internacionalização das economias mundiais, o papel da agroindústria de alimentos sobre a configuração territorial brasileira e sua respectiva influência sobre o crescimento das áreas metropolitanas do País. Nesta mesma direção, têm destaque a especulação fundiária, os conflitos em torno de terras e os fluxos de capitais que circulam em busca de oportunidade de negócios; conflitos que extrapolam a dimensão econômica da produção de alimentos com consequências políticas e ambientais, como por exemplo, a ocupação do solo da região amazônica, do Cerrado e do Pantanal. Outro fator não menos importante, é o interesse na mineração que também tensiona as questões políticas da agroindústria.

Em síntese, podemos afirmar que a concentração fundiária estrutural vem sendo intensificada sob o véu do ideário/discurso do progresso, materializado nos sistemas técnicos extra locais que se capilarizam entre grandes e pequenos produtores de alimentos do interior do país, desalojando boa parte da população campesina, que então vislumbra nas grandes cidades a possibilidade de sobrevivência. A Região Sudeste como um todo – São Paulo, em especial – aparece neste ensaio como ilustração deste movimento de deslocamento demográfico com a finalidade de demonstrar que tais processos não se apresentam desvinculados das lógicas de produção, distribuição e consumo de alimentos e nem mesmo das novas formas sociais de consumo de alimentos que afloram da necessidade de adaptação das pessoas a tais circunstâncias.

Tangenciando o crescimento generalizado da sociedade urbana, com destaque para as grandes metrópoles brasileiras, emerge a outra face do fenômeno alimentar contemporâneo e com ela a manifestação – ainda que controversa – da obesidade, tema relevante e caro para o campo da Nutrição e Alimentação, este que a toma, precipuamente, como uma categoria definida pela perspectiva biomédica. Em diversas abordagens, associa-se à obesidade uma complexa trama que envolve o consumo de alimentos considerados de baixa qualidade nutricional e seu alto valor energético agregado – sublinhe-se aqui, fornecidos pelos mesmos oligopólios e sistemas técnicos instalados nas áreas voltadas para a produção de alimentos.

Sob outra ótica ainda, Alencastro et al. (2017) consideram fundamental compreender o corpo gordo também a partir de aspectos culturais e simbólicos e, destacamos aqui, socio-espaciais que o envolvem.

> Trata-se, sobretudo de abordá-la [a obesidade] como um fenômeno correlacionado aos diversos valores implicados neste assunto complexo como, por exemplo, o conflito de interesses da indústria farmacêutica, da indústria de alimentos, a prescrição e indicação de tratamento, o desejo, a felicidade, a autonomia e o valor da vida (p. 163).

No que tange a sua dimensão sócio-espacial, assistimos o tecido urbano sendo submerso pela crescente oferta de alimentos considerados "nutricionalmente não saudáveis", cujos desenvolvimento, processamento e distribuição também se encontram coordenados pela tecnociência, informada pelos interesses das empresas transnacionais, conforme já destacado.

Para além das classificações que tomam o saudável ou não saudável, o adequado ou inadequado na alimentação, vislumbra-se aqui evidenciar processos relativos às transformações socio-espaciais na atualidade. Entre os diversos elementos sócio-espaciais que configuram a emergência de novas formas de comensalidade no conjunto dos diferentes lugares que constituem as regiões predominantemente metropolitanas, destacamos: a tendência de deslocamento das habitações de baixa renda para localizações periféricas, uma vez que as áreas centrais vem passando por intensos processos de revalorização[17], tornando cada vez mais longos os trajetos da população de classes sociais menos favorecidas da casa para o trabalho; a precarização dos transportes públicos e a ineficácia das vias de circulação que integram as zonas periféricas aos centros comerciais; a verticalização das moradias cada vez mais acentuada, com aumento da densidade populacional; e o incremento da frota de carros, motocicletas, caminhonetes, caminhões que inundam o mercado e as ruas tendo como desfecho engarrafamentos intermináveis e a deterioração das condições de vida dos trabalhadores urbanos. Ao cenário caótico das grandes cidades somam-se ainda a crise econômica e o desemprego que levam milhares de pessoas a trabalhar em condições precaríssimas, por exemplo, como vendedores ambulantes de alimentos e bebidas – geralmente, industrializados em porções individualizadas – nos inúmeros pontos de espera de ônibus ou mesmo caminhando entre os veículos na lentidão crônica do trânsito.

Como consequências relacionadas a este complexo processo de reconfiguração territorial contemporâneo, a literatura no campo alimentar-nutricional aponta para a redução do tempo destinado ao preparo e ao consumo de alimentos *in natura* e para a desestruturação das

[17] Por vezes, tal mecanismo se insere em uma lógica global de remodelação dos centros urbanos para que estes possuam a forma das "cidades globais" encarecendo o custo de vida nestas áreas.

refeições, que vem gradativamente sendo substituídas por lanches rápidos e alimentos pré-prontos, industrializados congelados, contribuindo para a diluição das formas de relacionamento entre as pessoas e as comidas que se davam tradicionalmente à mesa[18] (PROENÇA, 2010; ARNAIZ, 2005).

A redução do consumo de alimentos "tradicionais", "saudáveis" em "ambientes adequados" pode ser considerada, então, como fenômeno atravessado por vasto leque de condições que vão desde projetos macroeconômicos de organização territorial no plano internacional, passando por setores de planejamento urbano das cidades, até as transformações socioculturais associadas a tais processos, fazendo com que cada vez menos tenhamos possibilidades de agir de acordo com prescrições e normas ditadas pela racionalidade nutricional vigente. Para Viana et al. (2017), a racionalidade nutricional se refere às práticas alimentares atentas ao permanente cuidado em manter na alimentação o equilíbrio de nutrientes, ainda que em detrimento do prazer de comer ou das possibilidades materiais para que essas normas de cunho biomédico sejam cumpridas. Tais práticas alimentares sinalizam preocupações centradas no "consumo racional de alimentos" e com a "alimentação balanceada". Neste sentido observa-se que esta abordagem vem procurando estabelecer alianças teórico-metodológicas com concepções oriundas da geografia teórico-quantitativa[19], tomando o espaço geográfico como materialidade quantificável, cuja finalidade encontra-se sobretudo na construção de modelos sobre a realidade que não seriam apenas descritivos, mas prospectivos[20]. A convergência de tais abordagens, tem sobretudo a finalidade de subsidiar

---

[18] Os alimentos ultraprocessados, com alto teor energético e baixo valor nutricional são cada vez mais utilizados devido a praticidade de transporte, baixo preço e longa durabilidade. Um pacote de biscoito, por exemplo, pode ficar semanas exposto numa barraca de vendedor instalado em alguma calçada ou numa bolsa, mochila ou ainda na gaveta da mesa de trabalho, ao contrário de uma fruta ou de refeição preparada na hora, o que costuma ser mais caro e com prazo de validade mais curto. Uma lasanha congelada comprada no supermercado possibilita a preciosidade de algum descanso ao corpo/mente por não exigir o trabalho, a disposição emocional e o tempo de seu preparo, que vão desde a compra dos ingredientes até a limpeza final da cozinha. Evidentemente, não se reduz a isso o que move alguém a optar por ingerir produtos alimentícios pré-prontos ou prontos e industrializados em processos de produção altamente complexos, mas são alguns exemplos que ilustram a movimentação em tela.

[19] A Geografia Teórico-Quantitativa se consolidou no contexto socioeconômico que vivia o mundo no período pós-Segunda Guerra. Nesse sentido, como explicita Yves Lacoste (1995) muito mais que uma série de estatísticas ou um conjunto de escritos, a cartografia torna-se a forma de representação geográfica por excelência. Coloca o autor: "[..] é sobre a carta que devem ser colocadas todas as informações necessárias para a elaboração de táticas e de estratégias. Tal formalização do espaço, que é a carta, não é nem gratuita, nem desinteressada: meio de dominação indispensável" (p.10). Nesta vertente, a estatística é o principal caminho para se chegar à comprovação de hipóteses e esclarecimentos de fenômenos geográficos e sua finalidade a interferência do Estado sobre seus territórios.

[20] Os Cenários Prospectivos são configurações de imagens de futuro condicionadas e fundamentadas em jogos coerentes de hipóteses sobre os prováveis comportamentos das variáveis supostamente determinantes do objeto de planejamento. Assim, a pesquisa prospectiva sobre o espaço tem como objetivo, permitir ao analista prever decisões "adequadas" às suas aspirações (SANTOS, 1978).

importantes projetos de planejamento e de gestão sobre o urbano local enquadrando espaços múltiplos em critérios sanitários e de saúde, o que nada tem de neutro ou de estritamente técnico.

3.3 **Espaço e Lugares em transformação**

Compreendendo o espaço enquanto processo multidimensional e em crítica a uma forma estritamente técnica de definição destes, Milton Santos coloca que

> [...] um processo multidimensional não pode estar contido em um modelo linear porque não se trata aqui de procurar relações de causa e efeito, mas de estabelecer a rede de causalidades em diferentes níveis, o que seria melhor chamar de contexto (1978, p.67).

Por este ângulo o espaço é um conjunto de possibilidades que a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte tornou-as ainda mais interligadas e interdependentes através dos lugares. O *lugar* é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades da globalidade, ou seja, é parte do mundo e desempenha um papel em sua história: "[...] quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos" (SANTOS, 1988, p. 34), isto é, tornam-se únicos e conferem heterogeneidade ao espaço geográfico. Neste sentido, o autor ressalta que os fenômenos de evolução que constituem propriamente a vida dos lugares e das pessoas não podem ser apenas objetos de um tratamento matemático, pois existe um agir simbólico, que não é regulado por cálculos e compreende formas afetivas, emotivas, rituais.

A compreensão da dinâmica dos lugares impõe que se tenha em conta os processos planetários em curso, considerando que estes incidem desigualmente sobre os lugares de produção e sobre os lugares de vida. Exigem abordagens teóricas que integrem tanto análises de cunho macroestrutural, quanto a vida cotidiana das pessoas. O debate teórico sobre os *lugares* em sua interface com a alimentação contemporânea pode contribuir para compor saberes em face dessa complexa trama que envolve os sentidos e significados do comer em espaços-tempos globais.

Muitos autores afirmam que vivemos em uma época onde as coisas estão se "acelerando" e disseminando por toda superfície planetária.

> Mais pessoas viajam com mais frequência para lugares mais distantes. Suas roupas são provavelmente feitas numa variedade de países que vão da América Latina ao sudeste asiático. Seus jantares consistem em comida importada do mundo inteiro (MASSEY, 2000, p. 177).

No entanto, ao passo que hoje falamos de uma transgressão de fronteiras e dos espaços de fluxos, identifica-se simultaneamente o imaginário de um tempo em que esses limites se mostravam impermeáveis, onde "culturas genuínas" constituíam-se com solidez duradoura, permanecendo até os dias atuais. Sinalizando certo alinhamento a esta última perspectiva, há entendimentos de que campanhas publicitárias que acompanham a monetarização e a internacionalização da alimentação na modernidade corroboram para a desvalorização das "culturas alimentares genuínas". Considera-se um bom exemplo a marca Gallo, pertencente à Unilever e vendida em todo o planeta concorrendo com marcas locais. Agrega-se, aqui, a ideia de "cultura local", vinculada à valorização de práticas alimentares do passado que estariam em risco de desaparecimento em função da entrada dos alimentos produzidos para o global. A palavra "genuíno" deriva etimologicamente do latim *genuinus* que significa "natural, não adquirido". Para o dicionário Aurélio, genuíno diz respeito àquilo que é puro, sem mistura nem alteração ou que é autêntico. Já a palavra local deriva do Latim *locus,* que diz respeito ao lugar. Desta forma, tais passagens suscitam grande inquietação, afinal, o que é uma cultura alimentar genuína de um lugar?

A geógrafa Doreen Massey (2005) explica que tal forma de conceber as culturas e os lugares têm suas raízes num certo modo através do qual a história da Modernidade vem sendo contada e onde desenvolveu-se uma compreensão hegemônica da natureza do espaço e da relação entre o espaço e a sociedade. Por algum tempo, a noção idealizada de lugares habitados por comunidades coerentes e homogêneas, totalidades estáticas e autocontidas perpetuou-se nas Ciências Sociais como um todo. Para a autora, uma das consequências desta concepção da natureza do espaço na Modernidade traduz-se num suposto isomorfismo entre "espaço e lugar" e "sociedade e cultura". Nessa perspectiva, espaço e sociedade formavam um mapa recíproco em que comunidades locais traziam suas "culturas genuínas" contidas em seus respectivos lugares/locais, bem como, nações possuíam seus Estados-nação, ambas com delimitações espaciais e fronteiras internamente coerentes. Trata-se de uma forma de imaginar o espaço – uma imaginação geográfica – constituinte daquilo que se tornaria um projeto para "organizar" o espaço global. E, através dessa imaginação do espaço como regionalizado/dividido, o projeto particular e altamente político da forma Estado-nação pode ser legitimado e generalizado pelo mundo, como forma de progresso[21] incontornável das sociedades.

---

[21] As principais implicações dessa noção são as seguintes: 1ª o curso dos eventos (naturais e históricos) constitui uma série unilinear; 2ª cada termo desta série é necessário no sentido de não poder ser diferente do que é; 3ª cada termo da série realiza um incremento de valor sobre o precedente; 4ª qualquer regressão é aparente e constitui a condição de um P. maior (ABBAGNANO, 2007).

A autora ressalta que esta maneira implícita de compreensão do espaço tem repercutido sobre a forma da "saudade" de uma eventual "coerência do lugar", refletindo-se em nacionalismos que frequentemente buscam recuperar heranças essencializadas. Nessa leitura, os lugares/locais e as práticas alimentares tradicionais a eles associadas são foco de uma forma de escapismo romantizado da atividade real do mundo. "Enquanto o tempo é visto como movimento e progresso, o espaço ou lugar é equiparado ao imobilismo e reação" (MASSEY, 2000, p. 181), ou seja, os lugares/locais de alimentação representariam um receptáculo material onde seria factível perpetuar um conjunto de práticas alimentares do pretérito, tornando as "cultura alimentares genuínas e tradicionais" imortalizadas.

No entanto, como reforça a autora, o que dá ao lugar/local sua especificidade não é uma história longa e essencializada, mas o fato de que estes se constroem a partir de uma constelação particular de relações socioculturais, que se encontram e se entrelaçam num *lócus* particular. Assim, para pensarmos os lugares/locais na sua história e, principalmente, na atualidade, deveríamos partir da noção que estes são constructos extrovertidos, que existem necessariamente mediante suas ligações com o mundo mais amplo, integrando constitutivamente o global e local. Sob esta ótica, qualquer explicação adequada de um lugar deveria colocar o local em seu contexto mais amplo.

Recomendações para que a procedência dos alimentos adequados para o consumo seja oriunda de mercados locais em prol da saúde dos sujeitos e do ambiente minimizam tanto a complexa trama envolvida na produção, distribuição e consumo de alimentos no cenário global e os atuais desdobramentos desse processo nos grandes centros urbanos e nos campos industrializados do Brasil, quanto as transformações nas práticas alimentares incorporadas através de atualizações adaptativas[22] diante da emergência desses novos contextos[23]. Tal formulação opera no sentido de ofuscar a dinamicidade própria da vida humana, daquilo que compreendemos como cultura e dos novos, antigos – ou que for da Humanidade – lugares de alimentação.

---

[22] Para Carvalho MCVS (2011), diferentes estilos alimentares sofrem as mesmas pressões condicionantes da globalização, nas condições de vida e de trabalho, nos modos de ser, de sentir e de pensar, de imaginar dos sujeitos, atualizando suas práticas de modo adaptativo. A autora defende com exemplos que tanto as práticas como os termos "fastfood" e "natural" sofrem ressignificações, adaptando-se a contextos sociais como estratégia de convivência e de sobrevivência social.

[23] O cafezinho e o pão de queijo "mineiro" vendidos nos engarrafamentos das Linhas Vermelha e Amarela do Rio de Janeiro são bons exemplos dessa apropriação de marca simbólica de um alimento "genuinamente local e imaginariamente fixado na cultura tradicional", cujo simulacro é comercializado em contexto totalmente fora do habitual.

Para a incorporação de uma visão dinâmica e articulada dos lugares de vida das pessoas, Massey (2000) propõe que nos distanciemos de concepções que os compreendam como "materialidade estática delimitada". Os lugares não devem ter fronteiras no sentido de divisões demarcatórias. Eventualmente, lugares podem ser delimitados para estudos, mas não para conceituação de um lugar em si. Sua definição não deve ser feita por meio da simples contraposição ao exterior, seja uma rua, uma região ou um continente. Para autora, apenas poderemos vislumbrar a compreensão das múltiplas dinâmicas socioculturais imbricadas em um lugar se os pensarmos como momentos articulados em uma rede de relações de entendimentos sociais extra locais.

Ao não imaginarmos os lugares em seu contexto mais amplo, a ideia de comunidades "locais" nos parece a cada dia mais frágil e insustentável, uma vez que podemos visitar outros países e encontrar os mesmos restaurantes e produtos alimentares que frequentemente temos disponíveis em nosso bairro ou quando podemos comer comida japonesa ou mexicana em qualquer *shopping center* no Brasil. É também curioso percebemos que, ainda que seja possível comer sushi em um *shopping* brasileiro ou japonês, cada um de nós poderá ter experiências muito diferentes, únicas, singulares nesses lugares aparentemente iguais. Do mesmo modo, nas gôndolas dos supermercados podemos encontrar massas italianas, azeites portugueses, queijos franceses ou vinhos de diversas nacionalidades com um preço menor que o de um concorrente local. Assim também, muitos produtos locais fazem parte da cadeia produtiva de grandes atores globais ou agem segundo a mesma ótica e utilizam as mesmas estratégias. Há, ainda, alimentos industrializados localmente produzidos que correspondem a versões de segunda linha ou simulacros de produtos originários das grandes empresas internacionais, carreando ambos os mesmos problemas relacionados a excessos de sal, açúcar e/ou gorduras em sua composição. Consumir quaisquer desses alimentos – sushi no restaurante a quilo, azeite "tipo" português, biscoito "isopor", refrigerante imitação etc. – pode significar a incorporação de signos absolutamente particulares, de distinções únicas e em expressões das mais diversas intensidades em relação a pratos considerados "genuinamente tradicionais" e próprios da "cultura alimentar local". Assim, ressaltamos que é necessário conceber os lugares de alimentação não como estáticos e/ou como simples construções materiais, mas como sempre dinâmicos *lugares-encontro*, entre pessoas e comidas, em permanente transformação, abertos a constantes ressignificações e a múltiplos sentidos.

Diante da complexidade do assunto, evidentemente, a materialidade também desempenha o papel de suporte de mensagens e de símbolos. Desta forma, recorremos ao tema das formas espaciais simbólicas sistematizado pelo geógrafo brasileiro Roberto Lobato Corrêa.

Para nós, estudar os símbolos em sua dimensão espacial, constitui um exercício cuja finalidade é dar visibilidade a um importante aspecto da ação humana, marcada não somente por uma perspectiva econômica ou racional, mas também pelo ato de simbolizar no e a partir do espaço. Para Santos (1985), a *forma* é o aspecto visível de um objeto no espaço, referindo-se ao arranjo ordenado de objetos. Nesse seguimento, Corrêa (2007) argumenta que estas formas espaciais seriam também simbólicas uma vez que carregam representações da realidade, resultantes de complexos processos pelos quais os significados são produzidos e comunicados entre pessoas de um mesmo grupo social.

Partindo da corrente construtivista de interpretação dos signos, Roberto Lobato Corrêa considera que os significados são construídos a partir das experiências daqueles que interpretam as formas simbólicas. Assim, as formas espaciais simbólicas estão sujeitas a interpretações distintas, caracterizando-se por uma instabilidade de significados, ou seja, por uma polivocalidade. Resgatando os escritos de Panofsky (2004) – que debruça-se sobre o estudo da Iconografia – o autor destaca que os significados das obras de arte são construídos em três níveis: um primeiro que opera na identificação das formas puras, reconhecidas como portadoras de um significado primário; um segundo nível onde produzem-se significados secundários e/ou convencionais, onde podem estabelecer-se imagens, histórias e alegorias; e um terceiro nível, onde finalmente produzem-se um significado profundo, intrínseco, no qual se revelam por exemplo a atitude básica de um período histórico, de uma classe social, ou mesmo de uma filosofia. O último nível corresponde assim a Iconologia, ou seja, um método interpretativo, aberto e construtivista.

As relações entre formas simbólicas e espaço são complexas e caracterizam-se por uma "mão dupla" pois, ao passo que se realizam enquanto tais em razão de sua localização, as próprias localizações são marcadas pela presença das formas simbólicas. Correa nos chama a atenção para o fato que as políticas locacionais das formas simbólicas derivam do desejo de que elas cumpram eficientemente o papel que delas esperam aqueles que as conceberam. Tal política envolve as "dimensões absoluta e relativa do espaço" que abrangem a localização absoluta, a localização relativa e a localização relacional das formas simbólicas (CORRÊA, 2007, p.13).

A *localização absoluta* de uma forma espacial simbólica designa o sítio onde ocorre um dado evento considerado significativo ou que se deseja transformar em local de celebração ou contestação por apresentar um potencial positivo para este fim. No que tange a alimentação podemos destacar como exemplo de localização absoluta de uma forma espacial simbólica, um

restaurante à beira mar cujo prestígio esteja associado à sua localização, como o Muro do Bar da Urca[24].

A *localização relativa* de uma forma espacial simbólica diz respeito à visibilidade, mas, sobretudo, à acessibilidade face a toda cidade ou espaço regional ou nacional. Esta acessibilidade é um dos meios mais importantes para que as formas espaciais simbólicas possam transmitir as mensagens que delas se espera. Um ponto de venda de alimentos, estrategicamente posicionado em um local que o forneça ampla visibilidade e acesso a um público variado. Como exemplo podemos registrar o caso de uma marca de biscoitos que monta um estande em um evento internacional como o Rock in Rio, que recebe visitantes de todas as partes do mundo. O estande constitui-se como uma forma espacial simbólica que usufrui de uma localização relativa, isto é, relacionada ao evento e à rede de fluxos internacionais que imbrica.

Finalmente, as formas espaciais simbólicas apresentam uma *localização relacional*, isto é, quando localizadas em relação a outras formas simbólicas que denotam interesses divergentes, um conjunto de valores que é referenciado a um dado espaço, ao qual se opõe outro espaço. Uma barraquinha de pipoca localizada em frente a um antigo cinema de rua beneficia-se de sua posição relacional pois a pipoca vendida no grande estabelecimento não assume o mesmo valor simbólico que a pipoca vendida pelo pipoqueiro em sua "tradicional" carrocinha. O Mate Leão, é outro exemplo de produto tipicamente carioca, que pertence à Coca Cola. O valor simbólico da "marca carioca" se torna apenas um valor agregado à marca global. É bastante importante e também interessante notar como o valor simbólico do alimento se entrelaça ao valor simbólico das formas espaciais.

É pertinente ressaltarmos também uma eventual *política de escala,* na qual as dimensões das formas espaciais simbólicas são concebidas. Esta também possui dimensões absolutas ou relacionais. A *dimensão absoluta da escala* diz respeito ao elemento físico da forma simbólica espacial, ou seja, expressa uma área, volume ou altura às quais se associam a magnitude e o prestígio. Um grande letreiro de uma famosa rede de *fast food* em uma via de circulação movimentada da cidade, pode indicar que aquela localização abriga uma comida mais saborosa; placas frontais em restaurantes, barraquinhas, quiosques populares tendem ultimamente a assumir tamanhos bastante grandes, estabelecendo em algumas circunstâncias verdadeiras

[24] O Bar Urca é um restaurante especializado nas cozinhas brasileira e portuguesa. Os frequentadores o transformaram em espécie de *point* carioca democrático, muito disputado no verão por locais e turistas, pois serve também cerveja e petiscos de forma bastante descontraída: na mureta da Urca – um muro baixo ao lado de uma calçada com vista para a Baía de Guanabara e seus atrativos, como a praia da Urca, o Corcovado, os bondinhos do Pão de Açúcar.

disputas entre si, cada um, lado a lado, afixando painéis cada vez maiores uns em relação aos outros, independentemente do tamanho do ponto comercial; isso como quem tenta garantir mais visibilidade e distinção ao seu negócio em função do tamanho da peça publicitária instalada.

Já a *dimensão relacional da escala*, diz respeito a comparação com outras formas simbólicas espaciais caracterizadas pelas dimensões físicas imponentes. Hipoteticamente, podemos imaginar dois restaurantes concorrentes que disputam território[25] e sua sobrevivência utilizando como recurso reconfigurações sistemáticas de suas formas espaciais através de reformas. O restaurante mais amplo, com melhor comodidade, conforto para seus clientes busca manter-se na localização transmitindo aos seus frequentadores a ideia, o significado de que estes consomem uma comida refinada. Cabe ressaltar que as duas *dimensões de escala*, absoluta e relacional, associam-se à ideia de poder e a superioridade.

Assim as formas simbólicas espaciais são concebidas segundo seus idealizadores para realizar diversas funções. Dentre estas, podemos destacar a glorificação do passado, como no caso de restaurantes que sistematicamente adotam *layouts* que reconstroem lugares do passado como "a cozinha da avó" ou "os anos 80"; ou, ao contrário, sugerir a chegada do futuro. Por esta via, diferentemente da primeira, a finalidade do arranjo espacial e a exposição de certos objetos é sugerir aos frequentadores a chegada inevitável do novo[26]. Nesta intenção, conformam-se espaços que aderem a todos tipos de tecnologia, como no caso de supermercados que dispensam a mão-de-obra humana passando a fazer uso de caixas automáticos ou quando por exemplo garçons de restaurante utilizam computadores de mão para efetuar pedidos em mesas. Nestes espaços deslocamo-nos para um futuro não realístico, contido apenas nos "limites" do estabelecimento.

As formas espaciais simbólicas constituem importantes elementos no processo de criação e manutenção da identidade, seja étnica, racial, social, religiosa e, ressaltamos, a identidade de lugar. Diante de intensos movimentos de ambientalização de movimentos sociais[27] e a aparição de estilos de vida associados voltados para adoção de valores como o de

---

[25] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

[26] Neste caso, o fenômeno das antigas barbearias transformadas em "BarberShops" que vendem cervejas, roupas, serviços, tratamentos estéticos e produtos cosméticos com estilo vintage é um bom exemplo.

[27] Henri Acselrad explora a temática em questão em seu artigo "Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental". Para o autor, é por meio do processo que ele conceitua como ambientalização que novos fenômenos vão sendo construídos e expostos à esfera pública, assim como velhos fenômenos são renomeados como "ambientais", onde um esforço de unificação engloba-os sob a chancela da "proteção ao meio ambiente". O autor destaca que disputas de legitimidade se instauram, concomitantemente, na busca de caracterizar as diferentes práticas como ambientalmente benignas ou danosas.

proteção animal e ambiental assistimos sistematicamente a incorporação desses valores no arranjo espacial a partir de geossímbolos associados onde, por exemplo, empresas do ramo alimentício conformam seus espaços de venda de produtos imprimindo sobre estes símbolos como as cores verde e marrom, ou mesmo a utilização de adornos com formatos de animais e plantas, ajudando a conformar a identidade espaciais e alimentares das pessoas que frequentam esses locais.

Em diálogo com Edward Relph e Joel Bonnemaison, o geógrafo Roberto Lobato Correa (2010) caracteriza as formas simbólicas espaciais enquanto geossímbolos, ou seja, marcas identitárias que individualizam certa porção do espaço. Neste sentido a Toponímia – a nomeação de bairros, ruas, cidades, restaurantes, shoppings, lojas, – também se caracteriza como um geossímbolo, uma forma simbólica de identificar um logradouro público atribuindo-lhe um significado que pode tanto valorizar ou estigmatizar o lugar referenciado. As marcas LAPA ou Favela, por exemplo, tanto podem ser estigmatizadoras, como propulsoras de vendas de produtos na indústria do vestuário ou do entretenimento. Para Corrêa, nomear uma localidade constitui uma forma de apropriação do espaço, impregnando-o de significado associado ao nome. A toponímia pode ser vista como a resultante da combinação entre linguagem, política territorial e identidade.

No entanto, como ressaltado anteriormente, reconhecemos a existência de uma polivocalidade das formas simbólicas espaciais, ou seja, em contrapartida à interpretação oficial articuladas pelas elites produtoras de tais formas, existem interpretações populares mais compartilhadas ou mesmo individuais que podem se caracterizar pela contestação dos valores pretendidos por seus idealizadores. Assim, reconhecemos que pessoas tecem ligações com seus lugares. Porém, mesmo onde existe uma conexão entre "a comunidade" e o "lugar" não seria pertinente reivindicar um sentido único para estas designações, uma vez que pessoas ocupam diferentes posições no interior de qualquer comunidade, atribuindo assim sentidos diferentes aos lugares. As camisetas vendidas pela internet (em todo o país e no mundo todo) com citações às praias do Rio como Ipanema, Leblon, Grumari, Prainha ou Copacabana demonstram essa apropriação do lugar simbólico. Roupas e assessórios, de um lado, para corpos das classes altas, disponíveis para aquisição nas lojas situadas em shoppings, os mais sofisticados. De outro lado, vestuário para corpos "ostentação", peças comercializadas inclusive entre os setores mais empobrecidos das megalópoles brasileiras. Assim, também, os sentidos das festas marcadas por comidas e bebidas requintadas podem ter realização nos bairros nobres ou ao lado da fome, conferindo distinção no seio das comunidades periféricas, na multiplicidade de identidades que as habita, na heterogeneidade material e representacional que as sustenta, na extremada

violência física e simbólica que atravessa, vincula e separa a miséria e a riqueza humanas; estas que são intimamente entrelaçadas em cada lugar no negócio internacional da comida, da terra, dos produtos químicos, dos medicamentos, das armas, das drogas, das commodities, do mercado financeiro.

O itinerário das pessoas pelo lugar, seus refúgios favoritos e as conexões que realizam entre este o resto do mundo (fisicamente, por telefone, por e-mail, por compras ou pela imaginação) variam muito. “Se se reconhece que as pessoas têm identidades múltiplas, pode-se dizer a mesma coisa dos lugares. Ademais, essas identidades múltiplas[28] podem ser uma fonte de riqueza ou de conflito” (2000, p. 183). Desta forma, se as identidades, tanto as especificamente espaciais, quanto as outras são, de fato, construídas relacionalmente, então, isto coloca a questão da geografia dessas relações de construção e é a partir dessa perspectiva que se torna possível uma construção alternativa dos sentidos dos lugares. Assim, ressaltamos, com Massey a necessidade das abordagens sobre o espaço e sobre os lugares preencherem suas visões com todas as “[...] experiências da compressão tempo-espaço”, pois o que está acontecendo “[...] é que a geografia das relações sociais está mudando” (2000, p. 184).

[28] No que tange a alimentação e a pluralização da vida social contemporânea, com ampliação das identidades alimentares possíveis assumidas pelos indivíduos, consultar BARCELLOS, Daniela Menezes Neiva; COSTA, M. F.; CARVALHO, M. C. V. S.; FREITAS, R. F. Identidade Alimentar: o discurso do saboroso e do saudável em anúncios publicitários. In: Shirley Donizete Prado; Fabiana Bom Kraemer; Cristiane Marques Seixas; Ricardo Ferreira Freitas. (Org.). Série Sabor Metrópole Alimentação e Consumo de Tecnologias. 1ed.Curitiba: CRV, 2015, v. 4, p. 177-201.

4 DO *MEIO* AOS *LUGARES – ENCONTRO* DE ALIMENTAÇÃO

Desde a publicação de Geografia da Fome, pelo geógrafo e médico Josué de Castro, no século passado, os campos da Saúde e da Geografia vêm tecendo diálogos profícuos no que tange à temática da alimentação Humana e sua relação com as dimensões sócio-espaciais. Já na década de 1940, Josué ultrapassava barreiras ao defender a tese de que a *fome* que assolava o Brasil ultrapassava o reducionismo de teorias que depositavam suas explicações em condicionantes edafoclimáticos externos ao homem e, portanto, desvinculadas dos cenários sociais e históricos de uma determinada região.

Para Josué de Castro, *as fomes*[29] atingiam tanto o árido Sertão nordestino, quanto a úmida Zona da Mata, não podendo desta maneira o fenômeno ser reduzido ao determinismo geográfico ratzeliano[30]. Seguindo a vertente possibilista, afirma que a alimentação humana e o *meio* – apropriando-se do conceito de Paul Vidal de La Blache (1946) – passam a ser tratados em unidade com os condicionantes sócio-históricos. No entanto, ressaltamos que o método de investigação e o objetivo básico da Geografia da Fome consistiu em, nas palavras de Castro, "[...] orientado pelos princípios fundamentais da ciência geográfica, localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que ocorrem à superfície da terra" (2010, p. 16).

As ciências modernas hegemônicas – fonte para a qual Josué de Castro já demonstrava fortes inclinações – tomam ainda hoje como critérios principais a objetividade, a mensurabilidade, a possibilidade de quantificação e a generalização de processos, relegando a planos inferiores e desqualificados a subjetividade e os afetos e, principalmente, excluindo todos os processos em que não se presume a razão e o método científico como norma fundamental para a obtenção do conhecimento, pautando-se, na ideia da ciência como produtora de verdades absolutas (LUZ, 1997).

Como nos lembra Milton Santos (1978), cada vez que as condições de realização da vida se modificam, todas as disciplinas científicas ficam obrigadas a reclinar-se e realinhar-se

---

[29] Josué de Castro cunhou os termos fome endêmica e fome epidêmica. As duas são lidas como expressão biológica de fenômenos sociais, no entanto ainda restritas ao estado nutricional dos sujeitos. A fome epidêmica é conjuntural, atinge uma grande massa temporariamente, é a que levaria a inanição. A fome endêmica ou fome oculta, seria parcial, específica, constituída pela ausência permanente de certos elementos nutritivos no regime alimentar.

[30] O determinismo geográfico ratzeliano colocava o homem numa condição de submissão aos aspectos do meio, ou seja, das condições naturais de uma determinada localização em que um grupo ou pessoa estariam inseridos, definindo suas características físicas e psicológicas. Através dessa teoria, seria possível determinar, analisar e explicar a história de todos os povos em função das suas relações e interações com o *meio-natural*.

para poder exprimir, em termos de presente e não mais de passado, aquela parcela de realidade total que lhes cabe explicar. Com a Geografia e a Saúde não foi diferente. Estas ramificaram-se em inúmeras perspectivas teóricas que ao longo do tempo modificaram o conteúdo de seus conceitos, ou seja, o núcleo de significado que constitui a unidade explicativa fundamental das palavras técnicas utilizada. Neste sentido, Souza (2018) argumenta que seria necessário, por meio de novas e profundas (re)interpretações, renovar os esforços de elucidação dos conceitos, para que evitemos a proliferação de palavras cada vez mais emaranhada ou, tomando emprestada a expressão de Thomas Kuhn, para escaparmos ao "diálogo de surdos" que parece ter se estabelecido no interior e exterior dos campos científicos em questão.

Na Geografia, podemos brevemente sintetizar estes olhares em duas tendências principais: uma batizada como Geografia Física que, hoje, apresenta-se preponderantemente, quantitativa, pragmática e orientada por pressupostos teóricos das Ciências Naturais. Caracteriza-se pela cientificidade[31] a ser alcançada através de métodos matemáticos e estatísticos combinados ao moderno Sistema de Informação Geográfica (SIG) que, de uma maneira geral, tem como como objetivo a "espacialização", sobretudo, de fenômenos ditos "*socioespaciais*" para fins de planejamento e gestão territorial; e outra que, ao colocar seu foco no produto das dinâmicas *sócio-espaciais* não dispensa o pensamento crítico aos entraves derivados do sistema capitalista, tampouco a compreensão da cultura material e imaterial, buscando, predominantemente, através do enfoque qualitativo, analisar o espaço como *meio*, produto e reflexo da sociedade. É conhecida como Geografia Humana. No entanto, é uma questão de bom senso, mais até do que um dever, reconhecer que vários profissionais – com formações as mais diversas, além dos geógrafos – têm colaborado decisivamente para a pesquisa sócio-espacial há gerações.

Nesse sentido, voltamos o nosso olhar para a Saúde Coletiva no Brasil. Esta que traz marcas da busca pela superação das bases fundantes da Biomedicina, particularmente, em sua expressão como Medicina Preventiva. Caracterizando-se tanto como movimento social, quanto como campo científico, constitui-se em afastamento da perspectiva de especialidade médica,

---

[31] As Ciências Sociais hoje, como no passado, continuam na pauta de plausibilidade enquanto conhecimento científico. Seu dilema seria seguir os caminhos das ciências estabelecidas e empobrecer seu próprio objeto ou encontrar seu núcleo mais profundo, abandonando a ideia de cientificidade? Cecília Minayo (2001) bem coloca que a situação além de não ser fácil, não é clara: "Primeiro, porque, se as ciências da natureza são as pioneiras e as estrelas da ideia de cientificidade, não está absolutamente atestado que elas já atingiram sua expressão adequada. A física quântica com suas descobertas e a teoria da relatividade, dentre outros temas científicos, estão revolucionando em seu próprio campo as ideias de espaço, tempo, de relações sujeito-objeto. A cientificidade, portanto, deve ser pensada como "ideia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos" (p.12)

investindo em articulações com as Ciências Humanas e Sociais, passando a abranger e integrar em seu escopo epidemiologistas, planejadores, gestores, profissionais de várias profissões de saúde, com destaque para pesquisadores de várias tradições disciplinares nas Humanidades – que também vêm investindo esforços na compreensão da dimensão sócio-espacial dos processos de saúde de doença.

No entanto, a Alimentação e Nutrição ainda é muito fortemente marcada pela presença da Biomedicina, em que a *racionalidade nutricional* se expande para o plano da produção de conhecimentos (VIANA et. al, 2017). No entanto, em meio à dominância de abordagens de cunho quantitativo, que argumentam em favor de controles metodológicos biomédicos e horizontes normativo-instrumentais para o controle de doenças, abrem-se novas frentes de interlocução com as Ciências Humanas e Sociais através de olhares que voltam seu foco para a compreensão das dinâmicas sócio-espaciais, para os símbolos, códigos, distinções e valores que marcam o universo tanto das necessidades, quanto das vontades e dos desejos, dos sentidos e significados que atravessam a humanidade.

Consoante Bosi e Prado (2011), aos poucos vão se afirmando construções fundadas na incorporação da dimensão psicoafetiva e de mediações simbólicas, ou seja, da produção subjetiva, com o reconhecimento da natureza multidimensional e holística da relação homem-comida. Assim, a comida como mediadora de relações sociais, a alimentação, o comer, a comensalidade, o corpo, as práticas alimentares e corporais passam a ocupar o cenário em movimento que traz consigo, simultaneamente, tensões internas ao campo e novos/inovadores horizontes ao pensamento, à formação de profissionais e pesquisadores e à produção de conhecimentos e saberes, para além de operações prescritivas/normativas dirigidas ao corpo biológico em suas demandas por nutrientes carreados pelos alimentos (ou por seus simulacros como presenças tecnológicas produzidas tal qual se dá com medicamentos, suplementos, pós, pílulas, cápsulas etc.). Neste sentido, a complexa relação espaço-alimentação não foge a tais disparidades de abordagens epistêmicas, fazendo com que possamos observar distintos olhares sobre o assunto no interior do próprio campo científico da Alimentação e Nutrição. Ao mesmo tempo, o debate de Josué de Castro mostra-se reavivado, sendo seu nome citado como símbolo e inspiração quando o que se coloca à mesa são o espaço e o alimento.

Assim, diante da coexistência de múltiplos olhares e enfoques, tanto nos núcleos de estudos geográficos, quanto no âmbito da Saúde e da Alimentação e Nutrição, as referências à interdisciplinaridade tornam-se cada vez mais frequentes e, nessa perspectiva, como coloca Camargo Junior (2003), o conhecimento que promove esses atravessamentos nos campos científicos devem ser tratados como oportunidades de fazer, para além das barreiras de cada

domínio. Desta maneira, as divergências e convergências advindas da pluralidade epistêmica e a polifonia conceitual associada caracteriza o motor da presente reflexão.

O objetivo geral deste capítulo corresponde à contextualização do campo da Alimentação e Nutrição em seus diálogos com os campos da Saúde e da Geografia, apontando confluências e dissidências teóricas entre estes, colocando nossos esforços na elucidação e (re)interpretação de alguns conceitos que atravessam a pesquisa sócio-espacial em alimentação. Propomos a partir das contribuições teóricas de Milton Santos, Doreen Massey e Tim Ingold o conceito de *espaço* para pensarmos os *lugares-encontro* de alimentação na atualidade, desafiando as velhas dicotomias saúde-doença e homem-natureza que ainda hoje colocam-se como entraves ao entendimento da alimentação como fenômeno complexo e interdisciplinar.

Como sugere o título da subseção seguinte: "Alimentação e Nutrição: o começo e *o meio*", a partir de Josué de Castro, buscou-se contextualizar a formação da então chamada Nutrição e a instrumentalização da noção de *meio.* Retomamos alguns preceitos filosóficos que antecederam Castro, mas que embasaram as pesquisas nos campos da Saúde e da Geografia e, por conseguinte, o direcionamento teórico-metodológico destes marcantes estudos sócio-espaciais em alimentação no país.

Na segunda subseção intitulada "O *meio* e o campo da Alimentação e Nutrição: "território" para "ambientes" alimentares "saudáveis"", veremos que as bases que guiaram Josué de Castro e a constituição do campo da Alimentação e Nutrição encontram-se ainda fortemente enraizadas em algumas de suas vertentes, que desenham uma significativa parte dos estudos que se debruçam sobre a relação espaço-sociedade-alimentação a partir da operacionalização de conceitos transpostos de outras áreas do saber, com destaque para os conceitos de ambiente, território, e saúde.

Na terceira subseção – "O espaço das racionalidades técnicas em Alimentação, Nutrição e Saúde" – ressaltaremos que apesar de tendências hegemônicas, uma parcela recente do campo da Alimentação e Nutrição vem mostrando novas confluências teóricas com aqueles núcleos de saberes advindos, principalmente, da Geografia Humana e da Saúde Coletiva. Inseridos nesta interface, apresentaremos a rede conceitual de Milton Santos procurando problematizar os efeitos da difusão de racionalidades técnico-instrumentais sobre o espaço e sobre a vida. Ao fim, lançaremos novos olhares sobre o espaço, propondo ao campo, a partir das reflexões de Doreen Massey e Tim Ingold, a noção de *lugares-encontro de alimentação*.

4.1 **Alimentação e Nutrição: o começo e o "meio"**

Embora explicitando sua maior identificação com os métodos geográficos e instrumentalizando-os através da delimitação cartográfica de cinco grandes regiões alimentares, não podemos deixar de notar a devoção de Josué de Castro às análises do perfil epidemiológico nutricional da população, norteado pelas carências nutricionais (desnutrição, hipovitaminoses, bócio endêmico, anemia ferropriva). Este clássico da literatura brasileira que versa sobre a relação espaço-sociedade-alimentação já nos oferece pistas sobre o que viria constituir o paradigma hegemônico do embrionário campo da Alimentação e Nutrição no Brasil. No entanto, para que entendamos o autor, sua obra e a influência que exerceu na constituição do campo em questão, não bastaria que partíssemos somente destes. Nesse sentido, recorremos aos pressupostos filosóficos que embasavam os campos do conhecimento que atravessaram Josué de Castro, bem como os conceitos, a partir dos quais operacionalizou sua pesquisa, com especial destaque para o conceito de "meio".

Gerd Bornheim (1985) nos conta que no período que precedeu a Grécia clássica, comumente conhecido como período pré-socrático (sec. VII a V a.C.), a ideia de *Physis* era amplamente difundida e a oposição homem-natureza ainda não havia se estabelecido. A noção de *Physis* àquela época abrangia em si tudo o que existia: homens, plantas, rochas, cidades e deuses, sendo considerada a origem de todos os seres e coisas do mundo e estando em permanente transformação. Destaca-se que sob a ótica pré-socrática, o modo de pensar o todo real a partir da *Physis* não implicaria "naturalizar" todos os entes ou restringir-se a este ou aquele ente natural. Pensar o todo real a partir da *Physis* seria pensar a partir daquilo que determina a realidade e a totalidade desta.

O conceito de *Physis* progressivamente desintegrou-se – sem, contudo, perder-se de todo e mantendo-se em circulação, ainda que comprimida, mas visibilizada e, inclusive, ganhando novos tons, até os dias atuais. O início da separação entre "natureza" e "homem" aflora desse contexto de desvalorização do pensamento pré-socrático com a emergência do chamado período Grego Clássico (sec. V e IV a. C.), sendo seu antecessor pejorativamente classificado como uma forma de pensamento mítico e não filosófico.

Considerada uma das noções centrais do período clássico e da filosofia ocidental como um todo, a *perfeição da ideia* em oposição à realidade mundana – própria da filosofia de Platão - séculos mais tarde, foi reapropriada pelo cristianismo, que opôs a perfeição de Deus à imperfeição do mundo material, cristalizando também a separação entre espírito e matéria, sendo esta última situada no "polo natureza". De acordo com Gonçalves (1989), os cristãos vão

afirmar decididamente que Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, colocando-o como sujeito dotado de alma e, com isso, agência.

Dotado de alma, o homem viu-se privilegiado sobre a matéria, sobre a "natureza". Neste seguimento, apenas o "corpo morto" estaria inserido neste espectro, ou seja, passivo e desvinculado da alma; do mesmo modo, as plantas, os rios e as demais coisas que passavam a ser vistas como objetos inertes. Esta separação pode ser considerada um ponto relevante para o desdobramento da chamada revolução científica, quando foram consolidadas as oposições que constituem o centro do pensamento ocidental: homem – natureza, alma – corpo, sujeito – objeto. Parece ser possível, como coloca Camargo Junior (2012), apontar para um acordo em torno da ideia de que o longo período que vai do fim da Idade Média ao início da Modernidade surgiu na Europa e nela desenvolveu uma nova forma de produzir conhecimento e uma nova visão de mundo: a ciência moderna.

> De modo resumido, esta concepção pode ser descrita como generalista (só se ocupa de leis e descrições universais), mecanicista (o universo pode ser descrito, compreendido e eventualmente assimilado a um gigantesco mecanismo) e analítica (o todo é expresso pela soma das partes e, portanto, para estudá-lo deve-se isolar partes progressivamente menores para estudo) (CAMARGO JUNIOR., 2003, p. 107).

Essa nova visão de mundo instaurada pela Ciência moderna passa a ver a "natureza", antes sacralizada, como recurso, ou seja, como *meio* para se atingir um fim. O homem, instrumentalizado pelo método científico, tornou-se senhor do conhecimento e com suas leis gerais, técnicas e métodos pode penetrar os mistérios da "natureza": seja essa o corpo descampado de alma, seja ela o conjunto de objetos materiais que compunham aquilo que, com maior ou menor rigor, passou a conceituar-se como *meio*.

O interesse da Saúde pelo *meio* não é recente, tendo seus primórdios amparados no antigo pensamento hipocrático. Considerado pai da Medicina, Hipócrates (460 – 370 a. C.), apesar de considerar o doente em seu todo, alma e corpo expresso na força vital, alegava que as epidemias se relacionavam, preponderantemente, com fatores considerados externos ao homem. Sob esta ótica, haveria a necessidade de classificação destes em "saudáveis" e "doentes" para cura de doenças pelo controle de fatores determinantes externos.

Jamarilo (2018) alega que as ideias hipocráticas ressurgem durante o processo de modernização para dar origem às chamadas topografias médicas do paradigma higienista do século XVIII e às análises da distribuição de riscos bacteriológicos no século XIX. Para a autora, em ambas as perspectivas, o interesse era a *localização e o controle* dos circuitos biológico-espaciais da doença nas chamadas geografias médicas. Com ideais fortemente pautados na noção de salubridade – base material e social capaz de assegurar a melhor "saúde"

possível aos sujeitos – são dadas as bases para o controle político e científico do *meio* e do *corpo*.

Em contraponto à medicina tradicional, para Foucault (2017) o nascimento da medicina moderna, pautada sobre os princípios biomédicos, teria como pano de fundo o desenvolvimento da tecnologia do *corpo social* que só pôde ser instaurada a partir da passagem de uma medicina privada para uma medicina coletiva. A inserção da medicina no funcionamento geral do saber científico se fez por sua socialização, a partir do cruzamento dos modelos de medicina de estado, urbana e de trabalho. (FOUCAULT, 2017)[32]. Cabe ressaltar que o movimento inicial é notadamente caracterizado como o de uma medicina das "coisas", do *meio* de existência. "A medicina passou da *análise do meio* à dos *efeitos do meio* sobre o organismo e finalmente à análise do próprio organismo" (2017, p. 163). Nesse seguimento, também defende que o controle da sociedade não se operaria simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas passaria fundamentalmente pelo corpo. "O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica. (2017, p. 144)".

A biopolítica representaria, portanto, essa grande medicina social que se aplica à população com o propósito de governar sua vida (REVEL,2011) e se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da sexualidade, da natalidade e, não menos importante, da gestão da higiene e da alimentação. Nesse sentido, destacamos que, à disciplina Higiene Alimentar ministrada nas faculdades de Medicina do século XIX, remontam as origens do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil (VASCONCELO; FILHO, 2011). Os autores ressaltam que, a partir da década de 1930, duas principais vertentes confluíram para a formação da Nutrição[33]. Uma vertente biológica, preocupada com os aspectos clínico-fisiológicos, que dará origem a dois núcleos de saberes identificados como Nutrição Clínica – voltada ao desenvolvimento de ações de caráter individual, centradas no alimento como agente de tratamento – e Nutrição Básica e Experimental dirigida sobretudo ao desenvolvimento de pesquisas básicas de caráter laboratorial. E uma segunda vertente, de caráter mais social cuja atenção voltava-se para

---

[32] Foucault (2017) traça a constituição dessa nova abordagem a partir do plano Beveridge e coloca os sistemas médicos dos países mais ricos e industrializados na atualidade como produto do cruzamento desses três modelos de medicina social: de Estado, Urbana e de Trabalho. A Primeira com o foco na integração da medicina à administração, reforçando a centralidade do Estado. A medicina urbana com foco no esquadrinhamento que atua sobre os dispositivos capilares de controle do espaço e a medicina do trabalho voltada para os mecanismos de prevenção e de profilaxia instaurando um controle sobre as "classes menos favorecidas" com vistas a "preservar a burguesia.

[33] Hoje, os núcleos de saberes que correspondem por sua configuração autorizam uma denominação mais precisa e abrangente- Alimentação e Nutrição- congruente com a necessária interdisciplinaridade demandada pela complexidade dos objetos que compõem o campo. Sobre isso consultar Prado et al. (2018).

aspectos dietético-nutricionais de populações. É a partir desta brota de longa história que bebe Josué de Castro.

Brasileiro, nascido em família de classe média, concluiu seu curso superior na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e especializou-se em Fisiologia em sua cidade natal, Recife. Em 1932, Josué de Castro defendia tese em concurso para Livre-Docente intitulada *O problema fisiológico na alimentação*. No ano de 1937, ocupou interinamente a Cátedra de Geografia Humana na Universidade do Brasil (UB)[34] na qual se efetivaria em 1957, defendendo a tese sobre *Fatores de localização da cidade do Recife*. Além de Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Josué de Castro lecionava Nutrição e Alimentação no curso de pós-graduação da Faculdade Nacional de Medicina e foi designado primeiro diretor do Serviço de Alimentação e de Previdência Social (SAPS), criado em 1940 pelo então presidente Getúlio Vargas. Em 1942, foi organizado o Instituto Técnico de Alimentação e sua direção também posta ao comando de Josué.

Em 1945, ao ser findada a Segunda Guerra Mundial, o Instituto Técnico de Alimentação foi incorporado à Universidade do Brasil (UB) e, no ano seguinte, transformado em Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (INUB). Josué atingia assim posição de destaque na hierarquia universitária. Além de diretor do Instituto, participou do Conselho Universitário da UB e dirigiu o Departamento de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia (ANDRADE, 1997). Assim, localizarmos Josué de Castro como representante de um único domínio disciplinar das ciências nos parece inverossímil. Portanto, seus preceitos nos fornecem indicações valiosas sobre movimentos interdisciplinares importantes que guiaram – consciente ou inconscientemente – a constituição do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil e, principalmente, estudos voltados à alimentação em sua dimensão sócio-espacial.

A influência francesa em sua formação foi marcante e ele a demonstrou em livro publicado em 1939 – reeditado em 1957 – com título *Ensaios de Geografia humana*, no qual aceitava os princípios fundamentais da "ciência geográfica" elaborados por Alexander von Humboldt, Carl Ritter, Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache, destacando, inclusive, o papel da disciplina como "ciência *mater*". Coloca o autor:

> A zoologia, a botânica, a antropologia, a sociologia, só alcançaram um valor verdadeiramente universal quando puseram a seu serviço os princípios geográficos da localização, da extensão, da causalidade e da conexão dos fenômenos - princípios oriundos da mentalidade eminentemente correlacionadora do geógrafo. O sentido ecológico dando origem a uma ecologia botânica, a uma ecologia zoológica, a uma biologia humana ecológica, que não é senão a antropologia, e a uma ecologia humana

[34] Universidade do Brasil hoje denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro.

> pura que é a própria sociologia - foi sobretudo da larga influência que a geografia projetou sobre essas outras disciplinas através da atuação genial de geógrafos de categoria de um Humboldt, de um Ritter, de um Ratzel, de um Vidal de la Blache, de um Koppe, e etc. (CASTRO, 1966, p. 13).

O posicionamento de Josué de Castro quanto ao papel desempenhado por cada disciplina fora fortemente influenciado pelas perspectivas de cunho biológico e naturalista, presentes em um período de crescimento econômico, e por projetos políticos nacionais de caráter nacionalista promovidos pelos governos Getúlio Vargas[35] entre os anos de 1930 e 1945. Período que abarca a publicação do livro "Alimentação brasileira à luz da Geografia Humana", seguido de sua mais célebre obra "Geografia da Fome" (publicada pela primeira vez em 1946) e de renovação do que viria a se constituir, no campo da Geografia, o núcleo Teorético-quantitativo. No que tange ao posicionamento político do Patrono da Nutrição, André Vieira de Campos (2006) aponta a posição de Castro como partidário do sanitarismo desenvolvimentista, corrente fortemente marcada por um ideário nacionalista e que considerava que a saúde da população dependia do nível de desenvolvimento econômico, o que requereria transformações econômicas e sociais, como pré-requisito ao impedimento de certas doenças.

Vigorosamente inspirado pela teoria possibilista[36] do geógrafo francês Vidal de La Blache, Josué de Castro constantemente se refere ao *meio* em estudos que trataram das dimensões sócio-espaciais da alimentação: "[...] entre as forças que ligam o homem a um determinado *meio*, uma das mais tenazes é a que transparece quando se realiza o estudo dos recursos alimentares regionais" (CASTRO, 2010, p. 17). Não caberia aqui retornar a todo profundo debate teórico acerca deste conceito no âmbito da Geografia. No entanto, consideramos pertinente destacar que a concepção vidalina de *meio* insere-se, segundo Paulo Gomes, em uma teia conceitual, a saber: "[...] organismo, meio, ação humana e gênero de vida." (1996, p. 198), buscando potencializar a capacidade de explicação dos fenômenos ao inserir a ação humana.

---

[35] Dentre alguns de seus feitos destacam-se a política trabalhista com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), publicação do Código Penal e o Código de Processo Penal, concepção da Carteira de Trabalho, da Justiça do Trabalho, do salário mínimo, e pelo descanso semanal remunerado. A participação do Brasil no cenário mundial também se mostrava conturbado. Em uma grande contradição, Vargas, cujas medidas associava-se fortemente à alemã fascista, faz com que o Brasil participe da Segunda Guerra Mundial contra os países do eixo, uma vez que dependia economicamente dos EUA.

[36] Dentro dessa perspectiva, o homem poderia transformar o meio, pois além de modificá-lo se adaptaria a esse meio modificado. Os adeptos da perspectiva possibilista não responsabilizam apenas as condições naturais pela pobreza de determinada região. O mentor das ideias possibilista tinha como pano de fundo do desenvolvimento de sua teoria o confronto entre França e Alemanha. Seu objetivo, apesar de notoriamente controverso, era abolir qualquer ideia determinista através da implementação da objetividade e da neutralidade, buscando legitimar as doutrinas da ordem.

> O homem faz parte deste encadeamento; e, nas suas relações com o que o rodeia, ele é, ao mesmo tempo, ativo e passivo, sem que seja fácil determinar, na maior parte dos casos, até que ponto será uma ou outra coisa. [...] Assim, esta noção de meio, que se resumia outrora numa fórmula demasiado simples, não cessa de se complicar em função do progresso do nosso conhecimento do mundo vivo; mas essa mesma complicação permite definir aquela noção com maior rigor (LA BLACHE, 1946, p. 148).

Apesar dos avanços em relação ao determinismo geográfico ratzeliano, Castro inaugurou no Brasil uma forma de compreensão da alimentação no âmbito de três campos científicos, ancorada na concepção de *meio* vidalina, ainda notoriamente marcada pela busca científica do conjunto de relações causais (naturais e históricas), pelas quais os indivíduos que nele estão imersos são *determinados*. Cabe-nos ressaltar que tal conceito também inaugura um elemento básico de confusão analítica dominada por um contraste teórico entre os fatores humanos e os fatores naturais na análise entendida como "científica", como explica Hartshome:

> A análise científica, em geral, consiste em descrever a maneira pela qual um fenômeno particular se relaciona com outros determinados fenômenos, ou, em outras palavras, na busca dos fatores causais que produzem um efeito conhecido. A análise clara exige uma nítida separação entre os dois lados da proposição. Se nos for simultaneamente exigido separar os elementos humanos e os não-humanos, a combinação dessas duas exigências força a presumir-se que tais elementos se correspondem, isto é, que fatores humanos devem ser estudados como efeitos de causas naturais. Se, porém, for reconhecido que os "fatores culturais" desempenham um papel causal nessa relação, cumpre situá-los como "causativos" ao lado das "causas naturais", e a formulação feita não mais separará os fatores humanos dos fatores não-humanos. Para fugir a essa dificuldade lógica, muitos autores praticam um complicado jogo de palavras, sem se aperceberem de que perderam com isso sua base de apoio (1978, p. 55-56).

A nítida transposição de *métodos* das *Ciências Naturais* para as *Ciências Sociais* na obra de Josué de Castro é feita em grande medida pela "brecha" aberta pelo conceito de *meio* e pela ciência geográfica à época – que toda extensão da terra poderia conhecer objetivamente. Castro chega a definir o método geográfico como [...] "uma técnica que ensina a ver e a produzir *com fidelidade* os vários elementos que compõem os diversos panoramas naturais" (1966, p. 10). A ponte estabelecida com a alimentação é também, notoriamente, construída a partir da compreensão desta pela perspectiva naturalista. Ao dar ênfase aos aspectos biológicos e sobretudo higienistas do fenômeno da fome, tratando-a como distintas manifestações de carências nutricionais e relacionando-as às formações sócio-espaciais, revela a afinidade estabelecida entre estes três campos: a Saúde, a Geografia e a recém-criada Nutrição, todas, à época, influenciadas pela concepção de ciência instaurada na modernidade. Como coloca Camargo Junior (2012), as operações metodológicas do conhecer neste modelo de ciência têm como ponto de articulação uma representação de mundo e uma epistemologia que partilham do *determinismo*: trata-se de uma inteligência que almeja conhecer todas as forças pelas quais a

natureza é animada e a situação respectiva dos seres que a compõem, vasta o suficiente para submeter estes dados à análise, abraçando na mesma fórmula os movimentos dos maiores corpos do universo e aqueles do menor átomo.

O intuito desta contextualização, deixemos claro, não é detrair as importantes contribuições de Castro nos mais diversos universos em que esteve presente: dos estudos geográficos aos estudos nutricionais, de seu papel como intelectual aos grandes movimentos sociais e políticos em que atuou. Josué de Castro absolutamente mantém-se como símbolo e inspiração para os mais diversos profissionais e cientistas sensibilizados pela alimentação no Brasil e, ousamos dizer, no mundo. Por tamanho mérito, incluímo-lo na presente reflexão e destacamos o peso de suas influências nos estudos que hoje se desenrolam no Campo da Alimentação e Nutrição. A questão que abordamos na próxima secção diz respeito à configuração dos estudos sobre o *meio* e alimentação no campo da Alimentação e Nutrição.

4.2 O *meio* e o campo da Alimentação e Nutrição: "território" para "ambientes" alimentares "saudáveis"

Como vimos, o *meio* – em seu sentido conceitual e cotidiano – tem uma trajetória que lhe é própria. Uma história singular que, por vezes, o faz ser confundido com outros termos, mas que, se bem delineada, permite-nos entrever os porquês, tanto de sua larga extensão, quanto de sua especificidade no discurso científico. Permite-nos, assim, também acompanhar as mudanças ao longo do tempo de seu conteúdo e de sua forma (GERALDINO, 2010). Parte-se da *natureza* como o *meio-natural* e depois vem a ser expressa de forma abreviada pelo termo *meio*. Este nos leva a uma superfície ou volume e, portanto, a uma conotação geométrica. A metamorfose e a multiplicação destas palavras não cessam com a transformação da *natureza* em *meio*. Gradativamente, a expressão "*meio-ambiente*" consolida-se no vocabulário do senso comum e técnico das ciências. No que lhe diz respeito, a palavra *ambiente* é composta de dois vocábulos latinos: a preposição *amb*(o) (ao redor, à volta) e o verbo *ire* (ir), remetendo-nos, portanto, a tudo o que vai à volta, ou, podemos dizer, que rodeia determinado ponto ou ser. A expressão *meio-ambiente* fixou-se como vocábulo para designarmos a grande realidade que nos envolve, a partir da presença de elementos entendidos como naturais. Cabe ressaltar que a noção de *ambiente* já inclui a noção de *meio*, e este de alguma forma, implica no primeiro.

Evitando a tautologia, estabelece-se o uso corrente da palavra "ambiente" e tal metamorfose dá origem a outras expressões. O ambiente vem agora acompanhado de inúmeros adjetivos que qualificam (ou desqualificam) "o que vai à volta" daquilo que se pretende falar

ou estudar: ambiente virtual, ambiente cultural, ambiente econômico, ambiente sustentável, entre outros. Tal movimento pode ser também fortemente observado no campo da Saúde e no da Alimentação e Nutrição.

Um relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2003) afirma que a nutrição vem se destacando como um dos principais determinantes modificáveis das doenças crônicas, com evidências científicas apoiando cada vez mais a visão de que alterações na dieta têm fortes efeitos na saúde ao longo da vida e que os ajustes alimentares podem não apenas influenciar a saúde atual, mas também determinar se um indivíduo irá ou não desenvolver doenças como câncer, doenças cardiovasculares e diabetes muito mais tarde na vida. Seguindo esses preceitos, observam-se no campo da Alimentação e Nutrição estudos que tomam o ambiente como receptáculo, passível de ser transformado de "obesogênico" a "promotor da saúde" através da ação de políticas públicas.

> As dietas que as pessoas comem, em toda a sua variedade cultural, definem em larga medida a saúde, o crescimento e o desenvolvimento das pessoas. Comportamentos de risco, como uso de tabaco e inatividade física, modificam o resultado para melhor ou para pior. Tudo isso ocorre em um ambiente social, cultural, político e econômico que pode agravar a saúde das populações, a menos que sejam tomadas medidas ativas para tornar o ambiente um fator promotor da saúde (OMS, 2003, p. 30)

Distintos domínios do conhecimento aderiram à utilização da noção de "ambiente" para incluir elementos cuja lógica ocidental não reconhece efetivamente como pertencentes à "natureza" – tal como o trabalho, a cultura, a economia, a publicidade. Tais elementos são, decididamente, importantes para a compreensão de fenômenos de múltiplas ordens, mas, ressaltemos, não passíveis de serem estudados em sua complexidade, exclusivamente, a partir de pressupostos mecanicista e dos preceitos biomédicos. O que parece representar uma simples palavra, um sinônimo, um conceito inovador ou até mesmo a superação de barreiras disciplinares, pode trazer consigo – quando não analisados em profundidade – obstáculos de ordem epistemológica que desembocam em "diálogos surdos" e na multiplicação de impasses de ordem pragmática.

Em defesa do rigor teórico no âmbito das ciências, Souza (2018) ressalta que uma coisa é um *termo técnico* que, por assim dizer, reveste o conceito, e outra é o *conceito* em si mesmo, núcleo de significado que constitui a unidade explicativa de uma questão, ou seja, uma ferramenta útil ao pesquisador e aos seus pares. Para ele, tem sido comum a proliferação de palavras, mais do que propriamente de conceitos. A forma "avança" para além do conteúdo, com cada pesquisador ou área do conhecimento, almejando deixar uma marca pessoal com novas palavras.

> O ideal seria deixar essa marca (projeto inteiramente legítimo, é obvio) por meio de novas e profundas (re)interpretações, renovados os esforços de elucidação, novas sínteses de fôlego, e assim sucessivamente. Porém, na falta disso, muitos se contentam, na nossa época de inflação terminológica, com acrescentar uma ou outra palavrinha ou expressão vistosa, redefinir um pouco o significado de algum termo preexistente ou inventar algo "surpreendente". O resultado, para os estudantes e mesmo para os pesquisadores já experimentados, é um cipoal cada vez mais emaranhado. (SOUZA, 2018, p.10).

Seguindo linha argumentativa similar, ressaltando que a ineficácia conceitual do termo "meio ambiente" não se daria apenas como um problema encontrado no discurso geográfico, mas que abarcaria as ciências em geral e a mídia, são relevantes as palavras do geógrafo Antônio Christofolett:

> O substantivo "ambiente" e o adjetivo "ambiental" vêm sendo empregados de forma generalizada e ampla, nas lides científicas e jornalísticas, expressando variedade de facetas em sua significação. [...] Para o contexto da problemática ambiental há necessidade de utilizar conceitos definidos de modo mais preciso, com enunciados que permitem a operacionalização através do uso de procedimentos analíticos e critérios de avaliação (1994, p. 127-128).

Foquemos nossos esforços de compreensão do significado dessas palavras no âmbito da Saúde e da Alimentação e Nutrição no Brasil. Efeitos do discurso higienista do século XX ainda são fortemente presentes nos atuais sistemas de saúde, sobretudo, o brasileiro. Apesar das oposições acerca da dualidade corpo-mente, saúde-doença e de toda a diversidade de proposições teóricas disponíveis nas Ciências Humanas e Sociais, a lógica do pensamento mecanicista[37] foi a que mais fortemente influenciou as epistemologias hegemônicas na Biomedicina (KRAEMER et al, 2014). Seguindo estes preceitos, nessa interface que articula os campos da Saúde, da Alimentação e Nutrição e da Geografia, estabeleceu-se a Epidemiologia.

A partir dos anos 1970, observa-se no Brasil importante influência da concepção de determinação histórico-social no processo saúde/doença nas investigações epidemiológico-nutricionais, o que se mantém até os dias atuais enfatizando vínculos com as Ciências Sociais, ainda que, principalmente, numa linha de afirmação de relações causais entre fenômenos econômicos e doenças. Trazendo um conjunto de evidências científicas estatisticamente associadas a variáveis diversas, segue a Epidemiologia em (des)encontros com a Nutrição

---

[37] No pensamento moderno, principalmente com Galileu, Descartes, Newton, dá-se a substituição das teorias organicistas de Aristóteles e da escolástica por uma concepção de espaço geometrizado, no interior do qual as relações entre os objetos são governadas deterministicamente por uma causalidade cega. A natureza passa a ser considerada como uma "máquina", um mecanismo em funcionamento. Os fenômenos físicos seriam assim explicados pelas leis do movimento. A tese central do Mecanicismo em biologia é a de que o organismo se assemelha à máquina, ainda quando de grau bem mais elevado de complexidade. Não haveria, então, princípio novo como recurso utilizado para a explicação do funcionamento dos seres vivos. Permanece válida a ideia de que tudo se explica em termos de pura extensão e simples movimento local. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008)

Clínica (do lado individual) e com as Políticas em Alimentação, Nutrição e Saúde (do ponto de vista populacional), ampliando algumas construções interdisciplinares, mas mantendo-se como esfera da racionalidade "neutra", "objetiva", naturalizante, o que, em compasso com as tendências dominantes da ciência moderna, resulta em evidente hegemonia desse núcleo de conhecimentos sobre os demais no âmbito da Saúde Coletiva (BOSI; PRADO, 2011).

Na segunda metade do século XX, a conceituação do *meio,* como fator explicativo, aparentemente encontrou um limite na transição epidemiológica para doenças não infecciosas e crônicas. As contribuições de uma Geografia, fortemente influenciada pela tradição teorético-quantitativa[38] com as categorias de densidade populacional, padrão de vida e renda, foram usadas para explicar processos patogênicos, fazendo com que os estudos de distribuição espacial da doença fossem transformados em delimitação *político-fiscal de unidades territoriais locais*. Em crítica, Jamarilo (2018) ressalta que se torna explícito o interesse em descentralizar as respostas de saúde em microáreas, definidas de maneira homogênea e aparentemente desconectadas dos contextos sociopolíticos mais amplos. Assim, a noção de *território*[39] no campo da saúde vem, em larga medida, sendo utilizada no Brasil como estratégia para a coleta e organização de dados, buscando o mapeamento das redes estabelecidas pelo deslocamento das pessoas que procuram atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a fim de preencher lacunas na distribuição deste serviço e promover a saúde.

É bastante discutido um conceito de saúde difundido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tratando-a não mais como ausência de doença, mas como a situação de "perfeito" bem-estar físico, mental e social (1947). Nesse sentido, cabe a dupla problematização: por um lado, a ideia de perfeito bem-estar reflete uma idealização do conceito, tornando-o de difícil operacionalização para os serviços de saúde ainda fortemente

---

[38] A Geografia Teórico-Quantitativa ou Nova Geografia, foi marcada pela a situação político-econômica que se instaurou na Segunda Guerra, consolidando-se na década de 60. Esta corrente efetua uma crítica a geografia tradicional pela sua insuficiência da análise tradicional. Os números servem para o Estado interferir na realidade, e como diria Yves Lacoste (1976), em primeiro lugar para fazer a guerra. Caracterizada pelo uso de métodos matemático-estatísticos buscava a substituição do trabalho de campo pelos experimentos laboratoriais, com mensurações, dados estatísticos, gráficos e tabelas sofisticadas. Foi uma corrente excludente, pouco democrática, já que boa parte desses dados eram obtidos por sensoriamento remoto ou técnicas sofisticadas de difícil acesso. A estatística era o principal caminho para se chegar à comprovação de hipóteses e esclarecimentos de fenômenos geográficos.

[39] Este é outro amplo debate que vem atravessando os campos científicos da Geografia, da Saúde e da Alimentação e Nutrição. Segundo Teixeira et al. (1998), ponto de partida para a organização do trabalho das ações de vigilância em saúde é a territorialização do sistema local de saúde, isto é, o reconhecimento e o *esquadrinhamento do território* segundo a lógica das relações entre condições de vida, ambiente e acesso às ações e aos serviços de saúde. Outros autores difundem uma proposta de "territorialização ampla" em que este processo, além método de obtenção e de análise de informações sobre as condições de vida e saúde de populações, seja concebido como instrumento para se entender os contextos de uso do território em todos os níveis das atividades humanas (MONKEN, 2008).

guiados pela busca do êxito técnico em detrimento do sucesso prático, pautado sobre um conjunto de juízos de caráter instrumental herdados da tradição biomédica em saúde (AYRES,2007); por outro, como nos alerta Camargo Junior (2007), o perigo de uma ênfase excessiva nesta *definição positiva de saúde* acaba por estender a esfera do chamado "setor de saúde" à totalidade da experiência humana, promovendo uma medicalização[40] ainda mais radical do que a promovida pela concepção restrita de saúde.

> Como estratégia de enfrentamento desse problema, tem sido recorrente a ideia da necessidade de produção de uma "definição positiva de saúde", que, visando a extrapolar o empobrecimento da simples evitação das doenças, visa a restaurar em toda sua plenitude os valores mais amplos da vida. Esta ideia encontra desdobramentos até mesmo em termos do desenho de políticas públicas, com a ideia de "promoção da saúde" – expressão por si só passível de críticas pela sua indefinição (FAVORETO, 2002).

Neste bojo, insere-se parte significante do campo da Alimentação e Nutrição, que, com compromisso expresso na Política Nacional de Alimentação e Nutrição e na Política Nacional de Promoção da Saúde, formula recomendações para uma alimentação "adequada" e "saudável" fundamentadas"[..] nas dimensões de incentivo, apoio e proteção da saúde e que deve combinar iniciativas focadas em políticas públicas saudáveis e na criação de ambientes saudáveis*"* (2014, p. 6).

No que tange à criação de ambientes alimentares saudáveis, estabelecemos paralelos com a discussão proposta por Henri Acselrad (2010). Este explicita que a caracterização da historicidade da questão ambiental encontra grande apoio na noção de *ambientalização* e que o termo pode designar tanto o processo de adoção de discursos ambientais genéricos por diferentes grupos sociais, quanto a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas. Coloca o autor que "[...] é por meio desses processos que novos fenômenos vão sendo construídos e expostos à esfera pública, assim como velhos fenômenos são renomeados como 'ambientais'" (2010, p. 103).

Assim, em um amplo leque de estudos internacionais *o ambiente alimentar* passa a ser definido pelos conjunto de outros quatro ambientes em que se vive, estuda e/ou trabalha, que propiciam condições que afetam a salubridade da alimentação e o estado nutricional dos indivíduos e da comunidade: ambientes físico (disponibilidade, qualidade), econômico (custos), político (políticas governamentais) e sociocultural (normas e comportamento). Este vem sendo

---

[40] O termo medicalização pode ser entendido pelo menos de duas maneiras: por um lado, o ocultamento de aspectos usualmente conflitivos das relações sociais, por sua transformação em "problemas de saúde", e por outro, a expropriação da capacidade de cuidado das pessoas em geral, em especial (mas não apenas) os membros das camadas populares, tornando-as dependentes do cuidado dispensado por profissionais, em particular (ou quase exclusivamente, para alguns) médicos. (CAMARGO JUNIOR, 2007, p.68)

metodologicamente investigado majoritariamente através da observação da distribuição dos estabelecimentos comerciais em número, tipo, localização e acessibilidade; e no âmbito do consumidor, que abrange o que se encontra dentro e ao redor dos estabelecimentos (GLANZ, 2005; KUMANYIKA, 2013; COSTA et al, 2018).

Dessa forma, a definição do *meio* em saúde e, por conseguinte, sua interface com o campo da Alimentação e Nutrição no Brasil, vem passando por uma metamorfose teórica, deslocando-se para a noção de *território*, quando se trata de operacionalizá-lo metodologicamente de acordo com as distribuições espaciais propostas pelo SUS, e de *ambiente*, quando o que está em pauta é a classificação e a transformação "do que vai à volta", tendo em vista as condições de salubridade e a disponibilidade de alimentos classificados como "saudáveis" sob o crivo da *racionalidade nutricional*[41].

No entanto, como bem coloca Acselrad (2010), disputas de legitimidade instauram-se, concomitantemente, na busca de caracterizar as diferentes práticas como ambientalmente "benignas" ou "danosas". Boyd Swinburn, presidente da seção Política e Prevenção da Obesidade Mundial e presidente da Comissão de Obesidade da Lancet[42] defende que, assim como outros problemas importantes de saúde, como redução do tabagismo, prevenção de lesões e prevenção de doenças infecciosas, não é provável que o "sucesso ao nível da população" na redução da obesidade e doenças crônicas relacionadas à dieta ocorra até que as "influências ambientais" sejam identificadas e modificadas. Neste sentido, importantes representantes do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil consideram que as medidas dirigidas ao ambiente devem promover práticas ecologicamente sustentáveis na cadeia alimentar e, ao mesmo tempo, transformar o "ambiente obesogênico*"* em que as pessoas vivem em um "ambiente promotor da saúde" (CASTRO; LEÃO, 2007, p. 530).

Ao seu encontro, a edição *Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica em obesidade*, publicado pelo Ministério da Saúde (2014), alega que "no cenário

---

41 Adotaremos o conceito por Viana et. al (2017), onde racionalidade nutricional "se refere às práticas alimentares atentas ao permanente cuidado em manter na alimentação, o equilíbrio de nutrientes, em detrimento do prazer de comer e dos valores com que a alimentação marca o convívio social a ele associado. Tais práticas alimentares sinalizam preocupações centradas no "consumo racional de alimentos" e com a "alimentação balanceada". Essa ideia reduz a relação entre valor nutricional do alimento e saúde como única causalidade ou a mais valorizada pela tradição do conhecimento científico, por se acomodar muito bem na lógica do processo de verificação de verdades proposto pelo método (científico)" (p. 450).

42 A revista The Lancet fundada em 1823 é um periódico científico do grupo Lancet Publishing Group, que somente em 2018 movimentou uma receita de 7,492 milhões de libras esterlinas e foi responsável pela disseminação de 18% dos artigos científicos no mundo. O Lancet Publishing Group é uma empresa subsidiária do grupo RELX Group, conhecida também como Reed Elsevier. A consolidação e concentração do setor de publicações científicas tem sido tema de muitos debates dentro e fora da comunidade científica, especialmente no que tange às altas margens de lucro de um pequeno número de grandes grupos e a possibilidade de estes representarem o monopólio do conhecimento científico.

epidemiológico do grupo de doenças crônicas, destaca-se *a* obesidade 'por ser simultaneamente *uma doença* e um *fator de risco* para outras doenças deste grupo'" (p. 15). Apesar da adoção de uma concepção ampliada de saúde pautada nas diretrizes das principais organizações em saúde, ao estabelecer o "ambiente alimentar promotor da saúde" como antagônico ao "ambiente obesogênico" continuamos a observar a operação dos conceitos de saúde e doença, tratando-os como situações polares e opostas de uma mesma natureza de fenômenos (AYRES, 2007). A "doença" que se procura dominar a partir do controle sobre os territórios em saúde – que, ao cabo, representam a possibilidade de controle dos corpos inseridos nesses "ambientes" – é a obesidade.

Destaca-se que a abordagem hegemônica do fenômeno da obesidade que sustenta as análises sobre os ambientes obesogênicos também está alicerçada no binômio saúde-doença e busca, através da perda de peso, reestabelecer um suposto "estado inicial normal" em que a saúde e a normalidade estariam associadas ao corpo magro (SEIXAS; KRAEMER, 2015). Subsidiando uma leitura biopolítica da obesidade, Seixas (2012) reitera que é na passagem de uma perspectiva de preservação da saúde para um ponto de vista patológico que se inserem alguns questionamentos acerca da ideia de doença que hoje define a obesidade. Para a autora, a crescente lipofobia engendra uma indiferenciação entre anormalidade e patologia[43], atrelando, então, a obesidade ao campo patológico e delegando ao saber médico as diretrizes sobre o tratamento dispensado aos indivíduos obesos, engendrando o corpo social como *lócus* de consolidação de um discurso que visa ao controle da vida.

No entanto, como bem colocam Seixas e Kraemer (2015) em diálogo com Gard e Wright (2005), a produção científica sobre a obesidade e a crítica popular são uma mistura complexa de incertezas científicas e concepções morais e ideológicas. Nesse sentido, Amparo-Santos (2016) problematiza a estigmatização da obesidade, argumentando que esta visão é amparada em um sistema de crenças e representações que tornam a gordura corporal reflexo das qualidades morais do indivíduo. "Se come demais, é porque não se controla. Se não se controla, é possível confiar nele? O raciocínio aqui vai de uma característica física ao julgamento moral do indivíduo" (p. 246). O conhecimento científico sobre a obesidade e o

[43] Canguilhem (2002) critica a visão de que o patológico seria apenas uma variação quantitativa do normal considerando que há uma infinitude de possibilidades contextuais no processo da vida. Cabe destacar que nesta perspectiva o patológico é uma "norma que não tolera nenhum desvio das condições na qual é válida, pois é incapaz de se tornar outra norma" (p. 145). Assim, o doente na visão de Canguilhem o seria por ser incapaz de ser normativo. A saúde seria, portanto, ser capaz de estar adaptado às exigências do meio, e ser capaz de criar e seguir novas normas de vida – normatividade vital – já que "o normal é viver num meio onde flutuações e novos acontecimentos são possíveis" (p.188). Sob a ótica de Canguilhem o anormal não corresponde ao patológico, mas o patológico sempre é anormal.

sobrepeso ainda é incompleto e tais lacunas tornam-se ainda mais evidentes quando cientistas se voltam mais para *as causas* ligadas ao desenvolvimento da obesidade do que propriamente a elucidação desta condição (GARD; WRIGHT, 2005). Nos perguntamos: estariam as causas dessa "pandemia"[44] no "ambiente alimentar"?

Como exemplo, na prática clínica cotidiana e para a avaliação em nível populacional no Brasil, adota-se o uso do Índice de Massa Corporal (IMC), ou seja, o estimado pela relação entre o peso e a altura do indivíduo, expresso em kg/m². Segundo o caderno de atenção básica (2014) o IMC, além de classificar o indivíduo com relação ao peso, também é um *indicador de riscos* para a saúde e tem relação com várias complicações metabólicas. Neste seguimento, Larson e Story (2009), em revisão sistemática sobre ambiente alimentar, apresentam estudos que apontam que "[...]ter laços sociais com colegas com um índice de massa corporal (IMC) alto ou crescente, está relacionado ao aumento do risco de obesidade entre adolescentes e adultos" (p.58). As autoras defendem que "o que" e "quanto" e "com quem" as pessoas comem podem portanto definir sua "saúde", fazendo com que os estudos voltados para o ambiente alimentar expressem forte interesse nos *determinantes* da seleção de alimentos e as formas mais eficazes de fornecer orientação alimentar a indivíduos e populações.

> Como a obesidade e outras doenças crônicas relacionadas à dieta são reconhecidas como os principais problemas de saúde pública associados ao risco de várias das principais causas de morte e invalidez, existe um forte interesse nos determinantes da seleção de alimentos e as formas mais eficazes fornecer orientação alimentar a indivíduos e populações (...) Foi sugerido que é mais provável que mudanças individuais sejam facilitadas e sustentadas se o ambiente em que as escolhas são feitas oferece suporte a opções alimentares saudáveis (2009, p. 56)

Assim, o discurso hegemônico da biomedicina disseminado nas instituições de saúde cada vez mais se empenham em analisar dados populacionais, construindo estatísticas e parâmetros para o controle dos processos sociais. A ênfase da concepção de ambientes saudáveis ou obesogênicos está de acordo com a presença ou ausência de *fatores de risco,* sob o argumento que a função da saúde pública seria "proteger os indivíduos do ambiente" de um entorno no qual as pessoas estão imersas e o qual não podem modificar (JAMARILO, 2018). Observa-se que a concepção de "alimento saudável" nesse universo reduz-se a suas características *nutricionais*, em que os alimentos passíveis de ingestão são prescritos de modo

---

[44] O termo pandemia (do grego παν [pan = tudo/ todo(s)] + δήμος [demos = povo]) é geralmente usado para retratar uma epidemia de *doença infecciosa* que se espalha entre a população localizada numa grande área como, por exemplo, um continente, ou mesmo o Planeta Terra.(RAYMOND S, 2005) No entanto, o termo pandemia vem sendo utilizado por alguns profissionais da saúde para enfatizar o aumento de pessoas obesas no mundo. Consultar Swinburn et al. (2011) "The global obesity pandemic: shaped by global drivers and local environments"

a estabelecer uma vida com os menores riscos possíveis de adoecimento (CARVALHO et al., 2011). Nesse cenário, desponta o conceito de *risco*, cuja base objetiva dos cálculos de associação probabilística, de caráter presumivelmente causal, é encontrada nos "determinantes ambientais" da saúde e da doença - ou seja, aqueles não originados de fatores herdados pela base biológica do organismo (CASTIEL,2010).

Assim, a contrapelo, a concepção ampliada de saúde, ao abarcar uma infinidade de dimensões, transforma-se em uma busca obsessiva de um "viver saudável" (CAMARGO JUNIOR, 2007), constantemente, ameaçado pelos inúmeros riscos associados a alimentos e "ambientes" a que estamos expostos em diversas dimensões de nossa existência – individual, social, física ou macroeconômica. Não faz parte do foco deste nosso estudo uma profunda discussão sobre o conceito de *risco*, mas alertarmos que o que se busca sob essa ótica, tanto de análise, classificação e modificação dos ambiente alimentares, quanto de análise, classificação e prescrição dos alimentos, implicitamente, continua com seu interesse endereçado para o que é *quantificável e objetivamente delimitável* (JARAMLLO, 2018; SÁNCHEZ-CALDERÓN, 2006; RODRÍGUEZ F, 2012). Trata-se de uma forma de afastamento à necessidade de abordar a produção do conhecimento científico em Alimentação, Nutrição e Saúde como empreendimento que abarca necessariamente as dimensões intersubjetivas e subjetivas dos sujeitos, prescindindo, portanto, de interpretações baseadas nas Ciências Sociais e Humanas, em especial, a Psicologia, a Antropologia e a Filosofia, em articulações interdisciplinares tanto em estudos quanto na formulação de políticas públicas.

Não negamos que, para fins de estatísticas a nível populacional, as formas de avaliação quantitativas sejam necessárias ao Estado, compelido por lei a promover as condições mínimas de sobrevivência a toda população. No entanto, não podemos nos reduzir a esta abordagem. Entendemos por importante o evitar a naturalização de conceitos e de palavras que se multiplicam em nosso léxico e que caudalosamente vem nos levando a estabelecer *diálogo surdos*, tanto no âmbito das ciências – que a cada dia veem-se obrigadas a buscar caminhos interdisciplinares –, quanto no campo da ação em saúde. Consideramos necessário cuidado e atenção, uma vez que, ao guiarmo-nos prioritariamente pela dimensão instrumental hegemônica da racionalidade biomédica, acabamos por minimizar os sentidos e interesses atribuídos ao adoecimento e à atenção à saúde dada por indivíduos e populações, pelos agentes em intersubjetividade (AYRES, 2007).

No que se refere a esse último ponto, ainda que inúmeras pesquisas se debrucem sobre as temáticas da obesidade e da promoção de ambientes alimentares saudáveis, registramos a existência de estudos que apontam para a necessidade do desenvolvimento ou aprimoramento

dos modelos teóricos existentes e/ou fortalecimento de colaborações interdisciplinares na orientação de intervenções e políticas efetivas (BALL,2006; LARSON, 2009). Portanto, nas próximas seções deste trabalho evidenciaremos algumas reflexões que transcendem a esfera da mensuração e ação em saúde e alimentação, traçando paralelos entre as concepções de meio, espaço e lugar e a alimentação. Faremos uma breve releitura de alguns profícuos diálogos já estabelecidos entre a Saúde Coletiva e a Geografia inspirados pela vertente crítica da Geografia Humana.

4.3 O *espaço* das racionalidades técnicas em Alimentação, Nutrição e Saúde

Como vimos, os anos 1980 foram marcados por uma crítica aos modelos de pensamento calcados em fatores de riscos colhidos e analisados ao nível individual. Novos diálogos foram estabelecidos entre geógrafos e epidemiologistas que buscaram promover conexões teórico-metodológicas. Nesse sentido, destacamos neste primeiro momento um expoente ramo de estudos no âmbito da Saúde Coletiva cujos esforços centraram-se na ideia de integração de ações de atenção e "promoção da saúde", operacionalizando noções advindas da vertente da Geografia Humana Crítica e da Epidemiologia, com destaque para o conceito de *espaço geográfico* e derivados.

Notável representante desta vertente, o geógrafo e sanitarista Cristovam Barcellos (2015) alega que são numerosos os "recortes espaciais" utilizados para a gestão de serviços de saúde e para o controle de doenças, e os critérios usados para a delimitação desses "territórios" nem sempre levam em consideração a "estrutura espacial" da população, nem seu "conteúdo geográfico". Consoante o autor, o desafio do setor seria construir sobre uma base consensual um "sistema de territórios" que permita gerir as diversas ações de saúde. Para ele, como grande parte dos indicadores de condições de vida, saúde e ambiente referem-se a "unidades espaciais", o geoprocessamento apresenta-se como ferramenta de grande utilidade para a organização e a análise de dados, particularmente, através do Sistema de Informações Geográficas (SIG).[45]

> O crescente uso do geoprocessamento para análise de situações de saúde tem aumentado a capacidade de formular e avaliar hipóteses sobre a distribuição espacial de condições ambientais e sociais, principalmente pela confecção rápida de mapas temáticos (...) por exemplo: essa ferramenta permite que se sobreponham mapas de localização de fontes de poluição e mapas de carência social. (p.51)

[45] O sistema de Informações Geográfica é definido por Aronoff (1989) como: conjunto manual ou computacional de procedimentos utilizados para armazenar e manipular dados georreferenciados.

Nossa civilização tecnicista, racional e urbana, tende a especificar cada vez mais os “espaços”, compartimentando-os para escolher apropriadamente os dispositivos técnicos que melhor respondem à finalidade da organização e do planejamento territorial (SEGAUD,2016). Assim, coloca Barcellos [...] a concepção de *espaço* nas análises de saúde tem sido incrementada com o crescente acesso a bases de dados epidemiológicos com a disponibilidade de ferramentas cartográficas e estatísticas computadorizadas (2015, p. 51). Neste sentido, ressaltamos que essas importantes inciativas – ainda que busquem a incorporação de conceitos derivados das abordagens geográficas como *espaço* e *território*, combinando-os com a palavra do dia “ambiente” – seguem demonstrando inclinações fortemente orientadas por uma racionalidade de caráter técnico instrumental, que se debruça prioritariamente no uso de metodologias cujos pressupostos encontram-se vinculados ao mecanicismo da ciência moderna. Esta continua a reduzir o *espaço* e seus conceitos derivados – estrutura espacial, recorte espacial, conteúdo geográfico, território etc. – ainda que, implicitamente, a uma materialidade passível de representação, regulação e controle.

Destaca-se que esta vertente de estudos também opera com os conceitos de saúde e “ambiente”. No Brasil, por exemplo, a expressão “saúde ambiental” é definida pelo Ministério da Saúde como: área da saúde pública que afeta ao conhecimento científico e à formulação de políticas públicas relacionadas à interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determinam, condicionam e influenciam, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano, sob o ponto de vista da sustentabilidade (BRASIL, 2005). Proponho ao leitor que releia a definição de saúde ambiental acima, trocando a palavra “ambiente” por “espaço”. Provavelmente, nenhuma alteração de sentido será percebida. A equiparação semântica destas palavras faz com que elas sejam frequentemente utilizadas como sinônimos ou expressão técnica que quando transpostas do campo da geografia humana para a esfera de atuação em saúde podem minimizar seu potencial teórico, em detrimento da ânsia por respostas vertiginosas capazes de subsidiar a implementação de políticas e programas inovadores.

Segundo Minayo (2001), a palavra teoria tem origem no verbo grego "theorein", cujo significado é "ver". Para a autora a *teoria* é um conhecimento de que nos servimos no processo de investigação como um sistema organizado de proposições, que orientam o nosso olhar, e de *conceitos*, que veiculam seu sentido. Assim, os conceitos servem para ordenar processos, fixando recortes e permitindo a compreensão dos estudos pelos interlocutores participantes de uma mesma área de interesse. Em *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*, livro publicado pela primeira vez em 1976, Milton Santos propõe uma análise

daquilo que afirma ser o objeto da geografia, o espaço, e afirma "[...] a quantificação representa apenas um instrumento, ou, no máximo, o instrumento. Seria melhor chamar atenção sobre os aspectos mais teóricos e conceituais (...) o que continua central é a construção teórica" (p.73). Seguiremos seu conselho, e buscaremos expor os desdobramentos teóricos dos conceitos de *meio, espaço* e *lugar* em sua obra.

Começaremos por sua concepção de *meio,* dando sequência aos desdobramentos deste conceito que, como vimos nas seções anteriores, vem atravessando os campos da Geografia, da Saúde e da Alimentação e Nutrição e encontra nesse autor uma nova interpretação. Inspirado pelo materialismo histórico dialético[46], para Santos (1996) a história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os *lugares* habitados, a da substituição de um *meio natural*, dado a uma determinada sociedade, por um *meio artificial*, cada vez mais instrumentalizado. Sob esta ótica a história do *meio geográfico* poderia ser classificada em três etapas: *o meio natural*, o *meio técnico* e o *meio técnico-científico-informacional*.

O meio natural corresponde a um momento da História cujas transformações impostas à natureza já eram técnicas, tais como a domesticação de plantas e animais. No entanto, tais sistemas técnicos não exerciam sua existência de forma autônoma, ou seja [...] "o possibilismo da criação mergulhava no determinismo do funcionamento" (p.235). As sociedades locais eram criadoras das técnicas utilizadas, comandantes dos tempos sociais e dos limites da sua utilização, e sua razão estava pautada sobre a preservação e continuidade do *meio de vida*.

O *meio técnico* vê o aparecimento do espaço mecanizado e as distintas sociedades passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição dos objetos naturais e dos objetos culturais, por *objetos técnicos,* criando nos lugares atingidos, híbridos conflitivos. Para Santos, nos últimos séculos os objetos técnicos e o espaço mecanizado passam a ser o *lócus* de ações "superiores", graças à crença que estas assim seriam, pois os homens estariam atribuídos de novos poderes – entre os quais o maior, o poder de enfrentamento da natureza. Deste modo, nesse momento, a razão do comércio, e não a da natureza, passa a presidir a instalação dos sistemas técnicos.

---

[46] O materialismo histórico e dialético está constituído por uma teoria científica da história – o materialismo histórico – e por uma teoria filosófica – o materialismo dialético – cujo método foi utilizado por Marx e Engels para explicar o mundo a partir da evolução histórica da humanidade. Nessa visão, o ser humano é um ser histórico, ou seja, determinado pelo espaço e época histórica em que vive. Ele se diferencia conforme sua inserção no tempo e no espaço e, como ser de existência, se constrói no seu próprio percurso histórico. Sob esta ótica, não apenas os corpos materiais com propriedades mecânicas são matéria, mas todas as coisas que têm a propriedade fundamental de existir, independentemente da consciência humana. Além disso, pressupõe que toda matéria está sempre em constante desenvolvimento e transformação, segundo determinadas leis. A partir desse conceito e das propriedades da matéria, a sociedade, existindo fora da consciência humana e independentemente dela, também é material. Consultar Marta Harnecker (1983).

O *meio técnico-científico-informacional* é a aparência da globalização (SANTOS, 1996, p.239). Com o fim da Segunda Guerra Mundial dá-se a passagem para o *meio técnico-científico-informacional*, consolidando-se nos países ditos de "terceiro mundo" nos anos 1970. A distinção entre esse período e os outros fundamenta-se na profunda interação da ciência e da técnica: a tecnociência pautada sob "a égide do mercado", atingindo a extensão global. Assim a partir deste marco, os objetos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, ou seja, imbuídos de extrema intencionalidade de sua produção a sua localização. Desta maneira a ciência, a tecnologia e a informação estariam na base da produção, utilização e do funcionamento do *espaço*, constituindo seu substrato.

O *espaço*, conceito central em Santos (1996), é definido como um conjunto indissociável de *sistemas de objetos* e de *ações* que se apresentam como testemunhas de uma história escrita pelos processos do passado e do presente, resultado e condição direta dos *fluxos*, que atravessam ou se instalam nos *fixos*, modificando a sua significação e o seu valor ao mesmo tempo que se modificam. Assim, os elementos fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o espaço constantemente. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as *ações*, e, de outro, *o sistema de ações* leva à criação de objetos novos sobre objetos preexistentes. Os *fixos* são instrumentos de trabalho[47], do qual o conjunto formaria aquilo que nomeia como *sistemas de engenharia*. Estes últimos – Lanchonetes, Hospitais, Shopping Centers, Universidades – integrariam os *sistemas de objetos*, mas não os limitariam.

Reduzir o *sistema de objetos* aos elementos fixos ou fixados no espaço geográfico é um grande equívoco. Alguns objetos não fixos são também incorporados aos fluxos espaciais, tais como navios, ônibus, trens, aviões, bicicletas e, não esqueçamos, alimentos em pequenas porções individuais que percorrem metrópoles ao serem vendidos em sinais de trânsito, nossas marmitas diárias, ou mesmo o simples cafezinhos que circula de lanchonetes para laboratórios nas mãos de estudantes e professores atarefados. No que tange ao *sistemas de objetos* que constitui nosso sistema de transporte, o geógrafo nos lembra que um dos mais importantes signos de nosso tempo é o automóvel, com preponderante papel na produção do imaginário e profunda repercussão sobre o conjunto da vida do homem, incluindo sua redefinição da

[47] Para esta tradição é através do trabalho deste o homem objetiva o seu espírito no mundo e materializa em objetos suas inquietações, relações sociais ideias e sentimentos, resultando daí os bens materiais necessários à existência. Por meio do *trabalho* o homem modifica a realidade natural que o circunda e, ao modificá-la, cria uma realidade, da qual os demais homens usufruem. Sob esta ótica, é nessa relação com a natureza e os demais homens, mediada pelo trabalho, que o ser humano constrói sociedades, reconfigura a história e, simultaneamente, molda a sua essência.

sociedade e do espaço. “As cidades não seriam hoje o que elas são se o automóvel não existisse” (SANTOS, 1996, p. 84) e provavelmente nossa alimentação também não.

Assim, se com Milton Santos, pensarmos o espaço como dimensão da vida social sempre dinâmica, em fluxo, torna-se inadequado persistirmos na idealização de uma delimitação e classificação de espaços alimentares por meio de uma metodologia de detecção, sobretudo, da presença ou ausência de objetos fixos – tais como micro-ondas, geladeiras, cozinhas – desconsiderando os fluxos humanos e objetos menores que os atravessam em seu dinamismo intrínseco. Também é importante ressaltar que boa parte dos estudos que lançam mão desse tipo de metodologia desconsideram a dimensão relacional entre os “lugares”. Delimitam-se pequenas áreas – tais como hospitais, escolas ou cidades – inseridas em determinados territórios do SUS, desconsiderando as relações multiescalares que ultrapassam os limites dos territórios da saúde e dos objetos estudados.

Como exemplo podemos pensar em uma escola. Detectar a ausência ou presença de estabelecimentos comerciais em um entorno, em um *buffer*[48] de 500 metros, 1000 metros ou 2000 metros não esgota as possibilidades de que uma criança traga de sua própria residência os “alimentos processados” ou mesmo que os compre durante as jornadas de transporte que a levam até o *lugar escola* – que sabemos, por vezes ultrapassam limites de um ou mais municípios. Ou, destacamos, ainda, que pouco ou nada se compreende sobre o significado de suas *escolhas alimentares*[49] em um importante momento de estabelecimento de relações sociais, que configura os primeiros anos de vida de um ser humano no mundo ocidental. Assim, apesar da contração dos “objetos de estudo” em “ambientes” autocontidos e bem delimitados, em decorrência da metodologia quantitativa e objetiva de avaliação, descartam-se as nuances cotidianas que um olhar aproximado, qualitativo e interdisciplinar, pode captar.

Nesse sentido, entre as diversas categorias analíticas, Santos expressa ao longo de sua vasta obra a importância do *lugar* entendendo-o como o intermediário entre o mundo e o indivíduo. O mundo entendido como um conjunto de possibilidades que a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, tornou os lugares ainda mais interligados e interdependentes. Nesse sentido, ressalta-se que “[...] quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos” (SANTOS, 1988, p.34), isto é, tornam-se únicos e conferem heterogeneidade ao espaço.

---

[48] Recursos de softwares que operam através do Sistema de Informação Geográfica cuja finalidade esta pautada na criação de polígonos que contornam um objeto em que o raio é delimitado pelo pesquisador.

[49] O que se escolhe para comer, embora tenha um caráter intimista e seja motivado por emoções e afetos singulares, se atualiza nos contextos socioculturais sempre dinâmicos. Consultar Carvalho, 2016.

O conceito de *lugar* também pode ser compreendido como um ponto de articulação entre a identidade e os laços afetivos estabelecidos com o espaço (JAMARILO,2018). É uma parte do espaço que está sujeita a significados e valores inseparáveis da experiência de quem nele habita, constantemente adquirindo novos significados pelo acúmulo de sentimentos e experiências. O lugar implica um espaço e um sujeito que possui a capacidade de nele habitar e atuar. Assim, longe de assemelhar-se ao reducionismo próprio das "delimitações geográficas" ou a um recipiente de "fatores de riscos" à saúde, pode oferecer ao campo da Alimentação e Nutrição a revalorização da *escala local,* sem que percamos de vista as relações multiescalares estabelecidas ininterruptamente com outros lugares, afastando o fantasma das culturas regionais estáticas e autônomas e facilitando a incorporação das dimensões da intersubjetividade e subjetividade em estudos de caso.

Se lançarmos mão da rede conceitual miltoniana como caminho possível para os estudos sócio-espaciais no campo da Alimentação e Nutrição, devemos também sublinhar que o *espaço,* enquanto dimensão analítica, considerará por definição *todos os objetos existentes como extensão contínua*, supondo sua coexistência em *sistema*. A noção de sistema torna-se elementar na compreensão dos objetos e, por conseguinte, das ações que moldam e são modeladas pelo espaço, pois sob essa ótica, estes nunca funcionariam em isolamento. Para melhor compreendermos tal definição visualizemos a seguinte situação hipotética: Nove e meia da manhã de um dia qualquer da semana, o sinal do recreio de uma escola toca. Rafaela retira sua lancheira que fica acoplada a parte superior de sua mochila, ambas com o mesmo tema. A lancheira é feita de material térmico e possui dois compartimentos: uma pequena rede atada na face interior que se abre e uma área que comporta uma garrafa, uma marmita em formato quadrado e um pote menor de formato variado. Rafa abre a lancheira contente e se depara com sua garrafinha. Deseja secretamente que dessa vez o refrigerante não tenha se tornado um xarope quente e sem gás. Retira a tampa da garrafa e obtém um pequeno copo, despejando nele o líquido açucarado. Toma um gole, e agradece "hoje minha mãe fechou direito essa gerigonça" e pensa "está sem gás, mas pelo menos está geladinho". Abre o pote quadrado e se depara com um sanduíche de pão de forma, queijo, presunto e alface. Disfarçadamente retira a alface e devora seu "misto frio" feito às pressas por sua mãe ainda no dia anterior. Da redinha retira a embalagem do minúsculo bolinho de chocolate. Come enquanto conversa com Mari, que esbanjava seu mini pacotinho de batata chips. E o terceiro pequeno recipiente? Bom, esse Rafaela não quis abrir, uva não é sua fruta favorita, nem dos seus amigos.

Desta cena, destaquemos alguns objetos principais: a mochila, a lancheira, o recipiente quadrado, a garrafa, o copo, o compartimento em formato de rede, o recipiente menor. Notemos

que a mochila e a lancheira estão em perfeito ajuste, seja no que se refere à temática, seja na montagem dinâmica entre os objetos. Abrimos a lancheira. O pote quadrado abriga um sanduíche feito de pão de forma, quadrado. A garrafinha, objeto altamente técnico, térmico, consigo traz um copo. A rede acoplada na porta da merendeira é estreita, só podendo armazenar embalagens pequenas, tal como o bolinho individual ou um pequeno pacote de biscoito, como o de Mari. Seria uma coincidência? O pote secundarizado, menor, encontra-se lá para cumprir tabela (nutricional) e trazer conforto a uma mãe culpada que passara o dia anterior trabalhando e se sentiu "mais mãe" ao colocar "a saúde de uma fruta", na lancheira da filha. Todos esses objetos, do bolinho individual ao copo acoplado à garrafa, funcionam sistematicamente, ou seja, ligando-os uns aos outros coerentemente. Coerentes entre si e coerentes com a racionalidade técnica que crescentemente vem colonizando o mundo da vida[50].

O fenômeno técnico pode ser identificado por muitas características. Tomando por referência Jacques Ellus (1964), Santos propõe duas categorias para pensá-lo: a *racionalidade* e a *artificialidade*. Podemos compreender a artificialidade como "[...] a garantia da eficácia para as tarefas para que foi concebido" (1996, p. 182), ou seja, cada vez mais diferenciado das incertezas da natureza. Trazendo para o nosso cenário hipotético, a cada ano, garrafinhas de merendeiras escolares vêm vazando menos líquido e conservando melhor a temperatura das bebidas, sejam estas expostas ao verão carioca ou às temperaturas negativas do inverno de Toronto. A partir dessa *artificialidade* a característica da *racionalidade* é pautada. Tal racionalidade torna a técnica autoprodutiva, autônoma, carregando consigo sua intencionalidade a todos os lugares e grupos sociais – incluindo as escolas.

A influência técnica sobre o comportamento humano afeta nossas maneiras de pensar e agir, pautando "[...] uma economia do pensamento adaptado à lógica dos instrumentos", um pensamento calculante, preocupado com o útil. Assim "[...] a matematização do homem, processo que data do século XVII, é o corolário do pensamento que vai conduzir ao pensar numérico" ou, destacamos aqui, ao pensar biomédico. Ayres (2007), em diálogo com Habermas

---

[50] Para Habermas, o mundo da vida nos é dado de forma pré-reflexiva em comunicações, em processos de conhecimento. Os participantes de uma comunicação o têm sempre como estoque de habilidades, de assunções de ideias ou de relações que funcionam como plano de fundo. Recorrem a ele sempre que há necessidade de resolver problemas de entendimento. No entanto, com o advento da modernidade os processos de entendimento, antes ancorados sobre a tradição, passam a depender em maior intensidade de princípios altamente abstratos e das capacidades cognitivas dos indivíduos, fazendo com que cresçam tanto a possibilidade do dissenso quanto à necessidade do entendimento. Esta situação permite a propagação de novas formas de coordenação objetiva da ação, como o dinheiro, a mídia ou a ciência, que atuam provocando uma descarga comunicativa que libera os atores da "responsabilidade" pelo consenso. Assim, de um lado, observamos a progressiva racionalização do mundo da vida e, de outro à autonomização sistêmica e o subsequente fenômeno da colonização do mundo da vida.

(1988), aponta que a racionalidade instrumental biomédica está enraizada nos horizontes normativos dos contextos de sociabilidade. Assim, quando a mãe de Rafaela preenche o menor dos potes com uvas, sente-se promotora da saúde da filha, atendendo a economia do pensamento calculante, guiada por uma normatividade biomédica que sutilmente se estabelece nos distintos horizontes de sociabilidades, que nesta situação hipotética se encontram: o do grupo dos responsáveis que diariamente preparam as lancheiras em que uma racionalidade de caráter instrumental já deixa claro de antemão que disponibilizar frutas, legumes e verduras na alimentação das crianças as torna mais "saudáveis" e a eles "responsáveis melhores"; e o da sociabilidade das crianças, que em um primeiro momento recusam as frutas em detrimento de pequenas embalagens cujas pequenas mãos se encaixam perfeitamente – pequenos objetos embebidos da racionalidade não menos instrumental, mas oriunda do mercado que encontra um nicho valioso de confecção de produtos alimentícios - mas que, ao longo dos anos, possivelmente, sejam *convencidas racionalmente* e não impositivamente sobre a importância de comer vegetais. Nesse sentido, colocam Kraemer et al:

> A ordem normativa não pretende reprimir, punir, proibir; pelo contrário, ela quer produzir corpos dóceis, doces e comestíveis. Ela quer ser aceita e disseminada, quer convencer. Sua tática é, portanto, **convencer racionalmente**, apresentar-se como uma escolha mais lúcida, racional, escolhida pelos indivíduos e não imposta a eles. (2014, p. 1352)

No mundo de hoje as *ações racionais* tomam, com frequência, esse nome a partir de uma *racionalidade alheia*. Assim, imbricando as temáticas da corporeidade, das escolhas e do meio técnico-científico-informacional, Santos (1996) argumenta que em virtude do papel dos objetos técnicos, ao passo que a ação se torna cada vez mais racional, a sua razão torna-se uma razão técnica, de outrem, seja pelos preceitos biomédicos ou do mercado. O que pretende-se destacar é que tais ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios dos homens e aos *lugares de vida*, ratificando a necessidade de operar uma distinção entre a *escala de realização das ações* e a *escala de seu comando*" [...] muitas das ações que se exercem num lugar são produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto" (SANTOS, 1996, p. 80).

Sem a menor pretensão de esgotarmos ou solucionarmos os dilemas contemporâneos da Alimentação e a problemática tangente da obesidade, nos perguntamos: Quais necessidades são alheias ou próprias aos lugares de alimentação? Como poderíamos conhecer essas necessidades? Nesse sentido, voltamos a Ayres (2007) quando pontua que não é a falta de saúde na discursividade biomédica, ou aspectos positivos destas, o maior desafio a ser superado pela Saúde, e incluímos aqui a Alimentação e Nutrição, mas a profunda assimetria entre a

legitimidade que se confere aos "discursos causal-controlistas" – próprios das racionalidades técnicas e instrumentais – e outras formas de construção discursiva relacionadas à experiência vivida. Nesse ponto sublinhamos que se torna imprescindível *o encontro* entre pesquisadores, gestores e a população nos diversos lugares de alimentação, pois, parafraseando Tim Ingold (2015), é necessário conhecer desde dentro.

4.4 **Reconhecendo a multiplicidade de estórias: *lugares-encontro* de alimentação**

> A casa real nunca fica pronta. Ela exige de seus moradores um esforço contínuo de reforço face ao vaivém de seus habitantes humanos e não humanos, para não falar do clima! A água das chuvas pinga através do telhado onde o vento carregou uma telha, alimentando o crescimento de fungos que ameaçam decompor a madeira. (INGOLD, 2012, p. 30).

Despontam no horizonte das Ciências Sociais e Humanas diversas críticas aos desdobramentos do modelo holomórfico, proposto ainda na Grécia Clássica com repercussão no modelo científico hegemônico e em nossa imaginação sobre o espaço. Tim Ingold (2012) nos diz que parte dessas dicotomias tem sua origem em Aristóteles, quando defende a separação entre forma *(morphé*) e matéria *(hyle)*. Sob esta ótica, a forma cristalizada passa a ser vista como imposta por um agente superior, o sujeito – Homem –, sobre a matéria inerte, o objeto – Natureza. Ao seu encontro, Massey (2015) nos lembra que a História da Humanidade vem sendo prioritariamente contatada pelo viés ocidental e com ela se estabeleceu a imaginação do *espaço* como o "morto", "inerte", "fixo" ou, em outras palavras, um "objeto" do conhecimento que se insere perfeitamente nos preceitos da objetividade das Ciências Mecanicistas.

Destacamos que, longe de ser morto ou fixo, a própria grandiosidade de seus desafios possibilitou a existência de inúmeras estratégias para conhecê-lo e dominá-lo. O espaço imaginado pela História única, contada pelo ocidente, corresponde a uma superfície que o colonizador, o único agente ativo, atravessa para encontrar aquele ou aquilo a ser colonizado. Nessa visão, como podemos notar, o espaço é tratado como uma superfície, uma natureza bruta a ser conquistada. Uma nova espacialização, feita através do reconhecimento das multiplicidades de trajetórias, faz com que entendamos melhor sua imbricação geográfica e a própria espacialização da produção do conhecimento, expondo as pré-condições da modernidade e seus efeitos.

Um dos efeitos mais notáveis da modernidade foi o estabelecimento de uma relação particular de conhecimento/poder que se refletiu em uma Geografia dos poderes coloniais. Expor as vozes localizadas fora do espaço da modernidade nos ajuda a expor e a enfraquecer tal relação de poder, desafiando tanto um *sistema de comando* quanto um *sistema de conhecimento*. Doreen Massey (2010) propõe que abandonemos como ponto de partida a

imagem do espaço como um espaço dividido, delimitado e que repensemos as diferenças através das conexões. Convida-nos a autora a entendê-lo como um processo histórico compartilhado que *diferencia* o mundo ao *conectar-se* com ele. Nesse sentido, se debruça sobre a tarefa de arrancar o espaço da constelação de conceitos nos quais ele vem, constantemente, sendo envolvido: estase, fechamento e representação. Para tal, convoca as noções de *diferença, heterogeneidade, multiplicidade* e *pluralidade*, buscando em seu conjunto enfatizar a existência coetânea de uma diversidade de trajetórias que o formam.

Em diálogo com Henry Bergson, a geógrafa destaca que há uma distinção importante a ser estabelecida entre *diferença/multiplicidade discret*a e *diferença/multiplicidade contínua*. A *multiplicidade discreta* refere-se a magnitudes extensivas e entidades distintas, ao reino da diversidade divisível que se constituiria enquanto dimensão da separação. Já a *multiplicidade contínua* diz respeito a intensidades e mais a evolução do que a sucessão. Sob esta ótica, devemos estar atentos para a primazia da segunda forma de diferenças (multiplicidades contínuas) sobre a primeira (multiplicidade discreta). Para Bergson, a mudança implica novidade real na produção do realmente novo, de coisas ainda não totalmente determinadas pelo arranjo de forças existentes. A posição do filósofo vai ao encontro de uma das proposições fundamentais de Massey para a compreensão do espaço: este está sempre em construção, uma vez que é um produto de relações-entre. Nesse sentido, o espaço nunca está fechado, justificando a necessidade não apenas da noção de *devir*, mas a abertura deste processo de *devir no espaço*.

No entanto, Massey alerta que nos escritos deste filósofo, o tempo rejeitado do recorte-de-tempo instantâneo atraiu o "rótulo espacial" e essa associação fez com que fosse interpretado *o espaço* sob uma luz negativa, como falta de movimento e duração[51]. "O movimento consiste, visivelmente em passar de um ponto para outro, e consequentemente, em percorrer o espaço (estático)" (BERGSON, 1911, *apud* MASSEY, 2008, p. 47). Assim, a noção de tempo vazio, dividido e reversível em que não há evolução, mas a sucessão, (o tempo exposto nas preocupações de Bergson) é com frequência associado de uma mesma forma ao espaço, ou seja, entendendo-o enquanto multiplicidade discreta e divisível. Nesse ponto, nem o tempo seria passível de ser fragmentado – transformado em multiplicidade discreta – nem o resultado de tal operação deveria se referir ao *espaço.*

---

[51] Para Bergson, o tempo da ciência é espacializado, ou seja, reduzido à sucessão de instantes idênticos: *sucessão*. O tempo real ou a *Duração* é dado pela consciência, despojado de qualquer superestrutura intelectual ou simbólica, ou reconhecido em sua fluidez original. Nessa fluidez não existem estados de consciência relativamente uniformes que se sucedam uns aos outros, como os instantes do tempo espacializado da ciência. Existe uma única corrente fluida, onde não existem cortes nítidos nem separações, e na qual, a cada instante, tudo é novo e tudo é ao mesmo tempo conservado. (ABBAGNANO, 2007).

Considerando pensamentos de Deleuze, a autora destaca que os debates sobre o espaço são frequentemente inspirados em referências às Ciências Naturais, sendo a tendência dominante tomar emprestado imaginações e reivindicar sua legitimidade através destas. O propósito dos filósofos nômades[52], como Bergson e outros, fora sobretudo repensar tal posicionamento emergente e o status dessas ciências, especialmente da Física, dentro das convenções e práticas como um todo, que sustentavam que a "ciência" era o único caminho para o conhecimento e que havia apenas *um método científico verdadeiro,* comprometido com a objetividade do método empírico e do monoísmo epistemológico. Não bastando os debates subsequentes, como a obra de Thomas Kuhn, essa relação de admiração ainda é poderosa, conduzindo ambas as ciências para uma imaginada hierarquia, com a física em um extremo e os estudos culturais no outro, com a adoção de uma série de práticas científicas que visavam imitar os protocolos da física. Massey argumenta que essa inveja ainda está profundamente enraizada e se perpetua sobre nossas formas de lançar olhares sobre o *espaço* em nossos estudos.

Convidando-nos a olhar para o *espaço* como multiplicidade contínua, a autora coloca em questão a abertura genuína do futuro, a novidade real na produção do realmente novo, de *coisas* ainda não totalmente determinadas pelo arranjo de forças existentes, fugindo aos argumentos causais-controlistas que se disseminam nas ciências. Doreen Massey (2005) propõe que o espaço seja entendido como fruto do encontro entre *humanos* e *não-humanos*, como a dimensão das trajetórias múltiplas ou, em outras palavras, como uma *simultaneidade de estórias-até-agora*. A estória do solo que fornece sustentação a árvore, da água que a alimenta, da formiga que ali se abriga, do pássaro que constrói seu ninho e até de Rafaela e Mariana, que vez ou outra se escondem em sua sombra para comer bolinho e batata chips no recreio da escola.

> O espaço não apenas é o produto de relações sociais cuja singularidade é marcada pela combinação específica de múltiplas redes, mas também é o lugar-encontro sempre dinâmico e em aberto, mergulhado na densa espaçotemporalidade da própria natureza, nunca estática, que se reconstrói permanentemente em sua indissociável vinculação ao igualmente complexo mundo dos homens. (2005, p. 16).

Para pensarmos a relação entre as pessoas e espaço – que até então suporíamos ser um objeto inerte – Ingold propõe a seguinte metáfora: "[...] se decidirmos que os insetos que vivem na casca pertencem à árvore tanto quanto a própria casca, então não há razão para excluirmos seus outros moradores, inclusive o pássaro que lá constrói seu ninho" (2012, p. 28-29). Assim podemos argumentar que nem árvore, casca, pássaros, ninhos – inserimos aqui, casas,

[52] O pensamento nômade, que marcou diferentes gerações de filósofos, de Friedrich Nietzsche a Gilles Deleuze e Félix Guattari, é uma fonte de inspiração, encontros de ressonâncias e de múltiplas sensações entrelaçadas umas às outras, que transformam elementos não conceituais – perceptos e afectos –, oriundos de arquipélagos de diferenças, errância do sensível, que perpassam a literatura, as artes, as ciências, e enveredam para um pensamento do *devir.* (LINS, 2017)

restaurantes, lanchonetes, hospitais, feiras, cebolas, bananas, brigadeiros, biscoitos, refrigerantes – são objetos impermeabilizados, perfeitamente delimitados e autocontidos em suas formas. Todos estes elementos, costumeiramente presentes nos *lugares-encontros* de alimentação, constituem *agregados de fios vitais*, que, portanto, só fazem sentido quando inseridos no fluxo da existência mediante o *encontro entre coisas*. É através da imersão nessas circulações, portanto, que *as coisas* são trazidas à vida, colocadas em suas próprias estórias, construindo diferentes *lugares-encontro.* A fim de exemplificar, peço que o leitor retorne a sua casa, cozinha, panelas, comidas e amigos, pensando neste *lugar* como uma reunião de coisas, cada uma delas com suas estórias coetâneas.

Desafiando o determinismo fortemente enraizado no horizonte das ciências, Ingold propõem a retomada da noção de *coisa*, porosa e fluida, perpassada por fluxos vitais, integrada aos ciclos e dinâmicas da vida. O objetivo do antropólogo é superar a visão dualista do modelo holomórfico, substituindo-o por um modo de pensar que devolva a relevância aos processos de formação ao invés dos produtos, aos fluxos e transformações dos materiais ao invés dos estados da matéria. Para o autor, esse foco nos processos vitais reivindica que lancemos o olhar para o mundo, não em busca de materialidades contidas, formas cristalizadas e impermeabilizadas, mas sobre fluxos de materiais que atravessam coisas vazadas. Sob esta ótica Clark (1997) define a mente como um órgão vazado, que não pode ser confinado dentro do crânio, que se mistura com o corpo e com o mundo durante a execução de suas operações. Ingold reitera e complementa "[...] o crânio é vazado, e que é a mente que vaza através dele!" (2002, p. 42).

A mente vaza para fora do corpo quando sentimos o cheiro do feijão sendo temperado com alho, cebola e azeite na cozinha de uma avó; quando vemos um pudim de leite sendo desenformado com calda dourada escorrendo por suas laterais em um restaurante por um garçom; ou enquanto degustamos uma bela macarronada no sofá de casa ao lado de quem amamos. Assim, a coalisão da mente que vaza ao ver e sentir *com* cada uma dessas comidas e pessoas – emaranhados vitais com estórias múltiplas – no ato de comer e compartilhar momentos transforma tanto as coisas quanto as pessoas envolvidas nestes *lugares-encontro* de alimentação, devolvendo ao espaço seu devir.

Uma "nova antropologia da casa" vem sendo fomentada e pode nos servir de inspiração metodológica em futuros estudos sobre as relações sócio-espaciais em Alimentação e Nutrição. Nesta perspectiva defende-se um caminho que dissolve os últimos muros que separavam o mundo dos objetos do mundo dos homens, possuidores de agência e supremacia (GUEDES, 2017). Convergindo com os pressupostos teóricos que consideram o *espaço* como dimensão da simultaneidade de trajetórias múltiplas que permanentemente se encontram e se transformam, este novo olhar, nos inspira a dar privilégio aos processos, ou seja, aos múltiplos encontros que

conformam e transformam esses espaços ao passo que conformam e transformam as estórias. Expandindo este olhar para os estudos sócio-espaciais em alimentação e analisando outras escalas, poderíamos afirmar que habitar[53] e conhecer uma casa, um bairro, um hospital, um colégio, uma feira, um restaurante ou a uma cidade, é se juntar a sua formação e transformação. Desta forma, de modo algum, poderíamos tratá-los como materialidade desconectada de nossa subjetividade enquanto estudiosos. Como bem ressalta Ingold, "[...] onde quer que haja movimento, há permeabilidade e conexão entre mundos e [...] a única maneira pela qual alguém pode realmente conhecer *as coisas* é através de um processo de autodescoberta (2012, p. 220)". Prossegue ainda o autor:

> Ao seguir esse caminho, *o mundo* se torna um local de estudo, uma universidade que inclui não apenas acadêmicos profissionais e estudantes disciplinados em seus departamentos acadêmicos, mas pessoas de todos os *lugares*, juntamente com todas as outras criaturas com quem - ou para quem - compartilhamos nossas vidas e os lugares onde nós - e eles - moramos. Nesta universidade, qualquer que seja a nossa disciplina, *aprendemos com aqueles com quem estudamos* (INGOLD, 2012, p.221)

Para tal, Comerford et al (2015) demonstraram que tão importante quanto a circulação é a existência de espaços onde deslocamentos possam se estabilizar. Estas etnografias nos mostram que as casas e principalmente as cozinhas, as comidas e os modos de comer criam estabilidades e intimidade entre pessoas. Portanto, o fluxo pressupõe estabilidade e a estabilidade pressupõe o fluxo, não podendo estas dimensões serem dissociadas. Nestes estudos, a comensalidade nas cozinhas foi também descrita como processo de "parentesa" cuja incorporação "do outro"[54] dependeria da incorporação de um saber pelo novato, um saber "chegar", saber "prosear" e "conviver" com os anfitriões *da* e *na* casa.

Neste sentido, Boff (2008) ressalta que a comensalidade é uma das referências mais ancestrais de familiaridade humana, pois nela se constroem e reconstroem relações que sustentam a família, os grupos de afinidade e, portanto, os *lugares-encontro.* Nesse sentido, alertamos para a necessidade de refletir sobre estudos executados de forma remota, "objetivamente afastados" e desconectados do que procuram conhecer.

Se o desafio que desponta é compreender os lugares de alimentação, que, então, encontremo-nos neles! Para tal será preciso saber *chegar, prosear* e *comer*.

---

[53] Segundo Marion Segaund (2016), se habitar é um fenômeno geral da humanidade, existem tantas maneiras de habitar quanto indivíduos. Para a autora, habitar, em nossa sociedade, é a conjunção entre o lugar e o indivíduo singular. O homem habita o mundo; o mundo é seu espaço.

[54] A intimidade cultivada nas cozinhas é traduzida por Comerford (2010) como a "matriz relacional da parentesa". Dado que a existência só é significativa se vivida através das relações de parentesco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pano de fundo dos capítulos que compõem esta dissertação busca enfatizar que o *espaço* não está situado no exterior da realidade social, mas faz parte dela, sugerindo assim a necessidade de se analisar as relações *alimento-homem-meio* em termos de apreensão sintética, procurando sempre elucidar a possibilidade de um conhecimento sobre a alimentação humana de caráter polissêmico, interdisciplinar e complexo.

Como conceitos derivados das relações sociais, "*espaço"* e "*lugar"* apresentaram-se como categorias analíticas potenciais a serem operacionalizadas pelo campo da Alimentação e Nutrição, corroborando, até mesmo, o debate posto no início do século XX por Josué de Castro acerca da compreensão da ligação tecida entre os homens, aquilo que os rodeiam e as repercussões sobre o fenômeno alimentar no Brasil. No entanto, devemos estar atentos pois tanto o mundo, quanto os conceitos geográficos nos quais bebeu Josué de Castro passaram por importantes transformações, nos fornecendo, hoje, ferramentas analíticas renovadas, direcionadas para a compreensão dos *múltiplos sentidos* que os sujeitos atribuem aos *lugares* nas dinâmicas sociais em torno da alimentação.

Neste seguimento, aproveitamos a oportunidade para frisar que reconhecemos que os profissionais do campo Alimentar Nutricional não ignoram que o *espaço*- seja este nomeado enquanto *meio, ambiente* ou enquanto *território* - *não* se resuma à sua materialidade. No entanto, evidenciamos que há uma disparidade entre abordagens que tendem a focar metodologicamente nos *aspectos materiais* – nos sistemas de objetos fixos – e a tratar superficialmente as relações socioculturais imbricadas no processo que movimenta o espaço e a alimentação. Isso possivelmente se deve a uma carência de conceitos e métodos no campo da Alimentação e Nutrição para tratar de forma integrada as relações sociais mediadas pela comida e pelos lugares em sua complexidade.

Grande parte dos estudos debruça-se fortemente sobre a "espacialização" do acesso aos alimentos em uma dada configuração territorial por intermédio de abordagens "objetivas" e quantitativas, fazendo com que a comida seja reduzida à sua dimensão *nutricional* e o *espaço* seja implicitamente imaginado como uma extensão territorial imóvel, tornando ambos *representáveis* e *apresentáveis* aos moldes da ciência hegemônica. Assim, registramos que persevera uma discrepância de legitimidade conferida aos estudos de cunho quantitativo em detrimento dos de cunho qualitativo, fazendo com que a maior parte das técnicas operacionalizadas nos estudos sócio-espaciais realizados no âmbito da Alimentação e Nutrição

excluam a polifonia de significados intrínseca aos lugares e ao consumo alimentar contemporâneo.

Entendemos com o geógrafo Milton Santos (1988) que limitarmo-nos à cartografia dos *sistemas de objetos fixos* que compõe o espaço geográfico, ou seja, a cartografia da distribuição física dos estabelecimentos comerciais de alimentos, é insuficiente para o entendimento do *espaço* em sua multidimensionalidade. Como vimos com Doreen Massey, há uma trama ilimitada de multiplicidade de trajetórias construindo e reconstruindo dinamicamente os *lugares-encontro de alimentação*, tornando o *espaço* inacessível a um projeto único e totalizador, tal qual um mapeamento ou mesmo a adoção de uma regulação pautada a partir de uma noção estanque sobre o que seriam as "culturas alimentares locais".

Da mesma forma, se por um lado a ciência hegemônica não considera as práticas alimentares como expressões de uma estrutura social imersa no contexto de profundas transformações culturais e sócio-espaciais, por outro, também, se mostra carente de debates acerca das implicações sociais geradas com a busca desenfreada pela *saúde* e consequentemente pela "alimentação saudável". A crescente colonização do mundo, por *razões alheias aos lugares*, amparada por uma *racionalidade nutricional* normativa, vem sendo extrapolada para a noção de "ambiente alimentar saudável", convertendo a dimensão sócio-espacial do fenômeno alimentar em uma extensão do processo de medicalização da vida.

Isto posto, gostaríamos de lembrar ao leitor que o presente estudo não teve como pretensão esgotar esta importante temática. Assim como o *espaço* e as *estórias* entrecruzadas que dão forma a nossa vida, mantém-se aberto, em perpétuo processo de reconstrução. Foram sinalizados outros possíveis caminhos teórico-metodológicos que as pesquisas do campo da Alimentação e Nutrição poderão tomar a fim de alcançar as nuances qualitativas do espaço e do comer. Um primeiro e pequeno passo – de maneira preponderantemente conceitual – foi dado. Os seguintes pedem que nós, pesquisadores, gestores e agentes do campo Alimentar Nutricional, aproximemo-nos dos contextos da alimentação cotidiana e lancemos de maneira responsável nossos olhares para sua dimensão sócio-espacial. Isso requererá que cheguemos a estes, não com a "altivez surda" típica daqueles que ocupam as cadeiras do conhecimento, mas com a modéstia de quem anseia aprender, de quem está aberto o suficiente para transformar e ser transformado na convergência, pois os compreenderemos à medida que nos inserirmos em seus fluxos: em seus *lugares-encontro de alimentação.*

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ACSELRAD, H. *Ambientalização das lutas sociais* - O caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010.

ALENCASTRO, I. et al. Você tem um rosto lindo, nunca pensou em fazer dieta? In: PRADO, S. D. et al. (orgs) *Cinema e Comensalidade 2*. p.161-180, Curitiba: ed. CRV. 2017.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. O método nas ciências sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais*: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 109-187.

AMPARO-SANTOS, L. et al. *Alimentação e saúde*: saberes em rede. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016.

ANDRADE, M. C. O homem, o cientista e o seu tempo. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, vol.11, n. 29, jan./abril., 1997.

ARNAIZ, M. G. Mudanças econômicas e socioculturais e o sistema alimentar: em direção a uma nova ordem alimentar. In.: Canesqui, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez. *Antropologia e nutrição*: um diálogo possível, p.147–164, 2005.

ARONOFF, S. *Geographic Information Systems*: A Management Perspective. WDL pub., Ottawa, 1989.

AYRES, J. R. C. M. Uma concepção hermenêutica de saúde. *Physis*: Revista de Saúde Coletiva, v. 17, n. 1, p. 43–62, 2007.

AYRES, J. R. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 6, n. 1, p. 63–72, 2001.

AZEVEDO, E. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 44, p. 276-307,2017.

BALL S.; WARD, D. Dietary intake. In: *North Carolina child-care centers*: Are children meeting current recommendations? J Am Diet Assoc. 2008; 108: 718-721.

BARCELLOS, D.N. et al. Identidade Alimentar: o discurso do saboroso e saudável em anúncios publicitários In: Prado, S.D. (Org). *Alimentação e consumo de tecnologias*. – Volume 41 ed. Curitiba v.4, p.177-201, 2015.

BAUDRILARD, J. *O Sistema dos Objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BENEDICT, R. *Padrões de Cultura*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.

BERGSON, H. *A evolução criadora*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BERGUER, G. *Phenomenology du temps e prospective*. Paris: Puff, 1964.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BOFF, L. Comensalidade: refazer a humanidade. *Cronópios*, 19 abr. 2008. Disponível em: http://www.cronopios.com.br/content/artigo.htm> Acesso em: 04 set. 2019

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geografia Cultural*: um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

BORNHEIM, G. *Os filósofos Pré-Socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1985.

BOSI, M. L. M. *A face oculta da nutrição*: ciência e ideologia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, UFRJ; 1988.

BOSI, M. L. M.; PRADO, S. D. Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: constituição, contornos e estatuto científico. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 7–17, 2011.

BOSI, M. L. M.; PRADO, S.D.; AMPARO-SANTOS, A. Cidade, corpo e alimentação: aproximações interdisciplinares. Salvador: EDUFBA,2019.

BOSI, M. L. M. et al. O enfoque qualitativo na avaliação do consumo alimentar: fundamentos, aplicações e considerações operacionais. *Revista de Saúde Coletiva*, p. 1287–1296, 2011.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: Ortiz R (Org.). *Pierre Bourdieu*: sociologia. São Paulo: Ática; 1983.

BOURDIEU, P. *A distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOUTAUD, J. J. Comensalidade. In: MONTADON, A. *O livro da hospitalidade*. São Paulo: Senac, 2011. p. 1213-1230.

BRASIL. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica obesidade. *Cadernos de Atenção Básica 38*. Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. *Instrução normativa 1.172/04*, de 7 de março de 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2005/int0001_07_03_2005.html > Acesso em 04 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CAMARGO JUNIOR, K. R. *Biomedicina, saber e ciência*: uma abordagem crítica. São Paulo: Hucitec, 2003.

CAMARGO JUNIOR, K. R. Apresentação: as muitas vozes da integralidade. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. (Orgs.). *Os sentidos da Integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: UERJ, IMS/Abrasco, 2001. p.11-16.

CAMARGO JUNIOR, K. R. *Biomedicina, saber & ciência*: uma abordagem crítica. São Paulo: Hucitec, 2003.

CAMARGO JUNIOR, K. R. As armadilhas da "concepção positiva de saúde". *Physis*: Revista de Saúde Coletiva, v. 17, n. 1, p. 63–76, 2007.

CAMARGO JUNIOR, K. R. A razão inconstante: ciência, saber e legitimação social. In JACÓ-VILELA, A.M.; SATO, L. (Orgs.). *Diálogos em psicologia social [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 1-24.

CAMARGO JUNIOR, K. R. Os caminhos da Saúde Coletiva. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v.18, p. 185-187, 2008.

CAMPOS, G. W. S. et al. *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2009.

CAMPOS, G. W. S. Saúde Pública e Saúde Coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2000; 5(2): 219-230.

CAMPOS, A. V. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.

CARRASCO, I.; PONS, S. Olhares antropológicos sobre a alimentação. Pontos de partida teórico-metodológicos para o estudo sociocultural da alimentação em um contexto de transformação. In: Canesqui, AM., Garcia, RWD (Orgs). *Antropologia e nutrição*: um diálogo possível. p. 101-126, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

CARVALHO, M. C. V. S. et al. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 155-163, 2011.

CARVALHO, M. C. V. S. et Aspectos públicos e privados de escolhas alimentares em práticas virtuais de comunicação e consumo. In: CORES, E.; DAS, L. E. (Ed.). *Éticas em rede*: políticas de privacidade e moralidades públicas. São Paulo: [s.n.]. p. 50–60.

CARVALHO, M. C. V. S. et; LUZ, M. T. Simbolismo sobre o "natural" na alimentação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 147–154, 2011.

CASSIER, E. *Ensaio sobre o homem*: introdução a uma filosofia da cultura humana. Tradução: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CASTIEL, L. D. et al. *Correndo o risco*: uma introdução aos riscos em saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

CASTRO, E. V. Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena. In: CASTRO, E. V. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CASTRO, J. *Ensaios de Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1966.

CASTRO, J. *Geografia da Fome*. 5ª ed. Editora Brasiliense. São Paulo, 1957.

CASTRO, J. *Geografia da Fome*: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CERTEAU, M. *The Practice of everyday life*. California: University of California Press, 1984.

CHRISTOFOLETTI, A. Impactos no meio ambiente ocasionados pela urbanização no mundo tropical. In: *Natureza e sociedade de hoje*. 2ª ed. São Paulo. Hucitec, 1994.

CLARK, A. *Being there*. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.

CLAVAL, P. O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Ação Humana. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (Org.). *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 146.

COMERFORD, D; CARNEIRO, A. DAINESE, G. *Giros Etnográficos em Minas Gerais*: Casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2015.

CORRÊA, R. L. Temas e Caminhos da Geografia Cultural. In: Rosendahl, Z; Corrêa, R. L. (Org.). *Temas e Caminhos da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ,2010.

CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. *Aurora Geography Journal*, v.1, p.11-19, 2007.

COSTA, B. V. L. et al. Food environment: Validation of a method for measurement and characterization in the territory with the health academy program. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 9, p. 1–14, 2018.

DELEUZE, G. *O Bergsonismo*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 1999.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil Platôs*: Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995-1997.

DIAS, J.et al. Comida, território e identidade cultural: em busca de sentido para uma interpretação do Brasil. *Scientiarum História VII*, 2014.

DUNCAN, J. O Supraorgânico na Geografia Cultural Americana. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (Org.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ELLUS, J. *The technological Society*. New York: Vintage Books, 1964.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Soja em números*: Safra 2018/2019, 2009. Disponível em;https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos&gt. Acesso em: 27 set. 2019.

FABIAN, J. *Time and the other*: how anthropology makes its object. Nova York: Columbian University Press, 1983.

FAVORETO, C. A. O.; CAMARGO JR., K. R. Alguns desafios conceituais e técnico-operacionais para o desenvolvimento do Programa de Saúde da Família como uma proposta transformadora do modelo assistencial. *Physis*, v. 12, n. 1, p. 59-75, 2002.

FERRAZ, F; SEGRE, M. O conceito de Saúde. *Revista de Saúde Pública*. n.31, v.5. p.538-42, 1997.

FISCHLER, C. El *(h)ominívoro*: el gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama, 2015.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRÉMONT, A. *A Região, Espaço Vivido*. Trad. Antônio Gonçalves. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Revista de Nutrição*, v. 16, n. 4, p. 483–492, 2003.

GARD, M, WRIGHT, J. *The obesity epidemic*: science, morality and ideology. London: Routledge. 2005.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989.

GERALDINO, C. Geraldino, C. (2014). *Uma definição de meio ambiente*. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), 18(2), 403-415. https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.8454.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

GLANZ K.; SALLIS J.F.; SAELENS B.E.; FRANK L.D. *Healthy nutrition environments*: concepts and measures. Am J Health Promot 2005; 19:330-3.

GOLDMAN, L. *Origem da dialética*: A comunidade humana e o Universo em kant. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

GOMES, P. C. C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1996.

GONÇALVES, C. W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

GREENBERG, R, et al. *Epidemiologia Clínica 3ª ed*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 18.

GROSS, D. Space, time and modern culture. *Telos*, v.50, p.59-78, 1981.

GUEDES, D.A. Construindo e estabilizando cidades, casas e pessoas. *MANA*, v. 23. n.3, p. 403-435, 2017.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Beyond “culture”: space, identity and the politics of difference. Cultural. *Anthropology*, v.7, p.6-23, 1992.

HABERMAS, J. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa: Edições, 1968.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1988.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HALL, S. *Representations*: Cultural Representations and Signifying Practices. Londres: Sage Publications, 1997.

HARNECKER M. *Os conceitos elementares do materialismo histórico e dialético*. São Paulo: Global; 1983.

HARTSHORNE, R. *Propósitos e Natureza da Geografia*. 2ª ed. Trad. Thomaz N. Neto. São Paulo: Hucitec, 1978.

HARVEY, D. *Justice, nature and the Geography of difference*. Oxford: Blacwell, 1997.

INGOLD, T. Conociendo desde dentro: reconfigurando las relaciones entre la antropologia y la etnografia. *Etnografias Contemporâneas*, 2 (2), p. 218-230, 2015.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, n.37, p. 25-44, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse do Censo Demográfico*, 2010 Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00> Acesso em: 25 set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *ATLAS Fundiário Brasileiro*. 2014.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JARAMLLO, M. N. A. Territorio, lugares y salud: redimensionar lo espacial en salud pública. *Cad. Saúde Pública*, n.1, v.34, p.1-12, 2018.

KENNETH, R.; CAMARGO JR., M. L. M. B. Metodologia Qualitativa e Pesquisa em saúde Coletiva. *Physis*: Revista de Saúde Coletiva, v. 21, n. 4, p. 1187–1190, 2011.

KRAEMER, F. et al. O discurso sobre a alimentação saudável como estratégia de biopoder. *Physis*: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, n. 24, v. 4. p.1337-1359, 2014.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

KUMANYIKA S. *INFORMAS* (International Net - work for Food and Obesity/non-communica - ble diseases Research, Monitoring and Action Support): summary and future directions. Obes Rev 2013; 14 Suppl 1:157-64.

LA BLACHE, P. *Princípios de geografia humana*. Trad. Fernando Martins. Lisboa: Cosmos, 1946.

LACLAU, E. *New Reflections on the revolutions of time*. Londres: Verso, 1990.

LACOSTE, Y. *A Geografia serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. São Paulo: Editora Papirus, 1976.

LARAIA, R. B. *Cultura*: um conceito Antropológico. Zahar, 1986.

LARSON, N.; STORY, M. A review of environmental influences on food choices. *Annals of Behavioral Medicine*, v. 38, n. SUPPL., p. 56–73, 2009.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A vida de laboratório*: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relumar Dumará, 1997.

LEAL, M.B.; JUNIOR, K.R.C. Collective Health. in discussion: reflections on a field under construction. *Interface* - Comunic., Saúde, Educ., v.16, n.40, p.53-65, jan./mar. 2012.

LEÃO, M. M.; CASTRO, I. R. R. Parte III - Tópicos especiais em epidemiologia nutricional 30. *Epidemiologia nutricional* [online], p. 519–541, 2007.

LINS, D. O Pensamento Nômade. Nietzsche: Vida Nômade ou Estadia Sem Lugar. *Revista Lampejo* - vol. 6 nº 2 p. 271-286, 2017.

LOPES, A. C. S.et al. O ambiente alimentar e o acesso a frutas e hortaliças: "Uma metrópole em perspectiva". *Saúde soc.* [online]. 2017, vol.26, n.3 [cited 2020-04-07], p.764-773.

LUZ, M.T. *Natural, racional, social; razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro, Campos, 1988.

MASSEY, D. *Pelo Espaço*: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MASSEY, D. Por um Sentido Global do Lugar. In: ARANTES, A. (Org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2010.

MINAYO, M. C. S. Ciência, Técnica E Arte: O Desafio Da Pesquisa Social. Minayo, M.C.S (Org.) *Pesquisa Social*: teoria, método e criatividade, p. 80, 2001.

MINTZ, S.W. Comida e Antropologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.16, p. 31-41, 2001.

MOLES, A. *Los objetos*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1971.

MONKEN, M. et al. *Território, ambiente e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

MONKEN, M.; PIETER, P.; BARCELLOS, C. Contexto, Território e o Processo de Territorialização de Informações: Desenvolvendo estratégias pedagógicas para a educação profissional em vigilância em saúde. In: BARCELLOS, C. (org.) *Território, ambiente e saúde*. p. 141–164, 2008.

MORAES, A. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREIRA, R. *Pensar e Ser em Geografia*. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, S. A. Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos. *Ciência e Cultura*, v. 62, n. 9, p. 23–26, 2010.

MORIN, E. *Ciência com Consciência*. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 329- 341.

MORGENSTERN, I. *The dimensional Structure of time*. N. York: Philosophical Library, 1960.

MOUFFE, C. Citizienship and political Community. In: *MIAMI THEORY COLLECTIVE*. Community at loose ends. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.

NUNES E.D. Pós-graduação em Saúde Coletiva no Brasil: histórico e Perspectivas. *Physis*. 2005; 15(1):13-38.

OAKES, T, S. Ethnic tourism and place identity. China. Enviroment na planning. *Society and space*, v.11, p.47-66, 1993.

ONOCKO, C.; ROSANA, T. *O planejamento em saúde sob o enfoque da hermenêutica*. Campinas/SP: Departamento de Medicina Preventiva e Social FCM/Unicamp, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Temas em saúde. *Saúde ambiental*. Disponível em: http://www.who.int/ topics/environmental_health/es/. Acesso em 16 set. 2019.

OSWALD, V. Alimentos mais caros e nas mãos de poucos. Dez empresas dominam mercado global e dificultam reação à alta dos preços. O Globo, Rio de Janeiro, Caderno de Economia, p. 32, 20,2011.

PAIM J.S.; ALMEIDA FILHO N. Saúde Coletiva: uma nova saúde pública ou campo aberto a novos paradigmas? *Revista de Saúde Pública.* 1998; 32(4):299-316.

PANOFSKY, E. Iconografia e Iconologia: uma introdução ao estudo da Arte na Renascença. In: *Significados das Artes Visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Série Debates).

PELLERANO, J. A. *Embalados e prontos para comer*: relações de consumo e incorporação de alimentos industrializados (dissertação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Demografia, 2018*. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/info_cidade/demografia/index.php?p=260265&gt. Acesso em: 25/09/2019.

PROENÇA, R. Alimentação e globalização: algumas reflexões. *Ciência e Cultura*, v. 62, n. 4, p. 43–47, 2010.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, E. *Place and placeless*. Londres: Pion, 1976.

REVEL, J. *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

REVISTA EXAME. *Melhores e Maiores*: As 1.000 Maiores Empresas do Brasil, 2017. Disponível em: https://exame.abril.com.br/&gt. Acesso em: 05 fev. 2018.

RIEU, A.M. *La pensée et son double*: penser l' informatique et pensée informatique. Milieux 30, p.44-53, 1987.

RODRÍGUEZ, F. et al. Revisión de los conceptos de territorio, población y salud en el contexto colombiano. *Ciencia Tecnologia e Salud* Vis Ocul 2012; 10:79-92.

RODRÍGUEZ, F.; VACA, D.; MANRIQUE, L. Revisión de los conceptos de territorio, población y salud en el contexto colombiano. *Cienc. Tecnol. Salud* Vis Ocul 2012; 10:79-92.

SÁNCHEZ-CALDERÓN F.V. et al. Región, espacio y territorio en Colombia. In: JIMÉNEZ REYS, L.C, (Ed.). *Región, espacio y territorio en Colombia. Bogotá*: Universidad Nacional de Colombia; 2006. p. 203-44.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, M. *As metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M; SILVEIRA L; SOUZA, A (orgs.) *Território- Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994.

SANTOS, M. *Por uma Geografia nova*: da Crítica a geografia à uma Geografia Crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, M. *Por uma outra Globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de janeiro: Record, 2000.

SARTRE, J. P. *Search for a method*. Trad. Hazel E. Barnes. Nova York: Philosophical Library, 1960.

SEGAUD, M. *Antropologia do Espaço*: habitar, fundar, distribuir, transformar. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

SEIXAS, C. M.; KRAEMER, F. B. Paradoxos no tratamento da obesidade: subjetividade e cuidado alimentar e nutricional. In: PRADO, S. D.et al. (Org.). *Série Sabor Metrópole* – v. 4 - Alimentação e consumo de tecnologias. 1ed.Curitiba: CRV, 2015, v. 4, p. 33-50.

SEIXAS, C. M.; BIRMAN, J. O peso do patológico: biopolítica e vida nua. *História, Ciências, Saúde* -Manguinhos, v. 19, n. 1, p. 13–26, 2012.

SOJA, E. *Geografias pós-modernas*: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

SOKAL, A.; BRICMONT, J. *Imposturas intelectuais*: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos. Rio de Janeiro: Record, 1999. 316 p.

SOUZA, M. L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SWINBURN, B. A. et al. The global obesity pandemic: Shaped by global drivers and local environments. *The Lancet*, 2011.

SWINBURN, B.; EGGER, G.; RAZA, F. Dissecting obesogenic environments: The development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity. *Preventive Medicine*, v. 29, n. 6 I, p. 563–570, 1999.

TEIXEIRA, C. F. et al. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. *Informe Epidemiológico do SUS*, VII (2): 8-28, 1998.

VASCONCELOS, F.; BATISTA FILHO, M. História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 16, n. 1, p. 81–90, 2011.

VIANA, M. R. et al. A racionalidade nutricional e sua influência na medicalização da comida no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 2, p. 447–456, 2017.

WAGNER, R. A presunção da Cultura. In: *A invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Preparation and use of food- based dietary guidelines: report of a joint Fao/Who consultation Nicosia, Cyprus. Geneva: 1996. Disponível em: <www.fao.org/docrep/x0243e/x0243e00.htm>. Acesso em 29 set. 2019.